



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola:
Uma visão comparada da sua acção Política e Militar em
África.**

AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Luís Gonzaga Botelho Fernandes

ORIENTADOR: Tenente-coronel de Art Pedro Marquês de Sousa

Lisboa, Agosto de 2010



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola:
Uma visão comparada da sua acção Política e Militar em
África.**

AUTOR: Aspirante-Aluno de Cavalaria Luís Gonzaga Botelho Fernandes

ORIENTADOR: Tenente-coronel de Art Pedro Marquês de Sousa

Lisboa, Agosto de 2010

DEDICATÓRIA

A Deus por olhar por mim todos os dias,
Aos meus Pais por toda a educação dada,
À Pátria por todo o apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Após a realização deste trabalho gostaria de agradecer e expressar o meu sincero reconhecimento a todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram e tornaram possível a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), particularmente:

- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa, professor da Academia Militar e meu Orientador, pelo seu empenhamento e orientação no decorrer do TIA;
- Ao Tenente-Coronel Paulo Ramos, Director de Curso na Academia Militar, por toda a sua disponibilidade e apoio;
- À Dona Paula, funcionária da Biblioteca da Academia Militar, por todas as horas perdidas em volta de livros para a realização deste trabalho;
- Aos Funcionários do Arquivo Histórico Militar, pelo seu entusiasmo no auxílio da pesquisa de fontes;
- A todos que, no decorrer deste Trabalho, contribuíram com bibliografia, opiniões e sugestões que serviram para melhorar e concluir o TIA.

A todos vós os meus melhores votos.

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-------------|
| DEDICATÓRIA | ii |
| AGRADECIMENTOS | iii |
| ÍNDICE GERAL..... | iv |
| ÍNDICE DE FIGURAS | vii |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | viii |
| RESUMO..... | x |
| ABSTRACT..... | xi |
| | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| OBJECTIVOS | 1 |
| IMPORTÂNCIA DO TRABALHO | 1 |
| DELIMITAÇÃO DO TEMA..... | 2 |
| ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA | 2 |
| ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO | 3 |
| | |
| CAPÍTULO 1: O ESTADO DA ARTE..... | 4 |
| 1.1. <i>SCRAMBLE FOR</i> ÁFRICA..... | 4 |
| 1.2. PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA..... | 6 |
| 1.3. SITUAÇÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE..... | 7 |
| 1.4. SITUAÇÃO MILITAR DA GUINÉ | 9 |
| | |
| CAPÍTULO 2: À FRENTE DO FUTURO DE MOÇAMBIQUE | 11 |
| 2.1. FINALMENTE AS COLÓNIAS | 11 |
| 2.1.1. O PRIMEIRO CONTACTO COM A VIDA PÚBLICA ULTRAMARINA | 11 |
| 2.1.2. O REGRESSO À METRÓPOLE | 14 |
| 2.1.3. O CERCO AO LEÃO | 16 |
| 2.1.4. CHAIMITE E A CAPTURA DE GUNGUNHANA | 17 |
| | |
| CAPÍTULO 3: Á FRENTE DO FUTURO DA GUINÉ | 23 |
| 3.1. MOMENTOS DE GLÓRIA NO COMANDO DA GUINÉ | 23 |
| 3.1.1. BAPTISMO DE FOGO EM ANGOLA..... | 23 |

| | |
|--|-----------|
| 3.1.2. MOMENTOS DE GLÓRIA NO COMANDO DA GUINÉ | 26 |
| 3.1.2.1.→O EMBARQUE PARA A GUINÉ | 26 |
| 3.1.2.2. AS MEDIDAS DE SPÍNOLA | 27 |
| 3.1.2.3. EM BUSCA DE UMA RENOVAÇÃO POLÍTICA E MILITAR | 29 |
| 3.1.2.4. O TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ | 32 |
| CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS | 35 |
| 4.1 INTRODUÇÃO | 35 |
| 4.2 OBJECTIVOS | 35 |
| 4.3 PERGUNTAS DERIVADAS | 35 |
| 4.4 CONCLUSÕES FINAIS..... | 38 |
| 4.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO | 39 |
| 4.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS | 39 |
| BIBLIOGRAFIA | 40 |
| APÊNDICE A – CAMPANHAS DE 1895..... | 44 |
| ANEXOS | 50 |
| ANEXO A – GLOSSÁRIO DE DEFINIÇÕES | 51 |
| ANEXO B – FOTOGRAFIA DE MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E ANTÓNIO DE SPÍNOLA | 52 |
| ANEXO C – MAPA DE ÁFRICA DEPOIS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM | 53 |
| ANEXO D - CONFERÊNCIA DE BERLIM E RESPECTIVA DELEGAÇÃO PORTUGUESA..... | 54 |
| ANEXO E - O MAPA COR-DE-ROSA..... | 55 |
| ANEXO F – CECIL RHODES..... | 56 |
| ANEXO G – MOÇAMBIQUE- LIMITES IMPOSTOS PELA INGLATERRA APÓS ULTIMATUM | 57 |
| ANEXO H– GUNGUNHANA | 58 |
| ANEXO I – AMÍLCAR CABRAL | 59 |
| ANEXO J – BRITISH SOUTH ÁFRICA COMPANY – SELO; BANDEIRA; PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO | 60 |

| | |
|--|-------------------------------------|
| ANEXO L – LANDIM, CALDAS XAVIER, JOSÉ ENES, EDUARDO GALHARDO, AIRES DE ORNELAS..... | 61 |
| ANEXO M – RELATÓRIO DE PRISÃO DE GUNGUNHANA..... | 63 |
| ANEXO N – DIRECTIVA 47/69 | 71 |
| ANEXO O – DIRECTIVA 46/69 | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO P – UTILIZAÇÃO DO HELICÓPTERO NA CONTRA GUERRILHA | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO Q – DIRECTIVA 65/69 | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO R – CARTA DE MOUZINHO DE ALBUQUERQUE A CONDE DE ARNOSO..... | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO S– FORMAÇÃO DE COLUNA E QUADRADO; OS TRÊS EIXOS DA MANOBRA ESTRATÉGICA | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO T – DIRECTIVA 47/69..... | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO U – DIRECTIVA 46/69 | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO V – DIRECTIVA 66/69 | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO X – DIRECTIVA 71/69 | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO Z – CARTA ENVIADA A MARCELO CAETANO 12 DE NOVEMBRO DE 1970 | Erro! Marcador não definido. |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| Figura 1: Capitão Mouzinho de Albuquerque - Campanha de Moçambique em 1895 ... | 52 |
| Figura 2: António de Spínola | 52 |
| Figura 3: Mapa de África depois da Conferência de Berlim | 53 |
| Figura 4: Conferência de Berlim | 54 |
| Figura 5: Delegação Portuguesa..... | 54 |
| Figura 6: Mapa Cor-de-Rosa..... | 55 |
| Figura 7: Cecil Rhodes..... | 56 |
| Figura 8: Cecil Rhodes..... | 56 |
| Figura 9: Moçambique - Limites Impostos pela Inglaterra após Ultimato | 57 |
| Figura 10: Gungunhana | 58 |
| Figura 11: Amílcar Cabral | 59 |
| Figura 12: Selo da Bristish South Company..... | 60 |
| Figura 13: Bandeira da Bristish South Company | 60 |
| Figura 14: Primeira Administração..... | 60 |
| Figura 15: Landins | 61 |
| Figura 16: Eduardo Galhardo..... | 61 |
| Figura 19: Aires de Ornelas..... | 62 |
| Figura 17: António Enes..... | 62 |
| Figura 18: Caldas Xavier: | 62 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

AHM: Arquivo Histórico Militar

C

CAOP: Comando de Agrupamento Operacional

CEE: Comunidades Económicas Europeias

CEMGFA: Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

E

EUA: Estados Unidos da América

F

FNLG: Front de Libération National Guinéen

I

IAO: Instrução de Aperfeiçoamento Operacional

L

LDG: Lanchas de Desembarque Grandes

LFG: Lanchas de Fiscalização Grandes

O

ONU: Organização da Nações Unidas

P

PAIGC: Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PIDE: Polícia de Intervenção e Defesa do Estado

R

RFA: Alemanha Ocidental

T

TIA: Trabalho de Investigação Aplicada

TPOC: Tirocínio para Oficial de Cavalaria

U

UPA: União dos Povos de Angola

Z

ZEE: Zona Económica do Escudo

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo principal a divulgação e partilha de conhecimento ao nível da história militar e da arma de Cavalaria.

Com este tema pretende-se focar duas épocas nas quais existiu, em redor, quer da metrópole Lisboa quer das colónias Moçambique e Guiné-Bissau muita controvérsia, em que ambas as personagens foram nomeadas governadores militares das respectivas províncias, numa altura da história Portuguesa em que Mouzinho de Albuquerque foi importante nas Campanhas de África, bem como António de Spínola foi no auge da Guerra colonial. Caracterizando a acção Política e Militar das personagens, pretende-se que o leitor fique a compreender a articulação entre as soluções militares e políticas propostas por cada um, bem como as estratégias desenvolvidas e as limitações e dificuldades reconhecidas.

A metodologia utilizada na elaboração do trabalho baseou-se na pesquisa documental sobre fontes primárias e bibliográficas, directamente relacionadas com o tema a explorar.

Chegou-se à conclusão que as opções militares adoptadas foram na grande maioria das vezes as mais acertadas, embora as opções políticas ficassem aquém do esperado, não por culpa das duas personagens, mas sim por culpa do governo da Metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: Mouzinho de Albuquerque; António de Spínola; Colónias; acção Política e Militar; Caracterizando.

ABSTRACT

The foremost objective of the present project is the dissemination and sharing of knowledge in what concerns the military history and the Cavalary Branch.

The project is focused in two controversial periods either in Lisbon or in the colonies of Mozambique and Guinea-Bissau. At this time, two important persons played a crucial role in the Portuguese history, Mouzinho de Albuquerque and Antonio de Spínola. They were both appointed as military governors in their provinces. Mouzinho de Albuquerque was mainly relevant in campaigns for Africa and Antonio de Spínola in the context of the Colonial War. Through the description of the Political and Military point of view of these two important personalities, we intend to provide to the reader a better understanding of the relationship between the solutions proposed by each of them, as well as the development of the several strategies and the recognition of its limitations and difficulties.

The methodology used to prepare this project was based in documentary research under primary and bibliographic sources directly related with this specific subject.

The fundamental conclusion reached through the analysis of the overall documents was that the military options adopted were in the majority of the circumstances the most appropriate. Moreover, even though some of political actions were not as good as expected, the responsibility was mainly due to the government instead of the two personalities decisions.

KEY WORDS: Mouzinho de Albuquerque; António de Spínola; Colonies; Political and Military Action; Description.

INTRODUÇÃO

*“Olhai, que ledos vão, por várias vias
Quaes rompentes leões e bravos touros
Dando os corpos a fomes e vigias
A ferro, a fogo, a setas e pelouros”*
Luíz Vaz de Camões

OBJECTIVOS

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do Tirocínio para Oficial de Cavalaria (TPOC) e da necessidade de dotar o aluno de uma formação científica de base sólida, incitando-o à pesquisa e à investigação.

Assim, para complementar a formação técnica, o presente TIA visa desenvolver conhecimentos teóricos no âmbito da História Militar, tendo como tema: “Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola: Uma visão comparada da sua acção Política e Militar em África.”

Este trabalho pretende contribuir com novo conhecimento relativamente à forma de ser e de actuação nos diferentes teatros de operações, das duas figuras importantes da História Militar Portuguesa, bem como para a arma de Cavalaria. Sendo pertinente fazer uma comparação entre as dimensões comuns que ambos adoptaram, de forma a conhecer, estratégias e tácticas seguidas pelos chefes militares bem como as suas consequências.

IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

Este tema reveste-se de uma importância fundamental para a Arma de Cavalaria, tendo como finalidade contribuir para o aprofundar de conhecimento sobre a arma de Cavalaria, referindo os seus mais notáveis oficiais, bem como investigar e dar a conhecer todas as dificuldades inerentes ao cargo de Comandante-Chefe aliada à responsabilidade de Governador.

Este trabalho trata-se de um estudo de cariz científico, segundo uma perspectiva inédita, visando o conhecimento e a análise comparativa sobre a acção de dois chefes militares e políticos, que protagonizaram momentos decisivos na história de Portugal, no quadro do esforço de manutenção do império em África.

Analisar e comparar o estilo pessoal, as medidas políticas e administrativas e a sua acção no Comando de Forças Militares.

No âmbito da minha formação, e no âmbito estritamente pessoal é de grande valor para a minha pessoa a realização deste trabalho, conhecendo melhor os aspectos essenciais destas duas personagens tão importantes para Portugal, ligando a História do exército Português e o estilo destes dois chefes militares.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Caracterização dos aspectos mais importantes das duas personagens enquanto chefes militares e políticos, realçando o cargo político quer num e noutra caso, e se realmente o cargo político estava inerente às funções de militar nas províncias ultramarinas, nas épocas respectivas em que ambos eram admirados por uns e odiados por outros.

ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia será enquadrada no âmbito de uma investigação histórica, envolvendo a consulta e o tratamento de fontes primárias manuscritas e impressas e outras fontes textuais e iconográficas, complementada com uma investigação comparativa, considerando as necessidades levantadas. Com um objecto de estudo ainda pouco explorado, a atitude epistemológica será baseada numa aproximação analítica indutiva, recorrendo a uma análise diacrónica.

- Pesquisa bibliográfica
- Pesquisa de fontes primárias
- Pesquisa em revistas técnicas nacionais

A recolha de informação era feita junto dos Arquivos e Bibliotecas Militares núcleos museológicos e arquivos regimentais e na Biblioteca Nacional. A investigação em revistas da especialidade da época será outra categoria de fontes que julgo ser importante.

Tratando-se de um trabalho de investigação, este tem início com a pesquisa documental sobre fontes primárias e bibliográficas, directamente relacionadas com o tema a explorar. Após a obtenção da informação irá ser formulada uma tese para dar resposta às questões apresentadas no referido trabalho.

A execução deste trabalho está assente exclusivamente no Método Histórico.

Para o tema em apreciação foram levantadas diversas questões que servem de suporte base para dar resposta a uma questão central: **“Que acções político-militares deveriam ter adoptado Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola para alcançar a posse efectiva das Colónias?”**

Para apoiar a investigação e sustentadas na questão central, foram ainda levantadas as seguintes questões derivadas:

- Quais os aspectos inovadores ao nível da táctica e estratégia utilizados?
- Identificar e descrever as limitações e dificuldades reconhecidas nas diferentes épocas?
- Identificar os traços comuns, relativamente às medidas propostas e implementadas, relativamente a assuntos militares e políticos?

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho encontra-se organizado numa introdução, quatro capítulos, sendo o quarto capítulo a conclusão, da seguinte forma:

No primeiro capítulo, **O Estado da Arte**, irá ser explanado o enquadramento político-social e militar do meio e do período que antecedia a sua chegada aos respectivos teatros de operações.

No segundo capítulo, **À Frente do Futuro de Moçambique**, destinado a Mouzinho de Albuquerque, assim como no terceiro capítulo, **À Frente do Futuro da Guiné**, destinado a António de Spínola, é caracterizada a acção destes como chefes militares e governadores em África, identificando as dimensões comuns e os aspectos inovadores da sua acção. Descrever as estratégias desenvolvidas pelos dois líderes, naqueles que foram os teatros de operações mais difíceis de cada um das épocas em estudo.

No quarto capítulo, serão apresentadas as conclusões derivadas da investigação feita, dando resposta à questão central anteriormente levantada, procurando, também, responder a todas as questões derivadas enunciadas.

CAPÍTULO 1: O ESTADO DA ARTE

1.1. *SCRAMBLE¹ FOR ÁFRICA*

Iniciemos o estudo enquadrando à luz da época as províncias, quer de Moçambique onde Mouzinho de Albuquerque² assume vários cargos de governador, quer onde António de Spínola³ foi designado comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné.

Em meados do século XIX, muitos países do velho continentes lançam expedições pelos sertões do mesmo com fins evangelizadores, científicos ou meramente comerciais. Notícias de infindáveis riquezas existentes despertavam o apetite das grandes potências, como Alemanha, Bélgica e Grã-Bretanha. Assim, começava-se a desenhar uma verdadeira corrida ao domínio da África Central e Austral, que só levaria vantagem quem pudesse ocupar e reclamar mais rapidamente a maior porção de território.

Muita da disputa pela supremacia política, militar e económica que se travava entre os maiores Estados da Europa passou para um palco completamente diferente e novo, transformando o continente negro no principal cenário onde se iria realizar todo o jogo de interesses. (Martins, 1945)

Portugal pretendia manter as suas aspirações sobre as costas da Guiné, Angola e Moçambique, numa altura em que exploradores europeus se acercavam de zonas de influência em Angola e Moçambique, criando como resposta a esta potencial ameaça, a Sociedade de Geografia de Lisboa⁴. Esta tinha o propósito de promover a exploração científica e geográfica das províncias ultramarinas. Apesar disto, Portugal, segundo Silva Porto⁵, levava cerca de 20 anos de atraso em relação às potências europeias na corrida africana. A acrescentar a todos os contras, nos finais da década de 1860, o território de Moçambique passou a despertar o interesse das potências, em grande parte por esta ser responsável por ¼ da produção mundial de ouro. É na década de 80 que a grande rivalidade existente com a Grã-Bretanha se vai agravar, numa altura em que estes andavam entretidos com a disputa de algumas províncias do interior da África ocidental. Portugal a estes, evocava os direitos históricos de descoberta e conquista sobre determinadas províncias, que no fundo eram as bases do Direito Internacional: a descoberta, a posse e reconhecimento⁶.

¹ Expressão cunhada justamente em 1884. Thomas Pakenham, *The Scramble for África*. White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876-1912, 2.^a ed., Nova Iorque, Perennial, p. XXV.

² Ver Fotografia em Anexo B

³ Ver Fotografia em Anexo B.

⁴ A Sociedade de Geografia de Lisboa é uma sociedade científica criada em Lisboa no ano de 1875. Foi criada no contexto do movimento europeu de exploração e colonização, dando desde o início, particular ênfase à exploração do continente africano.

⁵ Silva Porto era um dos exploradores dos Sertões Africanos.

⁶ Segundo Luciano Cordeiro num memorando de 1883 que os princípios de direito internacional relativo aos direitos coloniais em vigor.

Começava assim a caminhar-se a passos largos para a Conferência de Berlim⁷. Com a procura por parte das potências de espaço vital⁸, não cessavam as constantes insistências para a realização de um acordo internacional que tivesse como principal objectivo fixar a partilha das regiões africanas ainda não ocupadas, definindo assim os limites dos territórios colonizados entre os diversos estados. Assim, pensou-se que este viria a evitar conflitos de jurisdição que pudessem originar lamentáveis lutas armadas entre as potências colonizadoras.

Deste Congresso fizeram parte 14 países⁹, em que foram tomadas duas decisões que interessavam especialmente a Portugal: a declaração de neutralidade da bandeira e liberdade de comércio na bacia do Congo, e a “chamada doutrina da efectivação de posse” (Martins, 1945,p.418), que conferia a obrigação a toda a potência que colonizasse determinado território em África, ficaria responsável de aí assegurar a autoridade necessária que garantisse a paz. Algumas transformações ocorreram ao nível do sistema internacional, nomeadamente ao nível da hegemonia colonial, “passando-se para um mundo multipolar com a entrada em palco de novas potências ultramarinas como a Alemanha.” (Fernandes, 2010,p.87).

Esta situação fez com que Portugal revisse os seus acordos diplomáticos com outros países em deterioramento da tradicional relação que tinha com Londres. Assim, Portugal apesar de não romper em definitivo esta aproximação histórica com Londres, passou a apresentar as suas posições com mais firmeza e não descartando estabelecer acordos com França e Alemanha. Procurou-se então, a construção de um império na África Central que liga-se Angola a Moçambique, ao qual seria dado o nome de Mapa Cor-de-Rosa¹⁰, apesar de estas intenções colidirem com as esferas de influência das três potências: a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha. É aqui que as nossas intenções entram em choque com as intenções da Grã-Bretanha quando estes fazem a ligação férrea Cabo-Cairo, pela mão de Cecil Rhodes¹¹, abrangendo assim terras que constavam do Mapa Cor-de-rosa. Portugal responde lançando uma serie de expedições científicas¹², com vista a pacificar e ocupar o interior. Perante uma nova tentativa do governo Português para o recurso à arbitragem,

⁷ Entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 realizou-se em Berlim uma conferência que viria a ficar conhecida como Conferência de Berlim. Nela foram discutidas seis questões fundamentais relativas aos interesses coloniais na África Central; liberdade do comércio na bacia do Congo e seus afluentes; interdição do comércio de escravos; neutralidade dos territórios na bacia do Congo; navegação no Congo e no Níger; e por último quais as ocupações já efectuadas que seriam consideradas como efectivas.

⁸ Ver definição em Anexo A. Ver mapa do continente africano após Conferência de Berlim em Anexo C

⁹ Entre os quais Portugal, representado por António de Serpa Pimentel (ministro dos negócios estrangeiros), Luciano Cordeiro (em representação da Sociedade de Geografia), e pelo Conde de Penafiel (embaixador em Berlim). Ver Delegação Portuguesa em Anexo D

¹⁰ Ver Mapa Cor-de-Rosa em Anexo E.

¹¹ Cecil Rhodes, bem como outras personagens, era uma mistura de político, aventureiro e empresário, que com as suas intenções expedicionárias foi progressivamente alargando e delimitando as fronteiras do domínio branco na África Central e Austral. Ver fotografia anexo F.

¹² Com o crescente aparecimento de países europeus em África a ganharem cada vez mais posições no terreno e a adquirirem poder negocial, são enviados para África diversas expedições com fins científicos, políticos, religiosos e económicos.

surge a 11 de Janeiro o célebre Ultimato¹³, acordando o país do sonho cor-de-rosa, e isso teve efeitos na carreira de Mouzinho de Albuquerque, como nos diz Paulo Fernandes: “A Resignação do Governo perante o Ultimato de Janeiro de 1890 teve consequências imediatas, que a médio prazo viriam a influenciar a carreira de Mouzinho de Albuquerque.” (Fernandes, 2010,p.92).

O Próprio Mouzinho comenta os factos que serviram de pretexto impertinente ao ultimato Britânico de 1890, reflectido um altíssimo espírito patriótico: “*Ao menos se nessa ocasião se fomos humilhados, tendo que nos curvar perante a força, não houve vergonha a lamentar. A missão ao Chire estava em mãos de oficiais a cujo procedimento sempre leal, correcto e cavalheiroso presta homenagem o mais activo e inteligente de quantos em África trabalharam para nos desapossar do que constitui hoje a África central Britânica, o ex-cônsul inglês em Moçambique, depois comissário real no Nyassaland, sir Harry Johnston.*” (Martins, 1938,p.25).

Assim, era esta a situação política nas colónias ultramarinas que se vivia nos finais do século XIX, onde Mouzinho de Albuquerque irá ter um papel preponderante.

1.2. PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA

A sociedade Portuguesa ficou profundamente marcada pela Guerra de África no período das décadas de sessenta e setenta, estando também na origem do derrube do regime que vigorava em Portugal desde 1926.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, novos ventos sopraram nos continentes africano e asiático, tornando assim a independência política das colónias dos antigos impérios europeus um fenómeno cada vez mais irreversível e gradual, “Era necessário, por conseguinte, manter o império e resistir à onda da descolonização que varria o continente africano.” (Rodrigues, 2010,p.50). Ao mesmo tempo que isto se verificava um pouco por toda a Europa, Portugal decide não acompanhar este movimento de descolonização, “*Neste aspecto importa por certo considerar que a posição portuguesa de manter a todo o custo os territórios ultramarinos, era dissonante da pratica por grandes potências que a pouco e pouco no inicio dos anos sessenta foram concedendo independência aos territórios por si colonizados e que progressivamente deixaram cada vez mais isolado o nosso pais na cena politica internacional.*” (Monteiro, 2010,p.9).

Em 1951, Oliveira Salazar¹⁴ promove uma revisão constitucional, e dessa reforma Portugal deixaria de ter colónias e passaria a ter províncias ultramarinas, dando um sinal claro à comunidade internacional que não iria ceder a pressões para descolonizar, “*A posição do*

¹³ Depois de muitas pressões Inglesas para o recuo das expedições portuguesas, e estando para breve o ataque e a ocupação de Lourenço Marques por parte dos Ingleses, dá-se o lamentável célebre Ultimatum Inglês que é retratado como um dos episódios mais tristes da História de Portugal. Ver Limites impostos pela Inglaterra após Ultimato em Anexo G.

¹⁴ Salazar, praticando uma política de isolacionismo internacional sob o lema Orgulhosamente só, levou Portugal a sofrer consequências extremamente negativas a nível cultural e económico. Ver fotografia em Anexo H.

governo de Lisboa, insistindo que esses territórios não eram colónias mas sim províncias de um todo pluricontinental, deixava Portugal numa posição de isolamento de certa forma comparável ao que vivera aquando dos descobrimentos.” (Martelo, 2010,p.64).

Nos finais da década de cinquenta, registou-se um afastamento de Portugal em relação à Inglaterra e aos Estados Unidos da América (EUA), e com uma correspondente aproximação à França e à Alemanha Ocidental (RFA), para assim conduzir o exigente esforço militar nos teatros de operações em África, “O peso comercial, financeiro e militar da RFA em Portugal não parou de crescer ao longo dos anos cinquenta, o que se revelou um factor decisivo para apoiar o esforço de Portugal.” (Telo, 2010,p.14) Em meados do início dos anos 60, Portugal e a RFA assinam algumas dezenas de acordos de cooperação na área da defesa.

Portugal também na década de sessenta desenvolve duas estratégias nacionais: uma oficial e outra real, “*Na estratégia Oficial, Portugal aposta tudo no conceito da pátria pluricontinental e multiracional, o que implica o desenvolvimento nas três Guerras de África e a criação de um mercado de livre circulação do Escudo, que abarcava Portugal e as suas colónias da Zona Económica do Escudo (ZEE). Na estratégia real, Portugal aproximava-se cada vez mais da RFA e da França, que eram a locomotiva da Comunidade Económica Europeia (CEE)* ¹⁵, *tanto em termos de comércio, como dos financiamentos, dos fluxos técnicos ou humanos.” (Telo, 2010,p.17).*

Por seu lado a França, sendo um importante poder colonial em África, apoia o esforço Português nas colónias, e igualmente com a RFA, a aproximação política e militar é acompanhada por um estreitar dos laços comerciais e económicos. Estes serão, até meados da década de sessenta, os grandes apoios internacionais na primeira fase do esforço Português nas Guerras de África. Mas este apoio não estava para durar, e os apoios por parte destes países estavam a tornar-se cada vez mais difíceis, obrigando Portugal a desenvolver novas alternativas.

É então que se regista uma aproximação, já na segunda metade dos anos sessenta, à África do Sul e à Rodésia¹⁶, assinando também um destes importantes acordos financeiros, energéticos, económicos e militares. O principal intuito destes acordos visava conter o avanço do comunismo na África Austral.

1.3. SITUAÇÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

Todo o Sul de Moçambique era povoado pelas mais diversas etnias: Tsongas, Óatongas, Machotes e Vátuas¹⁷. Estes consideravam-se vassallos de Portugal, mas esta subordinação

¹⁵ A Comunidade Económica Europeia é uma organização internacional criada com a finalidade de estabelecer um mercado comum Europeu.

¹⁶ Rodésia era o nome utilizado durante a colonização da África a uma região interior da África austral, finalmente em 1980, passou a ser o Estado independente do Zimbabué.

¹⁷ Os Vátuas eram excelentes guerreiros e haviam penetrado em Moçambique, por volta de 1820, subjuguando e escravizando os povos aí instalados.

era meramente ficcional e simbólica. Estes nativos viviam em unidades independentes umas das outras, às que davam o nome de regulados, sendo comandados por um régulo, que era responsável por manter a sua gente de guerra sob uma disciplina de ferro e articulada dentro de certos preceitos orgânicos, fraccionando as forças em grandes agrupamentos, os chamados Impis¹⁸. De entre estas tribos destacavam-se os Vátuas, de origem Zulo, eram dos que mais forte resistência ofereciam à acção Portuguesa, *“Aguerridos, insolentes e bravos, afeitos por índole, tradição e educação à mais dura disciplina militar, bem cedo os Vátuas se tornaram o terror do Sul da Província e uma ameaça permanente para Lourenço Marques de que se chegaram a apoderar em 1833.”* (D`Avellar, 1961,p.17).

O coração do império vátua situava-se em Gaza, exercendo forte influência sobre os régulos do Sul, sendo Gungunhana um dos reis mais temidos. Apesar de ser vassalo de Portugal, este ameaçou passar-se para o lado da influência inglesa, alterando os equilíbrios de forças no Sul de Moçambique, acabando assim com as aspirações de Portugal ao domínio da região. Logo após ter chegado ao poder, Gungunhana foi de imediato contactado por Londres na tentativa de assinar acordos no sentido de este passar a ser vassalo de Sua Majestade Britânica. Mas este mostrando-se um político hábil, cedo percebeu que poderia retirar vantagem da existência do conflito entre Portugal e a Grã-Bretanha. Este dominava toda uma vasta região, dividindo os seus territórios numa espécie de províncias comandadas por indunas¹⁹, dispondo o seu exército dividido por mangas²⁰ comandadas por esses mesmos indunas, obrigando as aldeias conquistadas à sua submissão e ao pagamento de tributos bem como à lealdade por parte dos avassalados.

Os relatórios das autoridades portuguesas descreviam Gungunhana²¹ como sendo uma pessoa bastante acessível, extremamente inteligente e muito determinado, revelando em muitas ocasiões uma simpatia inexplicável, apresentando uma argumentação lúcida e lógica. (Ornelas, 1897).

O principal armamento dos Vátuas era constituído pela azagaia de cabo curto com ferro longo, excelente tanto para apunhalar como para acutilar, eram possuidores de escudos de coiro de boi, transportavam um aro e flechas bem como espingardas de sílex como é o caso das *Martin-Henry* com que Cecil Rhodes abasteceu, cerca de 1000 espingardas.

O norte de Moçambique era dominado pelas tribos Namarrais, Macondes e Macuas, sendo quase todas de origem aborígene. Por seu lado, todo o litoral era povoado por Árabes de Zamzibar que exerciam grande predomínio. Estes povos apresentavam uma mentalidade mais evoluída e muito diferente daquela que tinham os de Sul. Dedicavam o seu dia-a-dia ao comércio com o interior, eram muito hábeis e astuciosos e tinham uma larga tradição o tráfico de escravos e de contrabando. Moçambique servia de refúgio para antigos

¹⁸ Chegavam a compreender cerca de 15000 guerreiros.

¹⁹ Guerreiros da sua confiança que comandavam essas províncias.

²⁰ Equivalente aos Batalhões Europeus, incluía alguns milhares de homens possuindo espingardas modernas.

²¹ Ver Fotografia em Anexo H.

condenados da outra costa a que se juntavam canarins²², mouros e brancos.

Assim, passava-se a compreender as dificuldades que Mouzinho de Albuquerque iria enfrentar para a consolidação da soberania nacional em Moçambique. Os principais inimigos estavam identificados: os interesses Britânicos, representados por Cecil Rhodes, e o régulo dos Vátuas, Gungunhana. Mas a principal dificuldade residia na ameaça nativa, não só se circunscrevendo aos aspectos militares, mas também aos económicos, pois o acesso aos mercados locais do Sul de Moçambique foi outro dos temas que motivam a luta entre europeus e africanos nesta zona do continente e que preocuparam Mouzinho de Albuquerque.

1.4. SITUAÇÃO MILITAR DA GUINÉ

Anos antes de António de Spínola ser nomeado Comandante-chefe da Guiné, este afirmava que a guerra da Guiné não poderia ser ganha pela força das armas, mas apenas pela força da razão. A Guiné sempre foi considerada pela metrópole como algo secundário, vista apenas como colónia ligada a Cabo Verde e com uma população reduzida de portugueses numa terra sem riquezas, visto que o palco principal dos confrontos coloniais se desenrolava em Angola. No entanto a Guiné havia de ser a província, anos mais tarde, onde as tropas portuguesas passariam mais provocações, “Foi o mais severo dos nossos teatros de guerra em África.” (Catarino, 2010,p.64), não só pela capacidade da guerrilha que, aos poucos e poucos conseguiu igualar a nossa capacidade de armamento, servida por bases para além da fronteira, mas também pelas condições extremamente difíceis do terreno, exíguo, entrecortado por rios, pântanos, um verdadeiro inferno para as nossas tropas.

Os portugueses depararam-se com um problema chamado Amílcar Cabral²³ e o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O PAIGC para além das acções militares, fazia uma grande acção política internacional, através do seu líder Amílcar Cabral. Amílcar Cabral era um homem bastante culto e hábil, que funda o PAIGC em 1956 pondo a especial tónica nas acções políticas, advogando uma solução de paz para a Guiné, “Em 1960 escreveu várias cartas ao Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, das quais nunca teve resposta e de desilusão em desilusão acabou por avançar para a luta armada.” (Monge, 2010,p.179). Este não era apenas o chefe do PAIGC, era o líder mais carismático de todos os movimentos independentistas contra a presença portuguesa, e também o mais difícil dos adversários da administração portuguesa, aproveitando esse seu estatuto para dar força o seu combate nomeadamente junto da ONU. Por estas alturas a Guiné era dividida em zonas de administração política e em sectores militares que eram atribuídos separadamente a líderes políticos e a chefes militares. Estes realizavam constantemente emboscadas, sabotagens, cortavam vias de circulação e colocavam minas

²² Índios de Goa como lhes chamavam os Portugueses.

²³ Nascido a 12 de Setembro de 1924, em 1959 funda o partido clandestino PAIGC que passados 4 anos sai da clandestinidade ao estabelecer uma delegação na cidade de Conacri. Ver fotografia em Anexo I.

anti-carro evitando assim que as tropas portuguesas circulassem. Nos primeiros anos o PAIGC chegou muitas vezes a surpreender as tropas portuguesas como o próprio Amílcar Cabral testemunha, *“Adoptámos uma estratégia que podemos chamar de centrífuga, porque ao contrário de fazermos o que os portugueses esperavam, de partirmos da periferia do nosso país para o interior, nós partimos do interior para a periferia. É a característica da acção militar.”* (Cabral, 1956). Assim quando Spínola chega à Guiné, já o território se encontrava em guerra à pelo menos cinco anos. Em Janeiro de 1963, já Amílcar Cabral liderando o PAIGC, tinha levado a cabo as primeiras acções militares contra o domínio colonial português, com grande destaque para o primeiro ataque violento contra as tropas portuguesas em Tite. Esta foi só o início, nos meses seguintes o PAIGC levou a cabo diversas operações militares com relativo sucesso, levando as forças portuguesas a perderem o controlo do território. É por esta altura que o PAIGC recebe apoios exteriores, nomeadamente, forte apoio militar de cuba.

Entramos num período de grande desgaste para as forças portuguesas, que sofrem constantes ataques às suas posições, numa altura em que as forças portuguesas passaram a conduzir uma guerra essencialmente defensiva, com o claro objectivo de manutenção de posições no terreno. Assim que, António de Spínola chegar à Guiné, rapidamente se irá aperceber de que Portugal poderá enfrentar na Guiné um colapso militar a curto prazo.

CAPÍTULO 2: À FRENTE DO FUTURO DE MOÇAMBIQUE

2.1. FINALMENTE AS COLÓNIAS

É neste ambiente conturbado que Mouzinho de Albuquerque chega pela primeira vez a Moçambique em 1890, acabado de ser promovido ao posto de major e a governador do distrito de Lourenço Marques, com o objectivo de acudir à crescente situação de insegurança que ali se vivia. Nesta altura Gungunhana, contando com o apoio da nossa legítima aliada Inglaterra, enfrentava e desrespeitava constantemente a soberania portuguesa, ignorando na maioria das vezes os acordos e as boas relações que até então tinham sido estabelecidas com seu pai²⁴. Mouzinho de Albuquerque chega a Moçambique com objectivos bem claros, a nível político-diplomático pretende controlar o expansionismo inglês, a nível militar como sendo urgente subjugar o Gungunhana e a nível administrativo-financeiro aqueles que seriam inerentes à missão de governador, como foi o caso do chamado mussuco²⁵. (Fernandes, 2010)

2.1.1. O PRIMEIRO CONTACTO COM A VIDA PÚBLICA ULTRAMARINA

Desta primeira estadia de Mouzinho de Albuquerque à frente do distrito de Lourenço Marques seria marcada por dois episódios considerados os mais interessantes da vida deste. O primeiro viria a surgir como resultado das divergências entre Portugal e a Grã-Bretanha, na sequência do Ultimato, registando-se alguns incidentes entre a British South África Company²⁶ e as autoridades portuguesas na zona de Manica²⁷, “*Um deles foi o aprisionamento do navio inglês Countess of Carnarvon quando, em Outubro de 1880, subia o Limpopo²⁸ transportando armas que iam ser levadas de presente ao Gungunhana.*” (Martins, 1938,p.31). Aconteceu quando um régulo local chegou a acordo com os britânicos, que em troca do pagamento de 500 libras por ano, 1000 espingardas e 20000 munições, concedeu à *British South África Company* de Cecil Rhodes os direitos de prospecção mineira e a respectiva permissão para a construção de portos, pontes, canais, linhas telefónicas e de telégrafo. Também em contrapartida, os britânicos comprometeram-se em proteger as populações nativas dos avanços dos portugueses. Esta manobra colocava em risco os negócios da Companhia de Moçambique, e os Portugueses ao saberem desta manobra reagiram em conformidade.

²⁴ Muzila de seu nome, foi fundador do Império Vátua, conhecido como sendo um governante com mão de ferro.

²⁵ Mouzinho deu especial atenção à cobrança do Mussuco ou imposto de palhota, ao qual muitos se recusavam na altura a pagar.

²⁶ A *British South Company* é fundada por Cecil Rhodes, através da fusão entre a *Central Search Association* e a *Exploring Company Ltd*, com o principal objectivo virado para a exploração mineira. Ver *British South África Company* – Selo; Bandeira; Primeira Administração em Anexo J.

²⁷ Manica é uma província de Moçambique, possuindo uma área de cerca de 61.661 km² em que a sua capital de província é Chimoio.

²⁸ O rio Limpopo é o segundo maior rio da África Austral, com cerca de 1600Km de extensão, entra em Moçambique a norte pela província de Gaza e atravessa todo o Moçambique até ao Oceano Índico.

Numa tentativa de manter Gungunhana sob a soberania portuguesa, Portugal manda os seus enviados, mas não se anteciparam a Aurel Schulz²⁹, que acabou por selar o tratado que concedia toda a espécie de concessões feitas à companhia Britânica, comprometendo-se com o envio de um presente com cerca de 1000 espingardas *Martinis*. Estas armas acabaram por ser descarregadas no *Countess of Carnarvon*, um pequeno vapor de 100 toneladas, e entregues ao destinatário mesmo debaixo do nariz dos responsáveis portugueses que apenas exigiram um pagamento alfandegário. Contudo, na mesma noite, “Estas armas chegaram-lhe às mãos, mas veio a perdê-las num incêndio que misteriosamente devorou a casa onde estavam armazenadas” (Martins, 1938,p.32). Transportava novamente o *Countess of Carnarvon* uma nova remessa de armas Britânicas quando apareceu o vapor português *MacMahon*, com o próprio Mouzinho de Albuquerque a bordo. Foi o próprio que deu ordem para apreender as armas, “Foi ele mesmo quem deu as instruções para que o navio e os seus restantes tripulantes e viajantes fossem feitos prisioneiros, o que veio a acontecer.” (Fernandes, 2010,p.138). Estas armas que viriam a ser utilizadas contra os portugueses, caso estas tivessem chegado ao seu destino. Este acto de valentia do novo governador de Lourenço Marques teria sido um dos vários argumentos apontados a Gungunhana pelos seus conselheiros, quando o instigaram a consentir que se revoltassem os Landins³⁰ daquele distrito.

O outro episódio considerado também deveras importante para a vida de Mouzinho de Albuquerque foi a expedição de Macequece³¹ dos voluntários de Lourenço Marques. A 15 de Novembro de 1890, um posto português de Macequece é ocupado pelas forças da Rainha Vitória, fazendo prisioneiros o Coronel Paiva de Andrade³² e o capitão-mor de Manica, Manuel António de Sousa³³. Os sucessivos avanços britânicos na zona e a tomada de Macequece levantaram uma onda de indignação entre a população branca da província. A 10 de Dezembro de 1890 chegou mesmo a realizar-se uma sessão aberta ao público na Câmara Municipal de Lourenço Marques, de onde o presidente de câmara disse: “*Entendia que era dever de todos os portugueses correrem em auxílio dos cativos, resgatá-los pela força, se fosse necessário, e manter o bom nome português; que lhe constava que se pretendia formar um batalhão de voluntários para esse fim e que, portanto, julgara precisa essa reunião para se tratar desse assunto, assegurando que todos os empregados se podiam alistar, porque os seus lugares e vencimentos seriam garantidos.*”³⁴. Desta reunião, saiu uma organização de uma expedição punitiva para enfrentar os invasores, expulsá-los

²⁹ O britânico Aurel Schultz era um médico colonial, representante da *British South África Company*, empresa de exploração mineral que ajudou a criar a chamada África Britânica.

³⁰ Era por esta designação genérica, que os portugueses classificavam os povos dos regulados submetidos a Gungunhana que não pertenciam ao núcleo central Vátua. Ver fotografia em Anexo L.

³¹ Macequece tem articular significado nas histórias portuguesa e moçambicana por ter sido o lugar onde a 11 de Março de 1891 se travou um sangrento conflito entre forças portuguesas e forças da British South Company.

³² Paiva de Andrade foi o fundador da Companhia de Moçambique.

³³ A quem Chamavam de *Gouveia*, era um poderoso senhor de prazos na Zambézia.

³⁴ Da acta n.º35 das sessões da C.M. De Lourenço Marques, transcrita no interessante opúsculo do Tenente Mário Costa «Voluntários de Lourenço Marques» (pag.73)

do território nacional e resgatar os prisioneiros.

O comando da expedição ficou a cargo do intrépido major Caldas Xavier³⁵, que parte a 10 de Janeiro de 1891, a bordo do vapor Rovuma em direcção à Beira. Ao fim de quatro difíceis meses de marcha e deambulações pelo sertão, a força libertadora chega então a Macequece, *“Após quatro meses de marcha pelo interior, em que foi posta à prova a resistência física e energia moral dos denonados voluntários, a expedição chegaram, finalmente, em 5 de Maio, a Macequece.”* (Martins, 1938,p.35), ainda ocupada pelos britânicos. Uma semana depois a força portuguesa enfrenta as posições inimigas ao longo de um dia inteiro, opondo-se os ingleses com êxito à força de assalto lusitana superior em número, registando-se baixas de ambos os lados. No final do dia, os portugueses tiveram de bater em retirada para Chimoio³⁶. Ao mesmo tempo em Lisboa, o governo encontrava-se em negociações com os britânicos no sentido de definir a linha de fronteira na região e um conflito como este não ajudava as suas pretensões, sobretudo depois de os britânicos terem reafirmado que a tomada de Macequece tinha sido um erro e que os homens de Cecil Rhodes já haviam recebido instruções para se retirar. Recebia assim, Caldas Xavier, instruções de um Mouzinho de Albuquerque revoltado mas obrigado a transmitir instruções para este fazer regressar os expedicionários a Lourenço Marques. (Martins, 1938)

As tropas chegaram a 4 de Setembro à capital de distrito completamente exaustas, e sem terem conseguido os objectivos que para os quais se tinham proposto. No seu relatório, Caldas Xavier escreveu: *“Fomos recebidos pelo Sr. Governador Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, um dos homens que mais trabalhou para que a nossa expedição fosse útil; mais meia dúzia de amigos particulares também nos deram a satisfação de os abraçarmos. O restante da população portuguesa e a Câmara Municipal nem deram pela nossa chegada, ou se deram, foi-lhes este facto tão indiferente como o da nossa partida. Eram doidos ou cobardes os que chegavam? Não. Era que a fúria patriótica da população de Lourenço Marques se tinha esgotado em discursos pomposos, feitos na reunião, havida na casa da Câmara, para alistamento de voluntários”.*³⁷ Paiva de Andrade e Manuel António de Sousa seriam libertados em 1891, acabando por Portugal a ser forçado a ajustar um acordo de demarcação fronteiriça de Manica. Anos mais tarde, o próprio Mouzinho de Albuquerque comenta na sua obra *Moçambique, 1896-1898*, que quando se travou o combate já fôra assinado o tratado com a Inglaterra que definia os limites da província, mas houvera ao menos um protesto feito a tiro de bala contra a violência de que um oficial português (Paiva de Andrade) fôra vítima.

Esta seria a primeira derrota de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique, apesar de sofrer outras, embora a história viesse a registar apenas as vitórias, revelando-se a

³⁵ Alfredo Augusto Caldas Xavier, nascido a 25 de Setembro de 1852 em Lisboa, foi militar, explorador e administrador colonial Português que se distinguiu nas denominadas campanhas de pacificação de Moçambique nas últimas décadas do século XIX. Ver fotografia em anexo L.

³⁶ Chimoio é a capital da província moçambicana de Manica, o seu nome original da povoação foi Mandigos.

³⁷ Publicado na «Revista Militar» de 1892.

Campanha de Macequece um desastre militar e político.

O aparecimento de atritos e desinteligências de carácter administrativo entre os governos-gerais da colónia e do distrito, terminaram com a saída de Mouzinho de Albuquerque do seu primeiro cargo em Moçambique, “*Seja como for, o tirocínio africano de Mouzinho de Albuquerque encontrava-se concluído. Regressaria a Lisboa dotado de uma visão mais geral da questão africana, e moçambicana em particular.*” (Fernandes, 2010,p.142). Durante esta sua breve estadia por Moçambique, ficou bem demonstrado o carácter intervencionista de Mouzinho de Albuquerque, numa altura que se recomendava contenção, este defendia a acção, apesar de, na capital se pensar de forma diferente. A 16 de Janeiro de 1892, cessa funções sem ter completado os três anos da comissão de serviço.

Mouzinho de Albuquerque, compreendeu durante a sua estadia por terras de Moçambique, que os principais problemas daquela província na consolidação da soberania portuguesa estavam identificados: Cecil Rhodes e Gungunhana; adquiriu a consciência do perigo que representavam o domínio vátua e a figura de Gungunhana para a projecção da soberania portuguesa em Moçambique. Entendeu também que o império daquele povo se encontrava fortemente ligado ao predomínio do régulo sobre grande parte das aldeias do seu território. A ameaça apenas podia acabar, quando Gungunhana fosse capturado, acabando assim com a sua política tortuosa e imbecil que aumentava de dia para dia. Para Mouzinho de Albuquerque sói existia uma única solução para o distrito: “O estado da província de Moçambique era pouco animador para quem ambicionasse um governo sossegado, livre de perigos e aventuras. Era uma província de Moçambique a conquistar em grande parte e a organizar.”³⁸

De regresso à vida mole como este a caracterizava, na metrópole, fervilhava o espírito deste, com o desejo de voltar de regressar a África para completar o trabalho deixado a meio, a captura de Gungunhana, que continuava a fomentar rebeliões na zona.

2.1.2. O REGRESSO À METRÓPOLE

Como tinha sido promovido a major, durante o tempo que esteve em Moçambique, sem prejuízo da antiguidade e não tendo completado o tempo mínimo exigido por lei para garantir esse posto, assim que retorna à Metrópole em Abril de 1892, vê-se obrigado a regressar à patente de capitão. Só viria a conquistar novamente os galões de major cerca de três anos mais tarde, por distinção em campanha, depois dos seus feitos em Chaimite³⁹. Com estes anos na colónia, Mouzinho de Albuquerque aprendeu com a experiência. Este enquanto governador de Lourenço Marques concebeu em plano de operações militares que entregou ao ministro da Guerra, o então seu amigo pessoal, Coronel Pimentel Pinto. Já na

³⁸ Joaquim Mouzinho de Albuquerque, *Moçambique*, 1896-1898, vol.II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934,p.78.

³⁹ Chaimite era uma aldeia sagrada para os Vátuas, sita no antigo Império de Gaza, onde a 28 de Dezembro de 1895 foi aprisionado o imperador Gungunhana.

Metrópole, fez saber ao Coronel Pimentel Pinto, do seu desejo de vir a comandar um esquadrão de Cavalaria em futuras campanhas moçambicanas.

Estava convicto de que, *“Mostra a experiência que, em África, toda a tentativa de posse que não seja precedida por uma acção da força e seguida de uma ocupação que imponha respeito, ou antes medo, a todos que tentem revoltar-se, é sempre mal sucedida. Na província de Moçambique houve numerosos e frisantes exemplos que abonam esta regra geral e o mesmo tem sucedido nos países vizinhos, por diversas vezes.”* (Parreira, 1936,p.47).

Mouzinho de Albuquerque não propunha uma campanha aberta contra o régulo de Gaza, nem um ataque ao seu manjacaze⁴⁰, era da opinião que apenas duas colunas de tropas europeias operassem ao norte do distrito de Lourenço Marques e ao sul de Inhambane⁴¹, estabelecendo nessas regiões postos militares fortificados, em posições estratégicas como Chicomo e Magul. Após marcadas estas posições que deveriam ficar ocupadas, e em caso de resistência, no primeiro ano nada mais poderia ser feito do que essas ocupações, subentendendo assim que outras deveriam ser empreendidas subsequentemente. Para muitos eram notórias as influências que Caldas Xavier tinha o pensamento militar de Mouzinho de Albuquerque, que defendia o emprego de colunas compostas por soldados brancos, integrando cerca de 1200 homens cada uma, auxiliadas por nativos.

Mouzinho de Albuquerque, durante a sua estadia por Lourenço Marques, demonstrou bem que era um defensor de uma intervenção pela força das armas, dizia que o selvagem só respeitava quem lhe pudesse fazer mal e que lho desse a entender bem claramente, mesmo quando lhe fizesse algum benefício. Este era o lema que Mouzinho de Albuquerque passou a defender publicamente. (Fernandes,2010)

Acrescentava ainda que se deveria *“constituir um corpo de oficiais que fizesse carreira no Ultramar; que as comissões desempenhadas pelas unidades do Exército tivessem a duração de dois anos; que as forças de polícia europeia e nativa fossem contratadas para servir cinco anos, que os regulares africanos fossem recrutados tanto em Angola como em Moçambique e Índia, que se constituíssem forças de segunda linha, os sipaios; e que se arrolassem auxiliares locais em caso de guerra.”* (Mouzinho, 1893,p.9). Sendo esta estrutura suportada com dois quadros de oficiais superiores, um para África Oriental e outro para África Ocidental. Também os funcionários civis deveriam ser sujeitos a um curso específico antes de serem enviados para as províncias ultramarinas. Existia a necessidade clara de despachar para Moçambique forças europeias por destacamento, entregues ao comando de oficiais capazes, não enviando tropas expedicionárias organizadas com elementos demasiado heterogéneos, cuja falta de coesão poderia fazer perigar os objectivos fixados. Tinha também um plano ambicioso, achava que em alguns pontos, como no caso da

⁴⁰ Manjacaze é uma província de Gaza, onde se encontravam alguns dos mais temidos chefes tribais vassallos de Gungunhana.

⁴¹ A província de Inhambane foi formada a partir do distrito de Inhambane do período colonial.

organização do corpo de polícia, do desarmamento dos nativos e do lançamento do imposto da palhota, era necessária a colaboração do governo-geral da colónia, bem como do Executivo central de Lisboa. E esperava, apesar de lhe terem sido negados alguns pedidos, que essa cooperação não lhe faltasse, a bem do prestígio português nesta província. Para Mouzinho de Albuquerque, não convinha *“dotá-lo, ou antes sobrecarregá-lo, com um pessoal numeroso, mudar os nomes às localidades, criar cidades ou vilas que nunca chegam a ter meia dúzia de habitantes, e, sobretudo, decretar à priori uma infinidade de medidas e regulamentos quase sempre inadequados e portanto inexecutáveis, mas que cerceiam a autoridade e os meios de acção ao governo e impedem que faça qualquer coisa pelo progresso do distrito.”* (Mouzinho, 1896,p.26). Mouzinho de Albuquerque queria algo diferente para a província sob o seu comando. Os povos que habitavam por estes lados eram muito rudimentares pelo que impor alguma legislação complexa estaria sempre condenada ao fracasso, necessitava-se de impor um sistema de governo mais simples e directo, o único que eles conheçam e compreendam, uma autoridade única a mandar sem peias de espécie alguma. Princípios liberais, os direitos dos cidadãos ou a completa separação de poderes eram conceitos sem sentido por aquelas paragens. Mouzinho de Albuquerque tentou assim, seguir os regulamentos que ingleses aplicados aos nativos. Tratava-se de regras mais simples, mas que conferiam muita latitude e iniciativa a quem as estivesse a executar; ou seja, Mouzinho de Albuquerque queria maior autonomia para uma possível administração sua. (Martins,1938)

Estas foram algumas das ilações que Mouzinho de Albuquerque retirou para si acerca da vida no distrito de Lourenço Marques e que certamente lhe iriam ser úteis para um futuro próximo.

2.1.3. O CERCO AO LEÃO

As tropas portuguesas desembarcam a 6 de Junho de 1895 a Lourenço Marques, perante o entusiasmo de uma pequena multidão que se juntou para ver o desfile. Ao contrário de outros, o desembarque viria a revelar-se um grande espectáculo, porque normalmente mal as tropas colocavam o pé em terra era notória a mais completa desorganização das forças militares. Nestas forças enviadas para as colónias imperava o improvisado, o desleixo, a falta de garbo, e sem o mínimo de entusiasmo, fruto da duração excessiva da viagem bem como as condições do clima que serviam para desculpar a falta de aprumo das tropas portuguesas. Com Mouzinho de Albuquerque não se verificou nada do que era típico nestas chegadas, fez os seus homens desfilar de forma ordeira para espanto de muitos, como era o caso de António Enes⁴² e a própria população.

Para além desta disciplina toda, o regresso de Mouzinho de Albuquerque a Lourenço

⁴² António José Enes, nascido a 15 de Agosto de 1848, foi, entre outros, administrador colonial português que se destacou em Moçambique, onde exerceu as funções de Comissário Régio, dando provas de grande saber e competência, deixando o seu nome ligado a notáveis feitos naquele território. Ver fotografia em anexo L.

Marques trazia uma novidade em termos da tática militar: pela primeira vez desembarcavam tropas a cavalo. Este quando da sua primeira estadia por Lourenço Marques já defendera o uso da cavalaria em tais paragens, mas o que imperava era que os animais dificilmente se adaptariam à geografia e ao ambiente.

O exército português contava agora com cerca de 2700 homens entre oficiais e soldados, um número que nunca antes se tinha visto de tropa branca em Moçambique, e este número era também um primeiro sinal de que em breve as coisas poderiam mudar na colónia.

Mouzinho de Albuquerque fôra enviado para Lourenço Marques com o objectivo de aumentar a pressão militar no território, a província era para ser submetida através da força, não para colonizar os brancos pois os emigrantes europeus nunca se conseguiriam adaptar às condições climatéricas francamente adversas.

Estes homens cedo iriam mostrar aquilo que realmente valiam, preparando-se para a sua grande missão em várias frentes, tentando encurralar os indígenas que eram fiéis a Gungunhana⁴³.

Estava assim concluída a campanha de 1895, as colunas do Norte e do Sul haviam conseguido alcançar os seus objectivos operacionais ao fim de algumas semanas, faltando contudo, a captura de Gungunhana. A 17 de Dezembro, regressam à metrópole o coronel Eduardo Galhardo, Paiva Couceiro, Freire de Andrade e a maior parte da tropa. Todos menos Mouzinho de Albuquerque, que pedira para ficar em Moçambique.

2.1.4. CHAIMITE E A CAPTURA DE GUNGUNHANA

A 10 de Dezembro de 1895, Mouzinho de Albuquerque é nomeado governador do recém-criado Distrito Militar de Gaza, com plenos poderes, o que lhe dava a autonomia de que necessitava para capturar o intrujão. Na prática, as autoridades mantinham a sua política de conquistar territórios por decreto. De facto seria o homem mais indicado para ocupar o lugar, visto já ter exercido o cargo de governador do distrito de Lourenço Marques entre 1890 e 1892, e sabia como nenhum outro quais eram realmente os problemas administrativos e militares relativos à zona central de Moçambique. Às ordens de Mouzinho de Albuquerque ficava uma guarnição de 200 praças de Caçadores nº3, alguma Artilharia e a sua Cavalaria. O poder vátua e toda a sua força encontravam-se agora enfraquecidos, mas apesar disso ainda não estavam vencidos, e de acordo com o pensar de Mouzinho de Albuquerque, enquanto Gungunhana não fosse definitivamente aniquilado seria quase impossível subordinar os Vátuas à dominação portuguesa. Esta seria a próxima missão de Mouzinho de Albuquerque, que se transformou praticamente na única prioridade do seu governo distrital. António Enes é informado que Mouzinho de Albuquerque prepara um golpe de mão para capturar o Gungunhana, e informa o mesmo de que as suas ordens são para organizar a perseguição a Gungunhana e não para tentar o que lhe parecia uma loucura, tal era a

⁴³ Ver em Apêndice A Campanha de 1985.

diferença entre as forças.

Era sua intenção estabelecer pontos de resistência em Magul e Chicomo, a partir dos quais desencadearia o ataque contra os Vátuas.

Naquela altura, o único ponto do território sob o domínio Vátua ocupado pelas forças expedicionárias portuguesas resumia-se ao posto de Languene, localizado na margem direita do rio Limpopo. O chefe deste posto era o primeiro-tenente da Brigada de Artilharia de Montanha, Sanches de Miranda. É junto deste, a 17 de Dezembro, que Mouzinho de Albuquerque se desloca a Limpopo para recolher informações sobre o posicionamento das forças do inimigo, ficando a saber, que Gungunhana afinal não tinha escapado para a África do Sul, que estaria refugiado num local próximo denominado Chaimite⁴⁴. Gungunhana estava cada vez mais perto, e Mouzinho de Albuquerque não queria perder a oportunidade de capturá-lo, ainda que António Enes lhe tivesse recomendado absoluta contenção. Os próprios chefes indígenas vinham perante os portugueses pedir tal captura, *“Que prendesse o régulo vátua, porque enquanto ele estivesse livre, eles não teriam um momento de sossego; todos os dias vinham queixas dos roubos e assassinatos que o régulo mandava perpetrar em volta de Manguanhana⁴⁵.”* (Mouzinho, 1896,p.10).

A 13 de Dezembro, ainda Mouzinho de Albuquerque não tinha sequer ali chegado, dois enviados de Gungunhana apresentam-se ao tenente Sanches de Miranda, trazendo consigo o muito procurado Matibejana. Este que após Mouzinho de Albuquerque ter chegado, prontamente o interrogou, recolhendo algumas informações sobre Gungunhana que até então desconhecia. Reunidas as informações, havia agora que tratar das questões logísticas. A 17 de Dezembro de 1895, o governador do distrito de Gaza informou o Estado-Maior do comissário régio que o mapa de que dispunham os soldados portugueses estava com alguns erros, estando os nomes dos sítios incorrectos. O local onde se encontrava Gungunhana, Chaimite, ficava a dois dias de marcha forçada para os portugueses, a partir do posto de Sanches Miranda.

De acordo com a avaliação que Mouzinho de Albuquerque fez *“Estava convencido de que o grande rei dispunha de poucos homens para se defender de um eventual ataque, estando nessa altura a recrutar gente de guerra para obstar a tal necessidade.”* (Fernandes, 2010,p.33). De todos os riscos que estavam em redor da captura de Gungunhana, o que seria mais aconselhável fazer seria executar um golpe-de-mão, para assim tomar de surpresa a povoação onde o régulo se encontrava. Para tal operação, Mouzinho de Albuquerque pediu que lhe fornecessem 30 cavalos em condições de marchar e alguma ajuda auxiliar, que permitiriam encarar de forma diferente a captura do régulo. De Lourenço Marques chegaram quatro cavalos dos melhores da polícia local, era insuficiente mas ajudara Mouzinho de Albuquerque a realizar um primeiro reconhecimento do caminho e da

⁴⁴ A povoação de Chaimite contava umas 25 a 30 palhotas, cercada por uma paliçada com cerca de 1,5 metros de altura, albergava cerca de 3000 guerreiros e o seu rei temido Gungunhana.

⁴⁵ Ver Relatório de Mouzinho de Albuquerque, *A prisão do Gungunhana*, em Anexo M.

povoação onde se encontrava Gungunhana. Depois desse reconhecimento, identificou-se um local elevado para ali instalar o posto, bem como a sede de distrito militar, “O local era substancialmente melhor do que aquele onde se encontravam os postos de Chicomo e de Languene.” (Fernandes, 2010,p.35). O local era relativamente próximo das margens do rio, facilitando os transportes e as comunicações, e já há três anos o capitão Caldas Xavier aconselhara a ocupação daquelas margens. O pedido que Mouzinho fizera dos cavalos não é realizado, pois dos trinta cavalos, apenas cinco estavam em condições de partir imediatamente, muitos precisavam de um tratamento especial que leva um mês no mínimo a ficar concluído, e outros estavam em tal estado de anemia que seria impossível tirar qualquer aproveitamento dos mesmos. Para além disso, grande parte dos homens não se encontrava em condições de fazer fosse o que fosse, a conselho dos próprios médicos, o que desanimava Mouzinho, parecendo que nada favorecia o aprisionar de Gungunhana.

Executar a captura de Gungunhana a pé e sem os recursos solicitados era praticamente impossível, “Com gente a cavalo parecia-me possível, embora arriscado e de êxito muito duvidoso persegui-lo; com gente a pé afigura-se-me impossível capturá-lo” (Mouzinho, 1896,p.13), se bem que a falta de meios operacionais não era o único motivo de desespero de Mouzinho de Albuquerque, queixava-se de ser constantemente “maltratado pela sorte e reduzido a um papel tão insignificante na coluna do Norte” (Fernandes, 2010,p.36). Perante tal situação, este sentia-se na obrigação de não desistir perante tantos entraves.

Todos os dias chegavam queixas de roubos e gente executada a mando de Gungunhana, que não terminariam enquanto o régulo não fosse dominado. Mouzinho de Albuquerque tinha uma teoria acerca do assunto, “convicção de que com pretos um acto de audácia, embora temerário, é quase sempre bem sucedido, porque lhes produz uma grande impressão e fá-los perder de todo a força moral.” (Gaivão, 2008,p.30). Perante este pensamento, Mouzinho de Albuquerque não revela qualquer tipo de misericórdia por actos de desrespeito, sobretudo quando vinham dos negros, à mínima desobediência ou demora no cumprimento de alguma tarefa, este seria severamente castigado, diante dos restantes negros para servir de exemplo.

Estava a chegar a hora por que tantos tinham medo e só um parecia querer acreditar que iria triunfar. Os preparativos foram apressados, mesmo sem as grandes necessidades logísticas suportadas, colocando assim o cerco a Gungunhana mais difícil. A decisão já tinha sido tomada e a partida aproximava-se; Sanches Miranda iria comandar as forças brancas e o tenente José da Costa e Couto ficaria com os auxiliares africanos. A acompanhar estes iria ainda o Dr. Francisco Amaral, que transportava consigo quatro macas improvisadas e alguns medicamentos para o imprevisto. Esta própria escassez de recurso, como foi sempre habitual por estas paragens, seria mais uma forma de motivar ainda mais os brancos e impressionar os negros. O próprio advertiu: “*Seja-me lícito afirmar que esta resolução, calando fundo no ânimo dos oficiais e praças que me acompanhavam, evidenciando-se aos*

índigenas que muito se espantaram da exiguidade das forças de que dispunha para uma empresa que se lhes afigurava tanto mais perigosa quanto era o medo que o régulo lhes inspirava, foi o principal factor do aprisionamento deste potentado, porque incutiu nos soldados um entusiasmo que os fez vencer fadigas e arrostar perigos com alegria e boa vontade deveras surpreendentes, atendendo para mais ao estado de saúde da maior parte.” (Cunha, 1935,p.51).

Tudo estaria em causa nesta atitude irresponsável ou não, de Mouzinho de Albuquerque, colocando em risco tudo o que o Exército Português tinha alcançado no último ano. Chegado o dia de Natal, mesmo antes de Mouzinho de Albuquerque dar as últimas instruções e dividir os grupos, faz um pequeno discurso e disse à tropa que era chegada a hora de tomar Chaimite. Pediu a quem sentisse coragem para o acompanhar que desse um passo em frente; nem um só hesitou, todos deram um passo em frente, desde os sãos aos doentes. Foram constituídos dois grupos, um com Sanches Miranda, Francisco Amaral e mais 51 homens embarcaram na Capelo e subiram o Limpopo, e o outro grupo com Mouzinho de Albuquerque, Costa e Couto, um intérprete e mais 207 auxiliares e 76 carregadores que no dia a seguir ao de Natal iniciaram a marcha por terra. Percorreram 3 milhas em terreno alagado e chegaram a Zimacaze, cerca de três milhas do rio Chagane, encontrando-se com os homens que seguiam no Capelo nesse mesmo dia ao final da tarde. Ao longo da marcha, Mouzinho de Albuquerque foi reforçado por nativos enviados por chefes tribais que já tinham ido pedir ao governador de Gaza que capturasse Gungunhana. À chegada a Zimacaze, já contava com cerca de 1500 a 1800 auxiliares⁴⁶.

Gungunhana enviava constantemente enviados com presentes para Mouzinho de Albuquerque e para os seus, com vista a atrasar cada vez mais o movimento dos portugueses, tentando iniciar sua fuga. Notícias chegavam que o rei vátua se encontrava a cerca de três horas de Zimacaze, o que deu ânimo aos portugueses esta novidade. Logo depois, Mouzinho de Albuquerque manda desembarcar a tropa toda que se encontrava a bordo da lancha e pelas quatro da manhã iniciaram marcha por terra em direcção ao local onde o rei vátua se encontrava. Antes de partir, Mouzinho de Albuquerque mandara dizer: “Bastam os brancos que vão comigo para bater todo o Bilene.” (Cunha, 1935,p.54), e todos os nativos podiam voltar para casa, deixando os auxiliares entusiasmados com o que escutaram. A marcha até à povoação de Chaimite seria muito difícil, cheia de obstáculos, pântanos imensos, a chuva que cai-a sem cessar seguida de um calor abrasador.

Chegam a uma primeira povoação pelas sete da manhã, Vuina de nome. Em Vuina não existiam quaisquer guerreiros inimigos, e perante este quadro, os guerras lançam-se sobre a povoação e saqueiam as palhotas. Perante isto, Mouzinho de Albuquerque interrompe a pilhagem, dando um grito. Sua voz ouviu-se e fez-se respeitar quase de imediato, mandando libertar mulheres e crianças bem como pousar todos os objectos roubados. Sem

⁴⁶ Joaquim Mouzinho de Albuquerque, Relatório sobre a Prisão de Gungunhana, ver Anexo M.

perder mais tempo naquela povoação, mandou seguir marcha. Os guerras passaram novamente para a frente da marcha, e o andamento prosseguiu durante mais oito horas em terrenos difíceis. Mouzinho de Albuquerque mantinha-se apreensivo com seus homens, “O pior de tudo era o estado sanitário da força, causava dó ver os rapazes tão robustos pela maior parte, estendidos em cima dos capotes, no chão ensopado de água, indiferentes ao sol e à chuva, tão cansados que muitos nem para buscar o rancho se levantavam, e mais doente que todos, estava o comandante da força europeia, o tenente Miranda.” (Ornelas, 1897,p.239).

A coluna já contava com cerca de 2000 homens, tendo sido reforçada com guerras que se juntaram pelo caminho. Mais uma vez iam de encontro a este presentes, pela mão de um emissário e desta vez vinha acompanhado por Godide, filho de Gungunhana. Mouzinho de Albuquerque viu nele uma oportunidade, ficaria ali à espera de Gungunhana até ao final do dia seguinte, e caso este não aparecesse, tanto o emissário como o filho do rei vátua seriam fuzilados. Mandou também avisar Gungunhana que apenas não partia ao seu encontro de imediato porque os brancos da coluna se encontravam exaustos. Com esta mensagem, Mouzinho de Albuquerque impedia que Gungunhana fugisse, o que não aconteceria caso este pensasse que os brancos estavam, de facto, cansados demais para ir em seu encontro. Eram quatro da manhã de dia 28 de Dezembro, e Mouzinho deu ordem para a coluna se por a pé e seguir marcha, pois o tempo tinha melhorado ligeiramente. Mais guerras se juntavam a Mouzinho de Albuquerque para o combate contra Gungunhana, e chegaram mesmo a confirmar a exacta localização do rei vátua, num lugar chamado Chaimite. Pelas sete da manhã a coluna chegava finalmente a Chaimite, e chegava finalmente a hora da verdade. Apesar de muitos guerras terem acompanhado a coluna, também muitos deles tinham ficado pelo caminho com medo de represálias de Gungunhana.

À chegada, Mouzinho de Albuquerque deu instruções aos guerras, “Deu ordens para que a tropa africana formasse um cordão em torno da povoação, onde só entraria a força europeia.” (Gaivão, 2008,p.65). O único sítio pelo qual poderiam entrar era uma porta de acesso, que não teria mais de 40cm de largura. É então que Mouzinho de Albuquerque decide entrar por Chaimite a dentro, “Mouzinho, apesar de muito enfraquecido, iniciou a corrida à frente da tropa, com a espada desembainhada tal como os demais oficiais.” (Gaivão, 2008,p.66), seguido dos tenentes Manuel Couto, Sanches Miranda, do Dr. Francisco Amaral e de um intérprete. Mouzinho de espada na mão correu em direcção aos negros armados, e estes ao verem este correr na sua direcção, ficaram surpreendidos e fugiram para dentro das palhotas sem disparar um único tiro. Este seria o aspecto mais providencial da captura de Gungunhana, pois caso estes não se acobardassem, teria sido completamente diferente o desfecho da mesma; pois à distância que os negros se encontravam de Mouzinho de Albuquerque e seus homens não teria sido difícil fuzilar os brancos. Nisto, Mouzinho grita por Gungunhana, e instalasse um silêncio como nunca visto.

De uma palhota sai o temido rei vátua, e por momentos ficaram frente a frente, finalmente o momento por que tinha sonhado e depois de tanto penar. Ficaram também capturados Quêto, Manhune, Molongo e Maguiguana, sendo os dois primeiros de imediato executados diante todos.

A façanha ganhou proporções nunca alcançadas, tornando-se na coroa de glória de Mouzinho de Albuquerque. A desproporção de forças, cerca de seis dezenas de africanos para cada europeu, ajudou à formação do mito. Esta captura também levantou muitas vozes críticas, pois esta captura resultava de uma desobediência a uma ordem directa do seu superior hierárquico, o comissário António Enes. Do ponto de vista militar, o golpe de Chaimite contrariou todas as normas possíveis, jogou com o efeito de surpresa e saiu-se a contento. Sabia que não tinha seguido todos os preceitos elementares dos regulamentos militares, que os procedimentos de segurança eram mínimos, que tinha desrespeitado ordens superiores, mas não podia dar-se ao luxo de ser prudente, “Ou lá ficávamos todos, ou conseguíamos agarrar o régulo. O único factor a ter em conta era andar depressa e deixar as hesitações para trás.” (Mouzinho, 1896,p.21). Depois da captura de Gungunhana e de alguns festejos, era agora tempo de arrumar a questão e dar continuidade à acção de pacificação do território.

CAPÍTULO 3: À FRENTE DO FUTURO DA GUINÉ

3.1. MOMENTOS DE GLÓRIA NO COMANDO DA GUINÉ

Anos antes de se dar como voluntário para Angola, Spínola tinha sido feito parte de um programa de intercâmbio político, militar e económico com a Alemanha Nazi, integrando em 1941 uma missão de estudo e observação à Escola de Carros de Combate Alemã e ainda à frente de guerra germano-russa em Leninegrado. Desta experiência colheu ensinamentos que mais tarde lhe foram úteis para a sua conduta na guerra colonial, também no plano político, a observação deste conflito militar tinha-lhe permitido “Reflectir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo e sobre o papel reservado aos pequenos países quando queiram manter uma soberania visível.”⁴⁷ (Spínola, 1994,p.26). Alguns destes ensinamentos iriam ser preponderantes durante a sua passagem pelas colónias como iremos ver mais à frente.

3.1.1. BAPTISMO DE FOGO EM ANGOLA

Em resultado dos crescentes incidentes em Angola contra o domínio colonial português, as autoridades militares portuguesas em Angola transmitiram para Lisboa uma análise muito pessimista, concluindo que se preparava um movimento insurreccional de grande envergadura, concertado e apoiado por forças políticas à escala internacional. O principal responsável seria o movimento nacionalista designado por União dos Povos de Angola (UPA)⁴⁸.

É no conturbado ano de 1961 que António de Spínola, decidiu oferecer-se como voluntário para a guerra que estava em curso. Após esta sua decisão, foi encarregado da constituição do Batalhão de Cavalaria 345⁴⁹ e nomeado seu comandante. Estes estavam equipados com: “espingardas Mauser, pistolas-metralhadoras UZI, metralhadoras Madsen, morteiros e lança-granadas. A unidade iria ter ao seu dispor meia centena de Jeep, meia centena de Unimog e 10 veículos GMC.”⁵⁰. Enquanto as companhias do Batalhão 345 se ambientam às características da zona, como é o caso do rigoroso clima, Spínola e outros oficiais são instruídos sobre o tipo de guerra que vão encontrar no Norte e as operações em curso. O Batalhão a 3 de Janeiro de 1962 parte para o Norte de Angola, para a zona de Bessa Monteiro, num momento particularmente crítico em termos militares, em que os nacionalistas do UPA dominavam completamente a situação na região. Esta passagem por Angola seria

⁴⁷ Entrevista de António de Spínola a Expresso Revista, 30 de Abril de 1994.

⁴⁸ Liderado por Holden Roberto, este partido tinha o objectivo de provocar incidentes violentos em Angola para chamar a atenção das Nações Unidas, onde se iria realizar um debate sobre o problema angolano, exercendo o seu recrutamento no distrito do Congo, no Norte de Angola.

⁴⁹ O batalhão era composto por várias unidades de Cavalaria, num total superior a 600 homens. Foi constituído oficialmente a 3 de Outubro de 1961 e mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz.

⁵⁰ Arquivo Histórico Militar, «Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964», 2/2/154/4, pp.2-3.

importante de referir por alguns procedimentos que Spínola adoptara em Angola que serviram para a Guiné.

Uma das dificuldades que Spínola sentia era a escassez de informação e de conhecimento de toda a região envolvente. A área de operações era bastante acidentada e arborizada, sendo a penetração das forças portuguesas acabava por se revelar difícil, devido à falta de guias que conhecessem a região bem como cartas topográficas. Por isso, depois da sua chegada a Angola, *“procedeu a um estudo muito detalhado da área, quer em termos geográficos, quer em termos de população nativa, concluindo que os vários agrupamentos terroristas da região se encontravam ligados até por laços de família com os nativos que se situavam fora da zona de acção militar do 345.”* (Rodrigues, 2010,p.61). Esta era a dificuldade que Spínola encontrara e seu Batalhão encontrou no Norte de Angola, e seria neste contexto que teria de desempenhar a missão que lhe tinha sido atribuída pelas autoridades militares: “detectar e destruir bandos de terroristas que se acoitam na região de Bessa Monteiro, ou, no mínimo, criar-lhes a insegurança e a conseqüente diminuição de potencial bélico e moral para o prosseguimento da luta.”⁵¹. Spínola fez o reconhecimento terrestre através da colaboração prestada pela autoridade administrativa local, por fazendeiros e caçadores brancos, que eram conhecedores profundos da região. Uma vez recolhidas as informações por via terrestre, foi também utilizado, em larga escala, o reconhecimento aéreo, recorrendo a aviões DO-27, oriundos de Luanda. Assim era possível, uma vez conhecido o terreno e identificadas as localizações dos grupos armados do UPA, planejar o lançamento de operações com o objectivo de destruir os acampamentos inimigos. Spínola centrava a actividade do Batalhão no desenvolvimento das chamadas acções aero-terrestres⁵².

Com a chegada das chuvas, Spínola decidiu alterar o modo como estas operações eram efectuadas. Assim as forças terrestres envolvidas nas operações passaram a estar divididas em dois núcleos:” um destinado a prolongar a acção de bombardeamento aéreo completando a destruição do acampamento terrorista, o outro, realizando à distância conveniente, acções de emboscada sobre eventuais linhas de fuga do inimigo”⁵³. Porém este novo conceito não deu grandes frutos pois, os nacionalistas angolanos não chegavam a atingir os locais das emboscadas. Estes confrontados com os bombardeamentos

⁵¹ Arquivo Histórico Militar, «Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964», 2/154/4, p.12.

⁵² O planeamento de uma operação aero-terrestre iniciava-se com a localização dos acampamentos terroristas através do reconhecimento aéreo. Seguia-se o planeamento das operações aereo-terrestres correspondentes aos vários acampamentos referenciados. Procedia-se depois ao planeamento da acção terrestre. Assim era importante que os acampamentos atacados fossem apanhados de surpresa, para isso os locais de partida dos soldados portugueses situavam-se a grande distância do objectivo, e os deslocamentos eram pouco tempo antes de serem lançados os bombardeamentos, impossibilitando o inimigo de se aperceber das movimentações e dos seus objectivos. Assim o objectivo era explorar o sucesso do bombardeamento aéreo, perseguindo e aniquilando os terroristas em fuga, e instalar-se, em emboscada, sobre o acampamento terrorista com o fim de surpreender os terroristas que no dia imediato regressassem ao acampamento para recolher os seus haveres. Terminada a operação as forças terrestres procediam à destruição completa do acampamento, regressando depois à sua base. Arquivo Histórico Militar, «Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964», 2/154/4, p.30-31.

⁵³ Arquivo Histórico Militar, «Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964», 2/154/4, p.32-33.

limitavam-se a fugir, aguardando que o núcleo das forças de emboscada se retirasse.

Perante isto Spínola optou por um terceiro conceito. Depois dos bombardeamentos, passou a lançar-se sobre o objectivo apenas um pequeno núcleo de forças terrestres com a missão de destruir completamente o acampamento e retirar de seguida. Passadas 24 horas, lançava-se um novo núcleo de forças terrestres com a missão de actuar dinamicamente nas regiões circunvizinhas do acampamento. Os resultados não foram “espectaculares, mas a convicção de Spínola era que este conceito era o mais adequado ao ambiente local.”⁵⁴.

Por último, Spínola desenvolve um quarto conceito de operação, pois este apercebeu-se que os bombardeamentos tinham sido efectuados em falso, em acampamentos desocupados. Isto acontecia logo após ser feito o voo de reconhecimento, os membros da UPA abandonavam o seu acampamento. Assim o reconhecimento aéreo da área suspeita passou a ser realizado no mesmo dia dos bombardeamentos. Os aviões levantavam da base após a referenciação do acampamento., demorando apenas trinta minutos para se encontrarem sobre o objectivo referenciado, previamente assinalado por foguetes de fumos lançados do avião de reconhecimento. Também as forças terrestres eram avisadas de que a operação iria começar, iniciando assim a sua marcha de aproximação. O objectivo era bombardeado meia hora depois de ter sido referenciado, obtendo-se assim o desejado efeito surpresa. A operação revelava-se plenamente eficiente.

Por fim salientar, que durante a sua estadia em Bessa Monteiro, o Batalhão 345 teve também uma actuação importante ao nível da acção psicossocial junto das populações angolanas. Spínola ensaiava aqui alguns dos princípios e das práticas da guerra contra-subversiva que, anos mais tarde, aplicaria em pleno no período que foi comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné.

A 2 de Março de 1964, o Batalhão 345 regressa finalmente a Lisboa, rodeado de grande pompa e circunstância, no navio Vera Cruz, ostentando um enorme cartaz onde se podia ler: Aqui é a Casa da Cavalaria. Otelo Saraiva de Carvalho recorda: “O Espírito de Mouzinho, a retumbância da carga ligeira, que Spínola queria encantar. O seu nome era já murmurado, com respeito e devoção, por milhares de bocas.”, “(...) odiado por uns, amado por outros, com grandes qualidades e com clamorosos defeitos, sempre controverso, invejado e admirado.”, “(...) novo mito que nascia, uma verdadeira lenda em construção.” (Carvalho, 1991,p. 43).

Anos mais tarde, aquando da sua nomeação para governador e comandante-chefe da Guiné, Spínola reflectiria, num diálogo privado com António de Oliveira Salazar, sobre a sua experiência em Angola entre 1961 e 1964. Spínola apercebeu-se, de uma contradição gritante e difícil de superar relativamente ao império colonial português: “...a heterogeneidade e a descontinuidade geográfica do império eram factores que levavam a que, nos círculos internacionais, se sustentasse a tese de incompatibilidade entre o estatuto

⁵⁴ Arquivo Histórico Militar, «Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964», 2/154/4, p.32-33.

português e o princípio do direito de os povos disporem de si próprios. Esta situação fazia, no fundo, com que, qualquer que fosse a evolução política do mundo ocidental, a soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos jamais deixasse de ser contestada, ou mesmo, até juridicamente negada do ponto de vista das modernas tendências do Direito internacional.” (Spínola, 1974,p.20).

Após a vitoriosa campanha em Angola, Spínola regressa a Lisboa em Março de 1964, compreendendo que a guerra ultramarina nunca poderia ser ganha na ponta das baionetas, apesar de ter partido para Angola à frente do Batalhão 345 convencido de que Angola era sua, mas a experiência do terreno dá-lhe a lucidez para perceber que se trata de uma guerra sem fim.

3.1.2. MOMENTOS DE GLÓRIA NO COMANDO DA GUINÉ

As notícias de África, no início de 1968, são desanimadoras, Salazar está desolado, os seus generais mais fiéis talhados na doutrina clássica, são incapazes de inverter a sorte da guerra Colonial que é cada vez mais desfavorável aos portugueses. Em meados de Maio de 1968, António de Spínola recebeu, uma surpresa, o convite de Oliveira Salazar para assumir os cargos de governador-geral e de comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné.

3.1.2.1.→O EMBARQUE PARA A GUINÉ

Para Spínola, o convite foi motivo de honra e orgulho, representava o ponto mais alto da sua carreira militar até ao momento ser chamado a comandar um dos teatros de operações das guerras coloniais, mesmo o de menor importância. Spínola tinha algumas condições para aceitar o cargo, reuniu com Salazar, entregou-lhe um documento intitulado “Alguns aspectos que Condicionam a Solução da Presente Situação na Guiné”⁵⁵, e falou-lhe do seu plano de actuação para a Guiné: *“Partindo do princípio de que os problemas de fundo da guerra subversiva se faziam sentir sobretudo no campo político-social, o futuro governador considerava que era nesta área que se deveria desenvolver o fulcro da contra-subversão. Uma guerra como a que Portugal travava na Guiné era uma guerra pela conquista das populações e essa conquista teria de ser feita tanto no plano militar mas, sobretudo, no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas que garantissem o seu progresso e bem-estar e que fizessem diminuir os factores de subversão.”* (Bernardo, 1996,p.236).

Spínola não menosprezava a dimensão da guerra psicológica e da propaganda sobre as populações, procurando convencer Oliveira Salazar a autorizar no território uma Emissora Provincial. Partindo do princípio de que a propaganda era uma “arma fundamental de guerra psicológica” considerando não ser possível “endoutrinar e captar populações quando a

⁵⁵ Apontamento de António de Spínola in AOS/CP-261, pasta 7261-5. O conjunto de condições que Spínola colocava à partida para aceitar o seu novo cargo era já do conhecimento do ministro do ultramar, Silva Cunha. Este ficaria verdadeiramente estupefacto quando Spínola lhe disse que ia impor condições a Oliveira Salazar para aceitar o cargo.

população de parte da província apenas ouve as emissões do inimigo.”⁵⁶ (Spínola, 1968). Percebeu que era de prioridade absoluta, a instalação da chamada Emissora Provincial da Guiné, que se encontrava num verdadeiro impasse burocrático que não se compadecia com a situação crítica de guerra que a colónia atravessava.

Outra questão que preocupava Spínola era a defesa antiaérea do território. Dizia dispor de informações segundo as quais o PAIGC estaria a negociar com a União Soviética a aquisição de aviões. Sugeria “(...) medidas imediatas, entre as quais a transferência para a Guiné da defesa antiaérea móvel existente na Metrópole, onde não era previsível qualquer ataque aéreo.” (Spínola, 1968). Focava também, o reforço da dotação orçamental da Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE)⁵⁷ na Guiné-Bissau. Salazar não comentando as ideias expostas, apenas disse a Spínola que era urgente que embarcasse para a Guiné.

3.1.2.2. AS MEDIDAS DE SPÍNOLA

Quando Spínola chega à Guiné o território encontra-se em guerra há mais de cinco anos, muito por culpa do PAIGC que começaria a receber importante apoio militar de Cuba, que tinha lançado ofensivas contra o domínio colonial português. Spínola rapidamente se apercebeu que Portugal poderia enfrentar na Guiné um colapso militar a curto prazo. Sob o ponto de vista militar a situação tinha-se agravado progressivamente desde o início da guerra, o PAIGC detinha a iniciativa das acções militares e as suas forças encontravam-se melhor adaptadas a este tipo de guerra, a guerrilha, inclusivamente na organização e dotação de armamento das suas unidades.

Por seu lado, as forças portuguesas encontravam-se, numa verdadeira situação de inferioridade. O problema da Guiné, porém, tinha uma faceta porventura ainda mais importante que a dimensão militar; Spínola afirmava peremptoriamente que esta guerra era uma guerra que não podia ser ganha pela força das armas. Spínola escreve: “(...) aspecto de fundo de um plano geral de contra-subversão não se projecta, como hoje já ninguém ignora, no campo da missão das Forças Armadas, mas sim no campo do desenvolvimento económico e da promoção social das populações”, sendo necessário para Spínola, planear um conjunto de acções destinadas a promover o desenvolvimento económico do território e a demonstrar às populações que “as promessas de uma vida melhor propaladas pela propaganda inimiga se enquadram no nosso plano de acção, já como realidades inequívocas ou concretizáveis a curto prazo”. Nem a dimensão militar poderia ser dissociada da dimensão social e económica: “para que o desenvolvimento económico-social da província se processe em tempo que permita anular as razões base da subversão [...], surge como condição *sine qua non* que as Forças Armadas reduzam a ameaça inimiga, numa

⁵⁶Síntese elaborada com base em «Alguns aspectos que condicionam a solução da presente situação na Guiné», apontamento de António de Spínola in AOS/CP-261, pasta 7261-5, Maio de 1968.

⁵⁷A PIDE era um elemento essencial da acção de contra-subversão na Guiné e estava apenas dotada com metade do seu quadro orgânico, por falta de verba.

evidente demonstração de força susceptível de as prestigiar perante as populações.”⁵⁸ Spínola sugeria um conjunto de medidas a adoptar a curto prazo, que na verdade, não fugiam muito às condições anteriormente apresentadas a Salazar. Entre outros pontos, Spínola reclamava para si a “prerrogativa da escolha dos comandos operacionais[...] em regime de excepção e durante o período de realização do esforço estratégico neste teatro de operações”, pretendia um reforço dos meios operacionais a fim de permitir o estabelecimento de um “dispositivo equilibrado de forças e de garantir a constituição de um núcleo de forças de intervenção compatível com a necessidade de retomar a iniciativa”; solicitava que durante o seu comando lhe fossem atribuído “armamento ligeiro de apoio e equipamento de transmissões essencial para o desenvolvimento da sua actividade operacional” ; bem como “armamento e equipamento antiaéreo da Metrópole”; a alargar o recrutamento africano e a implantar estruturas de autodefesa das populações, e por fim a instalação de um centro emissor que permitisse difundir a propaganda portuguesa a toda a população da Guiné⁵⁹. Caso se mantivesse a situação de impasse que se vivia, Portugal perderia o controlo das populações e, conseqüentemente a sua soberania na Guiné, e caso Portugal perdesse no território, responsabilidade não poderia ser atribuída às Forças Armadas, uma vez que estas não tinham até ao momento quaisquer condições para cumprir a missão que lhes tinha sido atribuída.

Como militar, Spínola aceitaria a missão que o Governo entendesse atribuir-lhe, desde que fosse bem definida e que lhe fossem cedidos todos os meios mínimos para o seu cumprimento. Mas este iria sorrir, pois o seu discurso de dramatização tinha surgido efeito e a resposta aos seus pedidos seria favorável. Um despacho do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA)⁶⁰, confirma a aprovação da urgente mobilização para a Guiné dos meios de reforço considerados de urgência imediata. Apesar disso meses depois, ainda Spínola queixava-se ao presidente do Conselho⁶¹, da demora da chegada dos meios humanos e materiais prometidos. Por fim Spínola menciona as últimas palavras em jeito de alerta sério para a metrópole, após sete anos de guerra no Ultramar já ninguém ignorava que uma guerra subversiva não se ganhava no campo militar, mas sim “no campo social, uma vez que nunca será possível reconquistar efectivamente populações enquanto estas não atingirem um nível de bem-estar que lhes satisfaça as exigências resultantes das instigações exteriores a que foram sujeitas.”, e enquanto não se atingisse este patamar “a subversão continuaria e acabaria inevitavelmente por triunfar”, necessitando de uma resposta ao “legítimo anseio da promoção social da população autóctone, dando uma forte

⁵⁸ AAS, «Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de Solução», Outubro de 1968.

⁵⁹ AAS, «Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. O Problema Militar da Guiné. Seu Estudo e Proposta de Solução», Outubro de 1968.

⁶⁰ De 1968 a 1972 o General Deslandes ocupou o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

⁶¹ Marcelo José das Neves Alves Caetano, foi jurista, professor universitário de direito, historiador e político, foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo.

chicotada psicológica numa província onde tudo se processa no enervante ambiente das soluções do dia-a-dia.”⁶². Caso se mantivesse a actual situação de impasse e não fossem tomadas as devidas providências, ia-se assistir à perda completa da soberania da província.

3.1.2.3. EM BUSCA DE UMA RENOVAÇÃO POLÍTICA E MILITAR

Estava na altura de Spínola deitar mãos à obra, mantendo a opressão sobre o governo na esperança que este respondesse aos seus pedidos, tendo em conta também os recursos que dispunha. Afirmava este “o meu primeiro objectivo foi reduzir drasticamente a capacidade militar do PAIGC, fazendo pender a balança da guerra a nosso favor”⁶³.

Uma das suas prioridades foi a reorganização de toda a estrutura de comando militar na Guiné, Spínola achava que seria necessário exercer autoridade directa sobre os comandantes dos vários ramos das Forças Armadas, com vista ao melhoramento da coordenação de toda a actividade operacional. Isto porque “a legislação em vigor, não apenas para a Guiné mas também para os restantes teatros de operações, não permitia que o comandante-chefe dispusesse de autoridade para coordenar operações militares conjuntas e dirigir, de forma centralizada, todos os recursos disponíveis.” (Rodrigues, 2010,p.102). Spínola sugeria que o comando-chefe da Guiné “fosse estruturado para funcionar como um verdadeiro Comando Operacional Único, com capacidade de accionar as forças terrestres, navais e aéreas à sua disposição, usando os poderes conferidos ao comando-chefe através da Carta de Comando”⁶⁴. É então que Marcelo Caetano promove a reorganização dos comandos-chefes ultramarinos, fruto da experiência adquirida em oito anos de operações militares no ultramar. (Marcelo, 1974)

Um outro ponto também que preocupava Spínola, era a escolha da sua própria equipa, rodeando-se assim de homens em quem confiava e julgava serem competentes para o auxilio na sua missão, dispensando assim militares e civis cuja conduta não lhe agradasse. (Rodrigues, 2010)

E assim foi feito, alguns oficiais, principalmente estes, tinham sido mandados regressar à Metrópole por terem sido considerados completamente inaptos para comandar em campanha. Inclusive chegava a existir officas que eram mandados para as colónias por não lhe serem reconhecidas competências para comandar na Metrópole. Numa altura em que a expressão “Olha que levas um par de patins” era bastante comum na Guiné, devido ao facto dessa mesma selecção de Spínola. (Fabião, 1994)

António de Spínola promoveu também uma alteração da disposição das forças militares portuguesas no terreno, de forma a permitir um desenvolvimento da manobra por si

⁶² ASS, «Província da Guiné. Análise da Situação dos Serviços da Guiné. Seus objectivos mínimos e necessidades», Outubro de 1968.

⁶³ Entrevista de António de Spínola em *Expresso*. Revista, 30 de Abril de 1994,p.28.

⁶⁴ ASS, «Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Comando Conjunto. Sua Estruturação», Fevereiro de 1969.

idealizada⁶⁵. O objectivo era portanto concentrar meio humanos e materiais em pontos considerados importantes e abandonar outros sem o mínimo interesse militar, de modo a “cortar os eixos dos reabastecimentos do inimigo; subtrair-lhe a população e as aéreas economicamente mais ricas; e tornar-lhe a vida insustentável no território nacional, até que perca a vontade de combater”. (Antunes, 1995,p.348)

Promoveu também a reorganização das próprias unidades militares, baseando no desenvolvimento de operações com pequenas unidades agressivas, sendo estas unidades “muito mais móveis do que uma companhia ou um batalhão e estavam assim, capazes de concentrar o seu poder de fogo no inimigo com maior eficácia do que as unidades maiores e mais pesadas, dadas as limitações do terreno de combate.” (Cann, 1988,p.113)

Promove também o melhoramento da instrução das Forças Armadas, que se encontravam deficientemente instruídas, aproveitando em muitas ocasiões os intervalos da actividade operacional para melhorar a instrução individual do combatente e a instrução de combate⁶⁶. Desenvolveu também na Guiné, um centro de treino para os militares envolvidos em operações, a que foi dado o nome de Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO), com o principal objectivo de colocar um fim à descontinuidade operacional que resultava do sistema de rendições na altura em vigor e que impedia qualquer hipótese de solução do problema militar da Guiné (Spínola, 1968)

Não era apenas importante que a substituição das unidades se fizesse de forma progressiva e lenta, mas também, as unidades que entrassem tivessem adaptação física, psíquica e operacional ao meio onde iam actuar, sendo para isso de extrema necessidade que estas tivessem a IAO no teatro de operações. Segundo John Cann⁶⁷, a IAO desempenhou uma grande importância na preparação das forças portuguesas para as operações de contra-subversão, tendo sido alargado aos contingentes cada vez maiores de recrutas locais, significando assim um reconhecimento de que os soldados familiarizados com os povos, com a cultura e a geografia do seu teatro de operações. Em jeito de retomar a iniciativa militar e obrigar o inimigo recuar, Spínola idealizou cinco tipos de acções que as Forças Armadas deveriam desenvolver: desde logo “acções dinâmicas de reconhecimento, com vista a detectar trilhos de passagem do inimigo, e a reconhecer simultaneamente locais para implantação de emboscadas sobre os mesmos trilhos”; depois sim “acções de emboscadas, preferentemente nocturnas, com vista a interceptar o inimigo nos seus movimentos, e a

⁶⁵ António de Spínola pensava que a guerra era feita para ganhar as populações e não para ocupar meramente o território, existindo algumas guarnições que eram dispensáveis e portanto vários acampamentos foram abandonados, apesar de não deixarem de ser alvo de acção da Força Aérea ou do patrulhamento de Forças Especiais.

⁶⁶ «Directiva nº.47|69. Melhoria da Instrução», do Comandante-Chefe da Guiné, 16 de Junho de 1968, ver Anexo N.

⁶⁷ O Prof. John Cann doutorou-se no *King's College* de Londres onde, em 1996, apresentou uma tese sobre aquelas campanhas, que daria origem ao livro publicado no ano seguinte, nos Estados Unidos da América, *Counterinsurgency in África: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Após 15 anos de estudo, continua a classificar o estudo do nosso esforço militar em África como valioso pelas lições que permite extrair, de interesse actual e futuro para outras forças armadas.

colher elementos para a realização de acções tipo golpe-de-mão, sobre as áreas de refúgio”; a terceira acção seria a “implantação de minas e armadilhas nos corredores de passagem do inimigo, não interceptados por acção dinâmica das nossas forças”; em quarto lugar as “acções nocturnas de emboscadas sobre os trilhos que conduzam às prováveis bases de fogos do inimigo para flagelar os aquartelamentos e bivaques das nossas tropas”; por último, vinham as “acções de aniquilamento nas áreas de refúgio do inimigo, com relevância para as acções tipo golpe-de-mão”⁶⁸. Fez uso dos helicópteros⁶⁹ não só para a evacuação de feridos, mas também para ataques dirigidos a bases do PAIGC com utilização de tropas comandos e de pára-quedistas, acabando por ser o helicóptero o método mais eficiente de movimentar as tropas.

De maior importância eram as operações exercidas pela Marinha na Guiné, transportando e movimentando carga e pessoal por via fluvial ou por mar. Importante também era o policiamento do tráfego fluvial pela Marinha, que assim controlava o transporte através dos rios que era fulcral para o PAIGC, tendo sido cortados os fluxos de abastecimento do PAIGC.

Um passo enorme foi dado e a aproximação portuguesa à guerra contra-subversiva com o recrutamento de africanos para as Forças Armadas da Guiné. O número de africanos recrutados aumentou significativamente durante os anos que Spínola exerceu funções de comandante-chefe, passando de 3280 em 1968 para 6425 em 1973.⁷⁰ Com este aumento Spínola retirava duas vantagens: a primeira resolvia o problema da falta de efectivos conseguindo, que um quinto das Forças Armadas Portuguesas na Guiné fosse de origem africana, e por outro lado, para além de o soldado africano ter uma melhor capacidade de adaptação ao terreno e de recolha de informação, reduziam-se os custos relacionados com o transporte e de treino dos mesmos. (Spínola, 1973)

De salientar a importância dos Comandos Africanos, também recrutados localmente e comandados por Almeida Bruno⁷¹, podendo-se vir a tornar na elite militar africana que Spínola pretendia criar como “embrião de futuras Forças Armadas da Guiné independente, mas integrada no espaço português”. (Afonso e Gomes, 2000,p.204) Em suma, a peça fundamental da estratégia de Spínola na Guiné era o programa de desenvolvimento económico e social da colónia, com o objectivo de alcançar de uma forma rápida o bem-estar das populações, retirando assim ao inimigo a força da razão. E esse bem-estar das populações passava pela construção de estradas alcatroadas, mais escolas e hospitais, apesar do limitado apoio financeiro que vinha da metrópole.

Ao fim de quatro anos ao comando da Guiné, Spínola falava de uma revolução social desde

⁶⁸ «Directiva n.º46/69. Reajustamento de Conceitos, Processos e Métodos de Acção», 17 de Junho de 1969, AHM, 2ªDiv., 4ªSecção, caixa n.º226,nº2, ver Anexo O.

⁶⁹ Ver Utilização do Helicóptero na Guerra Contra Guerrilha em Anexo U:

⁷⁰ Números citados por João Coelho, «*African Troops in The Portuguese Colonial Army*»,p.121.

⁷¹ O General Almeida Bruno foi um dos mais dilectos colaboradores de Spínola na Guiné e comandou o Batalhão de Comandos africanos.

a sua chegada, e que até então as suas forças tinham-se apoderado “dos objectivos de motivação do inimigo e, por essa via, do substrato humano em que a subversão se apoiava, consolidando a adesão das populações fiéis, conquistando as populações em dúvida, e desequilibrando as minorias mais profundamente penetradas e até a própria massa combatente.” (Spínola, 1973,p.113)

Já Spínola considerava que o PAIGC tinha sido verdadeiramente desarmado com a implementação do programa de promoção social que assim anulou as razões básicas da subversão.

3.1.2.4. O TEATRO DE OPERAÇÕES DA GUINÉ

A área controlada pelo PAIGC em finais de 1969, era agora estimada entre 50 por cento a 60 por cento do território, apesar de os portugueses continuarem a ocupar todas as cidades principais, assim como os 42 portos administrativos locais, deixando o interior para os rebeldes. O programa de conquista das populações que Spínola tinha em execução teria maior probabilidade de sucesso caso fosse implementado numa área restrita do território guineense, ou para numa fase posterior passar para outras zonas. Assim a manobra estratégica devia-se concentrar inicialmente no chamado “Chão Manjaco”, uma área considerada fulcral da luta contra a subversão, impondo-se a conquista de toda a população de Manjaca.⁷²

A partir de 1970, Spínola tenta os primeiros contactos com os combatentes do PAIGC no Chão Manjaco, com vista a um entendimento que conduzisse à diminuição da actividade militar na zona ou até mesmo a um cessar-fogo definitivo. A intenção seria transformar as forças de guerrilha do PAIGC em unidades africanas das Forças Armadas portuguesas. Esse plano de aliciamento foi dirigido pelo Comando de Agrupamento Operacional (CAOP), do qual faziam parte os majores Passos Ramos, Magalhães Osório e Pereira da Silva. Numerosas reuniões surgiram então entre o CAOP e dirigentes do PAIGC com vista a convencer estes últimos a aceitarem um cessar-fogo e a aderirem à causa portuguesa. A 16 de Abril, e com o avançar das negociações, as forças portuguesas assumem uma postura essencialmente defensiva, aguardando o desenvolvimento positivo das conversações com o PAIGC. Infelizmente dias depois, estes encontros terminam de forma trágica com a morte dos três majores atraídos a uma cilada, quando nada o previa: “Houve dez encontros de negociações, e quando já havia paz no chão manjaco, há uma reacção inesperada e brutal da parte do PAIGC e os nossos militares são chacinados.” (Monge, 2010,p.184)

A reacção foi imediata, expressa através de uma directiva a 27 de Abril: *“Face à natural reacção resultante da eliminação da equipa de oficiais do CAOP, que constituía elemento preponderante no desequilíbrio psicológico das populações do Chão Manjaco, considera-se*

⁷² «Directiva n.º65/69. Manobra socioeconómica. Esforço no Chão Manjaco», 13 de Agosto de 1969, AHM,2ªDiv., 4ªsecção, caixa n.º226, n.º2, ver Anexo Q.

*conveniente reactivar o esforço militar na área, m ordem a impedir, a todo o custo, a anulação de objectivos psicológicos antigos”.*⁷³

A morte brutal dos majores foi um duro golpe nas pretensões de Spínola, mas este continua firme com a ideia de encontrar uma solução política para a guerra, encontrando-se com Leopold Senghor⁷⁴, que a seu ver seria o homem certo para chegar a um entendimento com Amílcar Cabral, sem descurar a manobra militar. Manobra militar esta, que no início de 1970 surge em golpe de grande envergadura para aniquilar a guerrilha do PAIGC, lançando um ataque à Guiné Conacri. Spínola pede a Marcelo Caetano autorização para desencadear uma acção ofensiva, na verdade um *raid* em Conacri. (Catarino e Assor, 2010) Spínola propõe também que a operação a desenrolar servisse para libertar alguns prisioneiros militares portugueses que estavam na prisão em Conacri. Assim ia ganhando corpo a chamada Operação Mar Verde que passou a ter como objectivos: libertar os prisioneiros portugueses detidos em Conacri; destruir instalações e embarcações marítimas do PAIGC, bem como um conjunto de caças *Mig* soviéticos existentes na Republica da Guiné; capturar Amílcar Cabral, líder do PAIGC; e promover o derrube e eventual assassinio de Touré, em colaboração com a Front de Libération National Guinéen (FNLG)⁷⁵. Só mais tarde Spínola acrescentara um outro objectivo a esta operação, *“libertar Amílcar Cabral das pressões sobre ele exercidas pela União Soviética, da qual o PAIGC dependia totalmente do ponto de vista financeiro e de material logístico e militar.”* (Cann, 2009,p.289)

Com sempre o governo mostra-se conservador e reticente em relação a esta operação, e mais uma vez Spínola envia uma carta ao chefe de governo Marcelo Caetano, dizendo que: *“continuo firmemente convencido de que, apesar dos indiscutíveis sucessos já alcançados no âmbito de uma contra-revolução social, perderemos irremediavelmente a Guiné se não neutralizarmos o inimigo no exterior. Aliás, julgo que em relação a esta acção se avançou já demasiado para que se possa recuar sem riscos igualmente sérios, pelas consequências que daí advirão.”*⁷⁶ Spínola dá luz verde para o início da operação, e o exército reforça e põe em alerta as suas unidades junto da fronteira com a Guiné Conacri. Como era usual em Spínola, os primeiros a sair seriam os aviões da Força Aérea que iniciaram as missões de reconhecimento, preparando desde logo missões de bombardeamento de objectivos do PAIGC na Guiné Conacri. Prepara-se então um desembarque na capital da Guiné Conacri, sendo distribuídas novas armas e uniformes aos homens da força de desembarque. Para o

⁷³ Directiva 10/70 de 27 de Abril de 1970.

⁷⁴ Senghor foi um dos líderes africanos e um representante da cultura francófona cujo nome não se apagará da história dos movimentos políticos e culturais africanos que, a partir dos anos trinta do século passado, desencadearam a corrente imparável que iniciaria o processo das lutas pela independência dos territórios colonizados: primeiro, a Argélia, em 1958, depois o Senegal, em 1960, de que Senghor seria o Presidente-Fundador.

⁷⁵ A Front de Libération National Guinéen com a chegada de Spínola à Guiné-Bissau. Começara a aperceber-se de que poderia encontrar junto dos portugueses apoio para o seu objectivo de derrubar o regime de Sékou Touré.

⁷⁶ «Directiva n.º65/69. Manobra socioeconómica. Esforço no Chão Manjaco», 13 de Agosto de 1969, AHM,2ªDiv., 4ªsecção, caixa n.º226, n.º2, ver Anexo Q.

desembarque são usadas quatro Lanchas de Fiscalização Grandes (LFG): Cassiopeia, Dragão, Hidra e Orion, e duas Lanchas de Desembarque Grandes (LDG): Bombarda e Montante. Spínola divide as equipas pelos navios: na Dragão e Cassiopeia são embarcadas equipas que vão atacar os objectivos do PAIGC, eliminar Touré, composto por fuzileiros reforçados de comandos; na Bombarda seguem parte dos FLNG enquadrados por comandos, atacarão algumas instalações e residências importantes bem como impedir a passagem de reforços vindos dessas instalações militares; na Montane segue a restante força do FLNG que atacará a central eléctrica e o estado-maior das forças armadas da Guiné Conacri; na Hidra segue a equipa que irá destruir os *Mig*; na Orion está o comando da operação. (Cann, 2009)

A força de desembarque compreendia um efectivo total de 400 homens, e agiram de acordo com uma sequência: controlo do mar, efectuando destruições de lanchas inimigas; em terra com a neutralização das forças principais; no ar com a destruição dos *Mig*.

Do ponto de vista estritamente militar a operação acabou por decorrer de forma muito satisfatória, a maior parte das equipas concluiu a sua missão e as forças do FLNG que ficaram no terreno. A situação era a seguinte: o domínio do mar e terra estavam assegurados, os objectivos do PAIGC atingidos na maior parte, os prisioneiros de guerra libertados, faltou a captura de Sékou Touré, bem como a de Amílcar Cabral que não se encontravam em Conacri no dia da operação, e assegurar o domínio do ar pois os Migs não tinham sido encontrados. (Calvão, 1976)

No plano internacional, as consequências seriam gravosas para Portugal, pois no próprio dia o ataque, a República da Guiné apresentou queixa ao Presidente do Conselho de Segurança da ONU. A 8 de Dezembro de 1970, o Conselho de Segurança aprovaria uma resolução que condenava firmemente Portugal pela invasão e considerava que a presença do colonialismo português no continente africano constituía uma séria ameaça à paz e à segurança dos Estados africanos independentes. O Governo Português teria ainda de indemnizar o governo guineense dos prejuízos materiais e pelas vidas humanas perdidas com o ataque armado e a invasão do território. A Operação Mar Verde marcaria assim deste modo “o aprofundar da agonia militar portuguesa na Guiné, e os benefícios naturais de uma missão tipo pareciam ter sido largamente perdidos na chuva negativa de consequências diplomáticas e geoestratégicas.” (Cann, 2009,p.303)

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 INTRODUÇÃO

O Presente TIA surge no intuito de fazer uma comparação da acção Política e Militar em África de Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola. Começou por se abordar o tema com uma explicação do enquadramento político-social e militar do meio e do período em que ambos foram protagonistas. De seguida passou-se à compreensão das soluções militares e políticas propostas por cada um, no âmbito da posição portuguesa contra os movimentos de rebelião no final do século XIX em Moçambique e perante os movimentos de independência na década de 1960-70 na Guiné.

Neste capítulo, dando seguimento ao trabalho, responde-se às perguntas derivadas e apresentam-se conclusões finais, bem como recomendações decorrentes da investigação. São ainda expostas as limitações encontradas no decorrer do trabalho e propostas para investigações futuras.

4.2 OBJECTIVOS

Os objectivos definidos para o trabalho passaram por uma breve explicação do enquadramento político-social e militar do meio e do período em que as figuras centrais do trabalho foram protagonistas; um segundo objectivo passava por descrever as relações dos chefes militares e políticos com a comunidade local bem como com o poder na metrópole; e o último objectivo foi verificar se o cargo de político estava inerente às funções de militar nas províncias ultramarinas, nas respectivas épocas. Estes objectivos foram alcançados, uns com maior e outros com menor dificuldade, conseguidos através de uma pesquisa, recolha e análise documental sobre fontes primárias, análise de fontes oficiosas, manuais e publicações, que culminou com o alcançar destes objectivos.

4.3 PERGUNTAS DERIVADAS

No início do trabalho, e tendo em conta a pergunta de partida **“Que acções político-militares deveriam ter adoptado Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola para alcançar a posse efectiva das Colónias?”** Formulou-se uma série de questões às quais seria necessário responder para a conclusão da investigação. Assim, em relação à questão Quais os aspectos inovadores ao nível da táctica e da estratégia? Chegou-se à conclusão que existiram algumas inovações, Mouzinho idealizou o seu plano de operações militares para a província de Moçambique, mostrando-se desde cedo um defensor de uma intervenção pela força das armas, através da acção da força e só posteriormente se impunha o respeito e a efectiva posse do terreno. António de Spínola não se mostrou adepto da ideia de Mouzinho, pois o problema da Guiné não podia ser resolvido pela força das

armas, mas assim, através da conquista das populações no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas que garantissem o seu progresso e bem-estar.

Mouzinho era defensor e utilizador da tática do quadrado, adoptando esta formação sempre que eram constantemente atacados pelos Vátuas, operando normalmente com 2 colunas com cerca de 1200 homens mostrando estar bem organizadas e disciplinadas, efectuavam sempre grandes deslocamentos até aos locais pretendidos, chegando fatigados e sem moral para combater e só depois lançavam o ataque sobre o inimigo, que era em muitas vezes superior em número e possuidor de algum armamento igual ao Português. Nestes deslocamentos, ia a Cavalaria na frente, seguido de mangas de auxiliares e à retaguarda formava-se o quadrado dos europeus. Esta seria outra das inovações tácticas que Mouzinho de Albuquerque implementou, pela 1ª vez desembarcam tropas a cavalo, pelo que já defendera o uso da cavalaria em tais paragens, possibilitavam a Mouzinho de Albuquerque efectuar um reconhecimento às povoações e em casos de perseguição também seriam extremamente úteis, mas estes dificilmente se adaptariam ao ambiente e à geografia. Mas até estas montadas morriam no final destes deslocamentos, mostrando-se Mouzinho de Albuquerque arrependido por ter aconselhado a ida da Cavalaria para tais paragens. Spínola ao contrário de Mouzinho de Albuquerque, não actuava em colunas com 1200homens, promoveu alterações tácticas no seu dispositivo, reorganizando as próprias unidades militares, baseando-se no desenvolvimento de operações com pequenas unidades agressivas, sendo também muito mais móveis.

Fruto da escassez de informação que ambos dispunham do território, Spínola procedeu ao estudo detalhado da zona: fez o reconhecimento terrestre através da colaboração prestada pela autoridade administrativa local, fazendeiros e caçadores brancos que eram conhecedores profundos da região; fez o reconhecimento aéreo recorrendo a aviões D-27. Este reconhecimento aéreo leva-nos ao conceito por si idealizado da actividade das suas forças em operações aereo-terrestres: o reconhecimento aéreo da área suspeita passou a ser realizado no mesmo dia dos bombardeamentos. Os aviões levantavam da base após a referenciação do acampamento., demorando apenas trinta minutos para se encontrarem sobre o objectivo referenciado, previamente assinalado por foguetes de fumos lançados do avião de reconhecimento. Também as forças terrestres eram avisadas de que a operação iria começar, iniciando assim a sua marcha de aproximação. O objectivo era bombardeado meia hora depois de ter sido referenciado, obtendo-se assim o desejado efeito surpresa. A operação revelava-se plenamente eficiente. Não só a utilização do avião foi importante, também o helicóptero teve um papel importante, quer para lançamento de forças quer para lançar ataques dirigidos a bases do inimigo.

Spínola quis ainda que as Forças Armadas passassem a desenvolver acções dinâmicas de reconhecimento; acções de emboscada; implantação de minas e armadilhas nas zonas de passagem do inimigo; acções de aniquilamento (golpe-mão); e fizessem Uso das

embarcações da marinha, quer para transporte de forças e material quer para patrulhamento do tráfego fluvial. Promove ainda o melhoramento da instrução das F.A. que segundo este se encontravam mal instruídas e desenvolve um centro de treinos para os militares envolvidos em operações a que dão nome de IAO. Propôs também, visto ser uma das suas preocupações, a defesa antiaérea do território, propondo a transferência para a Guiné da defesa antiaérea móvel existente na metrópole, onde não era previsível nenhum ataque aéreo.

Spínola promoveu a instalação de uma emissora, a chamada Emissora Provincial da Guiné, como forma de propaganda, pois era uma arma fundamental de guerra psicológica, considerando que não era possível captar as populações quando estas só ouviam as emissões do inimigo. Dizia que o aspecto de fundo de um plano geral de contra-subversão não se projecta no campo da dimensão militar, mas sim no campo do desenvolvimento económico e de promoção social, passando pela construção de estradas alcatroadas, hospitais e escolas.

No que respeita à questão Identificar e descrever as limitações e dificuldades reconhecidas nas diferentes épocas? Concluiu-se que encontrados os problemas das colónias era altura de por mãos à obra, e foi o que fez. Mouzinho de Albuquerque perante os primeiros problemas identificados: Cecil Rhodes; Gungunhana e o domínio Vátua. Verificou que o estado de Moçambique era pouco animador para quem ambicionasse um governo sossegado, livre de perigos. Mas Mouzinho de Albuquerque era um homem destinado para a aventura e cedo delimitou os seus objectivos para a colónia: a nível político-diplomático pretende controlar o expansionismo Inglês; a nível militar pretende a subjugação de Gungunhana.

Já Spínola deparou-se com problemas bem mais complexos à chegada a Guiné-Bissau, a nível militar tinha como objectivo a captura de Amílcar Cabral, líder do PAIGC, mas o problema da Guiné tinha porventura uma faceta ainda mais importante que a dimensão militar, era uma guerra que não podia ser vencida pela força das armas. A guerra que Portugal iria travar na Guiné era uma guerra pela conquista das populações, e essa conquista teria de ser feita tanto no plano militar mas sobretudo no plano económico e social, através do desenvolvimento de programas que garantissem o seu progresso e bem-estar, fazendo desta forma diminuir os factores de subversão.

Spínola sentiu como problema a escassez de informação e de conhecimento de toda a região envolvente, assim, procedeu ao estudo muito detalhado da área, quer em termos geográficos, quer em termos de população.

Uma das principais dificuldades de Mouzinho era a inexistência de quase tudo, desde transportes; víveres; infra-estruturas e condições de higiene.

Também as montadas que Mouzinho de Albuquerque recebera vindas da África do Sul não se encontravam nas melhores condições para o propósito. Em muitos casos, como foi

exemplo o caso das Campanhas de 1895, era notória a ausência de meios para fazer transportar a tropa, nomeadamente de vapores. António de Spínola encontrara as mesmas dificuldades, necessitando de muito equipamento que não dispunha na altura e que constantemente pedia à metrópole, mas desta recebia sempre a resposta que deveria seguir missão com esses mesmos meios.

Relativamente à questão Identificar traços comuns, relativamente às medidas propostas e implementadas, relativamente a assuntos militares e políticos? Mouzinho de Albuquerque apresentava uma característica própria no aspecto da sua forma de planear as operações militares, era o modo como operava, estabelecendo nas regiões postos militares fortificados em posições estratégicas, formando assim uma armadilha que se ia apertando progressivamente de modo a estrangular a resistência inimiga. Muito idêntica era a forma de actuar de Spínola, que concentrava meios humanos e materiais em pontos considerados importantes e abandonava outros sem o mínimo de interesse militar de modo a cortar os eixos de reabastecimento do inimigo.

Mouzinho introduziu os chamados Sipaios, africanos recrutados que constituíam forças de 2ª linha. Aspecto este que Spínola também implementou na colónia, sendo uma das medidas a adoptar por este, o recrutamento africano, chegando a formar a chamada Companhia de Comandos Africanos, como forma de habilitar homens que estivessem preparados para enfrentar o ambiente e o meio duro, mas também como medida de fundo de um plano geral de contra-subversão.

Ambas as personagens faziam uso da colaboração prestada pela autoridade administrativa local, fazendeiros e caçadores brancos para resolverem o problema da escassez de informação das áreas onde operavam.

Mouzinho de Albuquerque concebeu algumas ideias que anteriormente tinha em mente para o seu plano político-administrativo, como foi o caso da implementação do imposto da palhota, adopta regras muito simples, tal como os ingleses, pois impor alguma legislação que fosse a estes povos rudimentares estaria sempre condenada ao fracasso. Defendeu perante a metrópole a criação de um corpo de polícia organizado.

4.4 CONCLUSÕES FINAIS

Pegando na pergunta de partida da investigação **Que acções político-militares deveriam ter adoptado Mouzinho de Albuquerque e António de Spínola para alcançar a posse efectiva das Colónias?** Conclui-se todo o processo de descolonização e a solução do conflito das colónias então Portuguesas, que a posse vinha já a ser mantida por Mouzinho de Albuquerque, culminando com a posse também de António de Spínola, é um tema particularmente complexo e delicado. Já vimos anteriormente as acções que ambas as personagens tiveram nas suas épocas, sendo muitas vezes revolucionárias, tomando muitas vezes decisões sem o consenso do governo da metrópole, mas acabaram por ser as mais

correctas do ponto de vista estritamente político-militar. Podendo afirmar que estes fizeram os possíveis e os impossíveis para levar a sua missão avante, tratando-se de uma luta desigual contra o processo de descolonização que transformou o mundo. Temos de diferenciar já, que as Campanhas de África não são comparáveis às Campanhas de Ocupação do século passado, muito por culpa da sua duração em permanência, pelos meios empenhados e pelos objectivos político-estratégicos em confronto. E foi um erro de estratégia política se ter pensado que seria possível que Portugal se furtasse ao movimento geral da descolonização, que foi um dos fenómenos mais característicos do nosso século. A meu ver, ignorar-se isto representa um erro de estratégia política profundíssimo e inaceitável, que resultou no condicionar de tudo o resto. Sendo impensável que o esforço humano, material e moral de tantos anos nas colónias fosse em vão, muito por culpa de Oliveira Salazar, que antepôs ao interesse de Portugal e ao interesse nacional as exigências da sobrevivência do seu próprio regime.

4.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

As principais limitações encontradas na realização do trabalho foram o tempo disponibilizado para a sua realização, e o limite imposto de páginas. Estes dois factores fazem com que a informação tenha de ser muito mais restrita, e a investigação mais limitada, para o que seria desejável num trabalho desta natureza.

4.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Considera-se interessante um estudo sobre os nossos regulamentos de guerra subversiva, que se mostram muito bem feitos, sendo mesmo considerados dos melhores que existem de entre todos os das Forças Armadas da NATO. Somos especialistas nesta área e o estudo da nossa guerra de 61-74, em África, é um manancial de experiências e de ensinamentos que ainda não foram estudados e historiografados com objectividade e isenção, de modo a conseguir compreender o resultado da experiência das Campanhas de África no contexto actual das Operações de Apoio à Paz.

Bibliografia

Livros

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2000). *Guerra Colonial*. Notícias, Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Mousinho de (1935). *Livro das Campanhas* [Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias.
- ATUNES, J. Freire (1995). *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- ATUNES, J. Freire (1995). *A Guerra de África 1961-1974 - Volume II*. Círculo de Leitores, Lisboa.
- AXELSON, Eric (1967). *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891* Johannesburg
- BRIERLY, J. L. (1963). *Direito Internacional*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- CALVÃO, G. de Alpoim (1976). *De Conakry ao MDLP, Intervenção*, Lisboa.
- CATARINO, Manuel e ASSOR, Miriam (2010). *Spínola, Senhor da Guerra*. Presselivre- Imprensa Livre as, Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia*, Vol. I, IAEM, Lisboa.
- CUNHA, Amadeu (1935). *Mousinho, Grande Capitão de África*. Editorial Ática, Lisboa.
- D'AVELLAR, Henriques (1961). *Mousinho, Capitão D'África*. Edição da Comissão Cultural da Academia Militar, Lisboa.
- ENNES, António (1898). *A Guerra d'África em 1895*. Typographia do "Dia", Lisboa.
- FERNANDES, P. Jorge (2010). *Mouzinho de Albuquerque, Um soldado ao serviço do Império*. Esfera dos Livros, Lisboa.
- GAIVÃO, A. Mascarenhas (2008). *Mouzinho de Albuquerque*. Oficina do Livro, Lisboa.
- MARTINS, Ferreira (1938). *Mousinho*. Editorial Cosmos, Lisboa.
- MARTINS, Ferreira (1945). *História do Exército Português* Lisboa.
- MERGULHÃO, José Freire de Mattos (1896). *Apointamentos Para a História da Campanha d'África*. Typographia Brigantina, Bragança.
- PARREIRA, Carlos (1936). *Mousinho, Esbôço para retrato psicológico*. Imprensa Nacional, Lourenço Marques.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa.
- RATZEL, Friederich (1882). *Antropoeografia: Fundamentos da aplicação da Geografia à História*. Arcádia, Lisboa

- REZOLA, M. Inácia (2002). *Fotografias Século XX, António de Spínola*. Circulo de Leitores, Rio
- RODRIGUES, L. Nuno (2010). *Spínola*, Esfera dos Livros, Lisboa.
- SARMENTO, Manuela (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Universidade Lusíada Editora, Lisboa.
- PAKENHAM, Thomas (1980). *The Scramble for África. White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876-1912*. Perennial, Nova Iorque.
- SPINOLA, António de (1978). *País sem Rumor: Contributo para a História de uma Revolução*. Scire, Lisboa.
- SPINOLA, António de (1970). *Por uma Guiné Melhor*. Agência-Geral do Ultramar.
- SPINOLA, António de (1974). *Portugal e o Futuro*. Arcádia, Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990). *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Alfa, Lisboa.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano e BARATA, Manuel Themudo (2004). *Nova História Militar de Portugal*. Circulo de Leitores, Rio de Mouro.
- TEIXEIRA, R. De Azevedo (2006). *Guerra de África: Angola 1961-1974*. Quidnovi, Matosinhos.
- TELO, António José (2004). *Moçambique 1895 - A Campanha de Todos os Heróis*. Tribuna, Lisboa.

Artigos em Revista

- GAIVÃO, António Mascarenhas (2009). "O Mouzinho Diplomata", *Gazeta D'Orey*, Dezembro, p.2-20.
- PRAÇA, Afonso, DACOSTA, Fernando e MARTINS, Luis Almeida (1996). "O Último Centurião", *Revista Visão*, N.º178, Agosto, p.20-43.

Artigos em Revista on-line

- PINTO, Renato Fernando Marques (2010). "As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português", Internet: G:\Bibliografia Online\Revista Militar -Revistas - As Indústrias Militares e As Armas de Fogo.mht, Consultado em 15 de Julho de 2010.

Instituições

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Batalhão de Cavalaria 345. História da Unidade, 1961 a 1964*», 2/2/154/4. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Directiva 47/69*. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Directiva 49/69*. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Directiva 65/69*. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Directiva 65/69*. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (2010). *Directiva 71/69*. Lisboa.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CAMPANHAS DE 1895

Mouzinho fazia parte da coluna do norte⁷⁷, sob o comando de Eduardo Galhardo⁷⁸, faziam parte ainda Aires de Ornelas⁷⁹ e o capitão Caldas Xavier. Esta coluna seguiu para Manjacaze⁸⁰, que era a designação local para a povoação real onde se pensava encontrar Gungunhana. Outra coluna, a coluna do Sul, liderada por Paiva Couceiro e Freire de Andrade tinha como objectivo atingir Magul. A viagem até à povoação seria bastante atribulada, e começavam a surgir os problemas, *“As autoridades portuguesas foram forçadas a fretar todos os vapores das carreiras da região dada a ausência de meios próprios para transportar a tropa.”* (Telo, 1994, p.185). A 15 de Junho de 1895, a bordo de um paquete, três pelotões de cavalaria partiam em direcção a Inhambane, com o propósito de aí levantarem algumas fortificações, colocando os soldados em melhores condições para se defenderem dos nativos.

A inexistência de quase tudo era uma das principais dificuldades vividas na colónia, *“A própria coluna de Mouzinho de Albuquerque quando desembarcou não encontrou qualquer tipo de organização. Não havia quartéis preparados, nem armazéns para os víveres, nem abrigos para os animais, nem carros para o transporte. Continuava a faltar quase tudo.”* (Fernandes, 2010, p.181).

Da metrópole vinha a notícia que a prioridade continuava a ser a destruição do poderio de Gungunhana, mesmo sem a disponibilidade de mais meios, seguindo assim missão com os homens e material que tinham até então. Nos finais de Julho é dada a ordem por António Enes para a ocupação de Chicomo, para desespero de Mouzinho de Albuquerque, que queria entrar em acção o quanto antes, de forma a, que seus homens não baixassem a moral. Como forma de conferir às tropas condições dignas de higiene, António Enes mandou instalar um hospital central em Inhambane, mas esta solução estaria longe de ser a ideal, *“Os soldados da campanha de 1895 não tiveram ao serviço do seu bem-estar os providos recursos com que as potências militares civilizadas abrandam e suavizam os trabalhos da guerra; mas tiveram sempre solitudes paternas a velar por eles e a chorar por eles quando não podiam mais.”* (Enes, 1898). Também as montadas que Mouzinho de Albuquerque recebera vindas da África do Sul, cerca de 100 animais, não se encontravam nas melhores condições para o propósito, eram cavalos mansos, sem resistência para grandes jornadas e muito franzinos. Era objectivo de Mouzinho de Albuquerque, que o seu esquadrão se

⁷⁷ Ver os Três Eixos da Manobra Estratégica em Anexo S.

⁷⁸ Expressão cunhada justamente em 1884. Thomas Pakenham, *The Scramble for África. White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876-1912*, 2.ª ed., Nova Iorque, Perennial, p. XXV.

⁷⁹ Aires de Ornelas e Vasconcelos, nascido a 5 de Março de 1866, foi também ele militar e político do último período da Monarquia Constitucional Portuguesa, destacando-se nas Campanhas de Conquista e Pacificação das colónias portuguesas em África. Ver fotografia em Anexo L.

⁸⁰ Manjacaze é uma província de Gaza, onde se encontravam alguns dos mais temidos chefes tribais vassallos de Gungunhana.

apresentasse convenientemente montada de modo a impressionar os locais, *“A curto trecho já nas ruas de Inhambane perpassavam em passeios ou galopadas pelotões de aguerrido aspecto, cujas manobras os negros espreitavam pálidos, protegendo-se com as esquinas das ruas. Na opinião desses espectadores boquiabertos, aquela tropa de zagaias grandes, que corria como o vento, e podia saltar por cima das árvores, havia de agarrar o Gungunhana, se ele não mergulhasse nos pântanos como rã, ou não alteasse no ar como águia.”* (Enes, 1898). A 4 de Julho de 1895, Mouzinho de Albuquerque e o seu esquadrão avançam em direcção a Cabane, mas só dia 28 do mesmo mês é que a força tomou a sua posição em Chicomo após uma marcha de mais de 100 quilómetros, em condições muito difíceis, em que a maioria dos homens se encontrava febril.

Após a execução de dessa marcha, as primeiras baixas nas montadas começavam-se a notar, ficando quase todas inutilizadas, diminuindo assim o potencial militar da coluna. Dia 4 de Agosto, marcham em direcção a Manjacaze, onde corria o rumor que um vassalo de Gungunhana, o chefe Matibejana, lá se encontrava. A 15 de Julho a coluna do Sul montava postos e pontes na província de Magude, junto do rio Incomati, aguardando aqui até que as coisas comesçassem a correr melhor para a coluna do Norte.

Mouzinho de Albuquerque e António Galhardo depararam-se com muitas dificuldades logísticas, deixando assim a coluna do norte ainda com mais dificuldades.

Fazia-se então uso da diplomacia, através do comissário régio, junto do régulo vátua, em forma de ultimato, que deveria terminar a 15 de Agosto. De acordo com a proposta, Gungunhana deveria entregar aos brancos os régulos seus aliados, Matibejana e Mahazulo, submetendo-se assim ao estatuto de vassalo da Coroa de Portugal. Os portugueses exigiam ainda a sujeição das terras sob controlo vátua após pagamento do imposto da palhota e que o governo português ficasse com o direito de levantar postos de controlo militar na região, bem como actos de guerra contra os brancos e contra os régulos e povos que se declarassem vassalos de Portugal se deveriam repetir. Por último deveria, cumprir as ordens emanadas pelas autoridades portuguesas e Gaza passaria para o controlo português. Os portugueses rapidamente viram que Gungunhana não iria aceitar estas condições e que estaria mesmo preparado para responder de forma violenta, mas este apenas se limitou a tentar ganhar tempo e a iludir os negociadores. Gungunhana até podia concordar com a entrega de Mahazulo e de Matibejana como pretendido pelos portugueses, aceitar a construção de alguns postos europeus nas margens do Incomati, mas exigia que as tropas do comissário régio se retirassem das fronteiras do seu território. Como seria de esperar, Gungunhana não entregou nenhum dos régulos, e a 15 de Agosto de 1895 recebe um telegrama oriundo de Manguanhana com a resposta final de Gungunhana. A resposta do rei vátua chegou finalmente, *“O rei vátua aceitava entregar os reféns e pegaria pé, isto é, prestaria vassalagem aos brancos. Aceitava todas as imposições do ultimato, mas reafirmava a sua condição: o Governo de Portugal deveria mandar retirar as tropas que*

ameaçavam as fronteiras dos seus domínios.” (Fernandes, 2010,p.185). A discussão entre os portugueses instalou-se, uns eram da opinião que se deveria aceitar o acordo, ganhando assim tempo e paz, e outros aconselhavam contenção como foi caso do próprio Mouzinho de Albuquerque, numa altura em que o inimigo parecia querer jogar ao gato e ao rato. Perante isto, António Enes reagiu de forma violenta à contraproposta, “Quando já se ouvia em Manjacaze o estampido dos canhões, fazê-las retirar trazendo apenas por únicos troféus uma mancheia de libras, e por única esperança de futuro, dois pretos cativos.” (Enes, 1898); seria sua opinião que seria um absurdo retirar as tropas já posicionadas. Deste modo, António Enes pretendia que Mouzinho de Albuquerque e Eduardo Galhardo marchassem direitos a Manjacaze, e que acabassem de vez com o assunto.

Portugal transmitira a decisão final, que doravante o teria, Gungunhana, na conta de um qualquer rebelde e perante a situação reserva-se o direito de agir em conformidade. Terminava aqui o tempo da política e estava na altura de passar à acção.

A 28 de Agosto, Eduardo Galhardo deslocou-se a Inhambane para conferenciar com o comissário régio acerca da marcha em direcção a Manjacaze. A partida imediata para Manjacaze seria desaconselhada uma vez que existia muita desordem logística, nomeadamente nos transportes. Por outro lado a imobilização da tropa por muito tempo seria desaconselhado porque transmitia uma sensação de fragilidade que diminuía o prestígio da tropa. As coisas em Chicomo não eram as melhores, os cavalos morriam a eito e muitos dos homens encontravam-se doentes e sem socorro médico que valesse. De outra zona de Moçambique, do rio Inharrime chegavam informações de que Gungunhana tinha em seu poder uma força muito superior à portuguesa, um total de seis poderosas mangas, ou seja, ao que chamavam de regimentos nativos. Mouzinho de Albuquerque não se mostrava minimamente impressionado com tal poderio do régulo africano, mas mostrava-se arrependido de ter aconselhado a ida da Cavalaria para tais paragens, até porque “*A própria Infantaria não se encontrava em condições operacionais devido à falta de meios de estacionamento. Seria particularmente penoso, em tais circunstâncias, atingir Manjacaze.*” (Enes, 1898). Havia portanto a necessidade de nova alteração de planos, enquanto não fosse possível adoptar um procedimento mais enérgico, voltava-se para a ideia anterior de Mouzinho de Albuquerque, de cercar Gungunhana através de uma rede de postos fortificados, formando assim uma armadilha que se iria apertando progressivamente de modo a estrangular a resistência dos Vátuas. A coluna do Norte encontrava-se debilitada sem condições de fazer seja aquilo que fosse, ao passo que a coluna do Sul estava impaciente para entrar em acção. A coluna do Sul insistia junto de António Enes para que este os deixasse entrar no Cossine, onde se encontrava um vassalo de Gungunhana de nome Magioli. A principal povoação da zona era Magul, que era provisoriamente o Kraal⁸¹,

⁸¹ Palavra inglesa para as aldeias ou vilas em forma de círculo, em que no seu interior tinham as palhotas e animais, algumas vezes utilizada como refugio dos líderes tribais.

onde se reúnem os guerreiros de Cossine, as mangas de Magioli e alguns guerreiros sobreviventes de Zinchacha e da Magaia, depois do massacre de Marracuene já aqui referido. Só a 19 de Agosto é que o Comissário régio deu ordem para a coluna do Sul finalmente avançar para a captura de Matibejana. É então que a 30 de Agosto, Freire de Andrade e Paiva Couceiro reuniram em Chicomo uma coluna com cerca de 275 soldados europeus e 2000 nativos para levar a cabo a sua missão. Assim com a coluna do Sul a ocupar o Cossine e a do Norte instalada em Chibutze, estabelecia-se a linha Inharrime/Chicomo de forma a limitar a acção do régulo Gungunhana e ganhava-se também tempo para novas investidas. Gungunhana sempre matreiro tentava segurar a paz, enviava presentes, libras, bois e peças de marfim, todas recusadas pelos portugueses, e continuava negando o conhecimento do paradeiro de Matibejana e Mahazulo o que não correspondia à verdade. Um novo contratempo surgia na coluna do Sul, dos 2000 nativos, esta dispunha agora de 1000 ainda assim contrariados para atacar Magul. A coluna entrava agora na planície de Magul, marchando à frente com alguns soldados de Cavalaria, no meio seguiam as mangas dos auxiliares e, na retaguarda formava-se o quadrado dos europeus. A batalha de Magul ficara marcada para dia 7 de Setembro, e assim que as forças entram numa clareira surgem os primeiros sinais de que o inimigo estava por perto. A coluna assumiu então a formação do quadrado, em torno do qual se desenrolou uma linha de arame, e em cada ângulo da formação assentou-se uma metralhadora. É então que na madrugada de 7 para 8, souo o grito de fogo do interior do quadrado. Os nativos atacaram os portugueses com 13 mangas, cada uma com cerca de 500 guerreiros. Os africanos realizaram um avanço progressivo em linha, em vez de se lançarem em massa sobre o quadrado europeu. Ao fim de duas horas, os nativos foram dizimados sem piedade, *“Do lado português contaram-se apenas 5 mortos e 26 feridos, enquanto os guerreiros retiraram as suas forças deixando para trás cerca de 450 mortos e feridos.”* (Júnior, 1896,p.242). Uma das principais características dos combates em que entrariam os portugueses, traduzia-se a combates curtos, onde se consumiam poucas munições e onde as perdas de vidas humanas eram proporcionalmente reduzidas. De facto só as deficientes condições sanitárias, a exposição aos difíceis climas e às doenças, as longas marchas e acampamentos prolongados à espera do inimigo, provocavam mais baixas entre os brancos do que os ataques dos africanos. De repente a notícia da vitória tinha-se espalhado por todo o Moçambique. O êxito resultara mais de um acto cavaleiresco do que uma operação estratégica, porque perdemos Matibejana e Mahazulo, Gungunhana continuava a monte, e se da acção tivéssemos saído derrotados haveríamos perdido todo o distrito de Lourenço Marques. Na metrópole olhava-se, para a vitória obtida em Magul, no seguimento do sucesso em Marracuene no início do ano, como um sinal que mudara o rumo da guerra colonial em Moçambique. Agora sim, a perseguição a Matibejana e a Mahazulo poderia ter continuidade sem que estes tivessem capacidade de resposta imediata. A vitória branca em Magul teve

outras consequências importantes, traduzindo-se a derrota dos nativos num pequeno êxodo de populações locais que temendo represálias por parte dos portugueses, debandavam da região refugiando-se nas montanhas. As forças brancas passaram a ser seguidas por multidões de auxiliares, que ficavam com a responsabilidade de praticar uma política de terra queimada⁸². A 14 de Setembro é enviado a Gungunhana, pelo Coronel Eduardo Galhardo, um novo ultimato, com o propósito de entregar os régulos rebeldes ou a coluna militar avançava sobre Manjacaze. Sem esperar resposta, Eduardo Galhardo e mais duas colunas, marcharam na manhã seguinte em direcção ao local onde se encontrava Gungunhana. A desolação foi semeada por onde estes passavam, bem como os problemas nas forças portuguesas que se mantinham actuais, continuava a faltar cavalos, as tropas dormiam ao relento e as condições climáticas continuavam a fazer mais baixas que o inimigo. As tropas portuguesas estavam agora muito próximas de Gungunhana, *“Nunca as tropas portuguesas tinham estado tão próximas do Kraal de Gungunhana, que distava agora apenas uma meia dúzia de quilómetros.”* (Mousinho, 1935,p.41). Na manhã de 5 de Novembro, a coluna colocou-se novamente a caminho, com os pelotões de Mouzinho de Albuquerque na frente.

Dá-se o ataque dos nativos de Gungunhana, e logo os portugueses com muita calma montaram de imediato o seu quadrado. Os negros cercaram o quadrado, houve troca de tiros e a confusão estava instalada.

Na manhã de 7 de Novembro novo ataque por parte das forças de Gungunhana, *“um ataque levado a cabo por 16000 a 2000 Vátuas”* (Noronha, 1935,p.24); grande maioria equipados com espingardas Martini. Mais uma vez o quadrado português aguentou-se bem, e ao fim de 40 minutos tudo estava terminado. Mais uma vez as baixas no lado inimigo foram superiores à portuguesa, *“Os portugueses sofreram 41 baixas, mas quase por milagre apenas contaram cinco mortos, apesar de três oficiais terem ficado feridos. Os brancos contabilizaram 305 baixas inimigas junto ao quadrado, sendo impossível apurar o número dos que tombaram a uma distância maior.”* (Noronha, 1935,p.26). Mouzinho de Albuquerque, apesar do triunfo de Eduardo Galhardo, estivera à frente da Cavalaria mas apenas se limitara a assistir ao triunfo sem tomar um papel activo nas operações, onde fazia aqui o seu baptismo de fogo, onde por pouco não foi atingido por fogo inimigo que acertara em seu cavalo acabando por perde-lo, *“O ataque e tomada de Ibraimo foi muito bonito. Meteu táctica. Combate de povoação, pouco mais ou menos como os livros dizem que deve ser. Foi a primeira vez que fiz semelhante coisa e a vi fazer fora da Serra de Monsanto”*⁸³.” (Mouzinho, 1897). Ao final da tarde de dia 7 de Novembro, os mortos em combate foram enterrados num bosque próximo, improvisando um cemitério delimitado por um perímetro de

⁸² Esta não era uma prática original dos portugueses, todos os países com aspirações coloniais utilizavam tropas nativas nas suas possessões e até em contingentes metropolitanos, caso fosse necessário.

⁸³ Ver Carta de Mouzinho de Albuquerque a Conde de Arno, ver em Anexo R.

arame farpado por causa das hienas. Mouzinho de Albuquerque sentiu-se tocado pela cena, a sua atracção pelo fatalismo era já evidente, “Chega-se a ter inveja dos mortos.” (Gaivão, 1935,p.19).

Depois da vitória de Coolela, os portugueses deslocaram-se em direcção a Manjacaze, mas os Vátuas e o próprio Gungunhana já tinham abandonado a povoação, e Mouzinho de Albuquerque mais uma vez lamentou-se por não ter mais montadas, caso tivesse montadas convenientes teria capturado Gungunhana que se pusera em fuga. O chefe vátua sabedor da aproximação da tropa europeia, tratou de abandonar o local, abandono esse que animou ainda o espírito das tropas portuguesas. A 14 de Novembro todos regressaram a Chicomo, e era tempo de fazer um balanço sobre os mais recentes sucessos militares.

Entravamos agora na época das chuvas, e imperava o bom senso que, com o agravamento das condições climáticas, se suspendesse temporariamente as operações militares, acrescentando ainda que os homens estavam exaustos. Enes dava por definitivo o cessar das operações, numa altura que os portugueses estariam em condições de acabar de vez com o império vátua; este não procurava subjugar definitivamente o inimigo, tencionava apenas conter o seu ímpeto. Já Mouzinho de Albuquerque tinha opinião diferente, acreditava que o domínio português só era alcançado à custa da captura de Gungunhana.

ANEXOS

ANEXO A – GLOSSÁRIO DE DEFINIÇÕES

CONFLITO – *“Um afrontamento em torno de valores e de reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada um dos oponentes visa neutralizar, ou causar danos ou eliminar o seu adversário.”* (Couto, 1988, p. 100).

DIREITO INTERNACIONAL – *“O Direito das Nações ou Direito Internacional pode ser definido como o conjunto de regras e princípios de acção que vinculam os Estados civilizados nas suas relações uns com os outros.”* (Brierly, 1963, p.7).

ESPAÇO VITAL – *“É o espaço necessário para a expansão territorial de um povo.”* (Ratzel, 1882,p.22).

ESTRATÉGIA – *“Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam ou possam suscitar a hostilidade de uma outra vontade política.”* (Couto, 1988, p. 209).

GUERRA SUBVERSSIVA – *“Luta conduzida no interior dum território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de, pelo menos paralisar a sua acção.”* (Couto, 1988,p.158).

GUERRILHA – *“Corresponde a uma táctica adoptada, uma forma de levar a cabo a subversão armada que emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito, na realização de operações militares.”* (Santos, 1985,p. 13).

TEATRO DE GUERRA – *“É o espaço aéreo, terrestre ou marítimo que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta da guerra.”* (EME, 2005, B-10)

TEATRO DE OPERAÇÕES – *“É a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate.”* (EME, 2005, B-10).

ANEXO B – FOTOGRAFIA DE MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E ANTÓNIO DE SPÍNOLA



Figura 1: Capitão Mouzinho de Albuquerque - Campanha de Moçambique em 1895
Fonte: (Telo, 2004,p 82)



Figura 2: António de Spínola
Fonte: http://fotoscom historia.canalhistoria.com/photo_images/sp/1853_photo.jpg

ANEXO C – MAPA DE ÁFRICA DEPOIS DA CONFERÊNCIA DE BERLIM



Figura 3: Mapa de África depois da Conferência de Berlim
 Fonte: http://neocolonialismo7.blogspot.com/2007_09_23_archive.html

ANEXO D - CONFERÊNCIA DE BERLIM E RESPECTIVA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

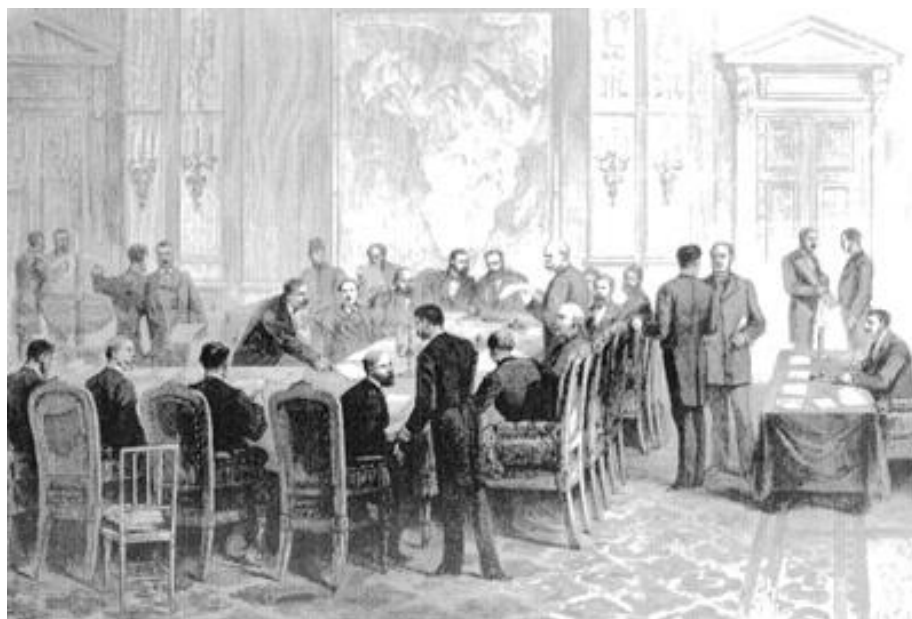


Figura 4: Conferência de Berlim

Fonte: <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/PP178/PP178048.HTM>

- *Delegação portuguesa à Conferência de Berlim*

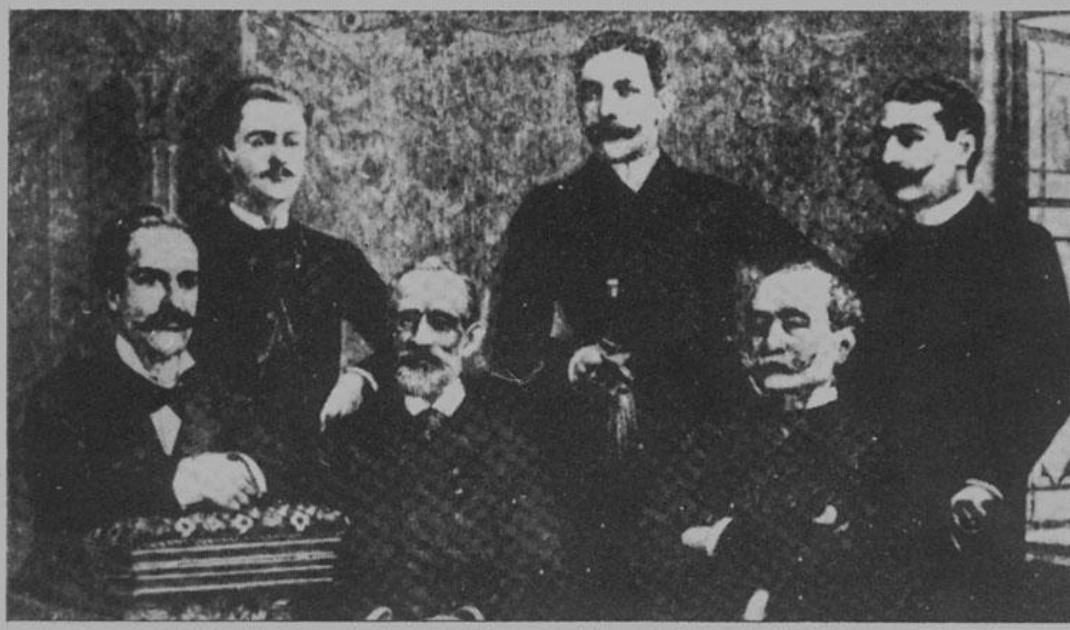


Figura 5: Delegação Portuguesa

Fonte: <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/PP178/PP178048.HTM>

ANEXO E - O MAPA COR-DE-ROSA

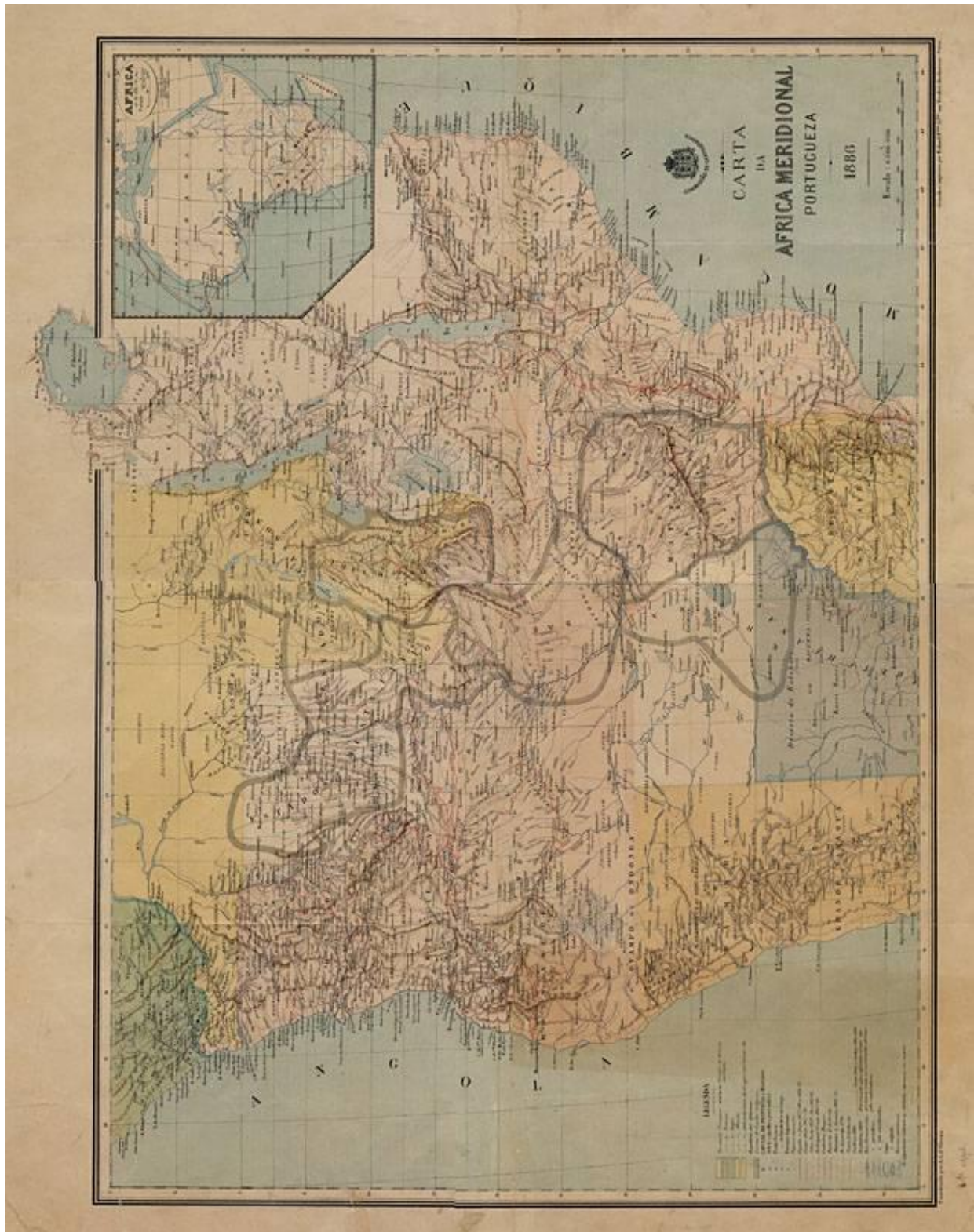


Figura 6: Mapa Cor-de-Rosa
Fonte: Biblioteca Nacional

ANEXO F – CECIL RHODES



Figura 7: Cecil Rhodes

Fonte: <http://www.nysun.com/pics/3852.jpg>



Figura 8: Cecil Rhodes

Fonte: <http://www.nndb.com/people/844/000060664/cecil-rhodes.jpg>

ANEXO G – MOÇAMBIQUE- LIMITES IMPOSTOS PELA INGLATERRA APÓS ULTIMATUM

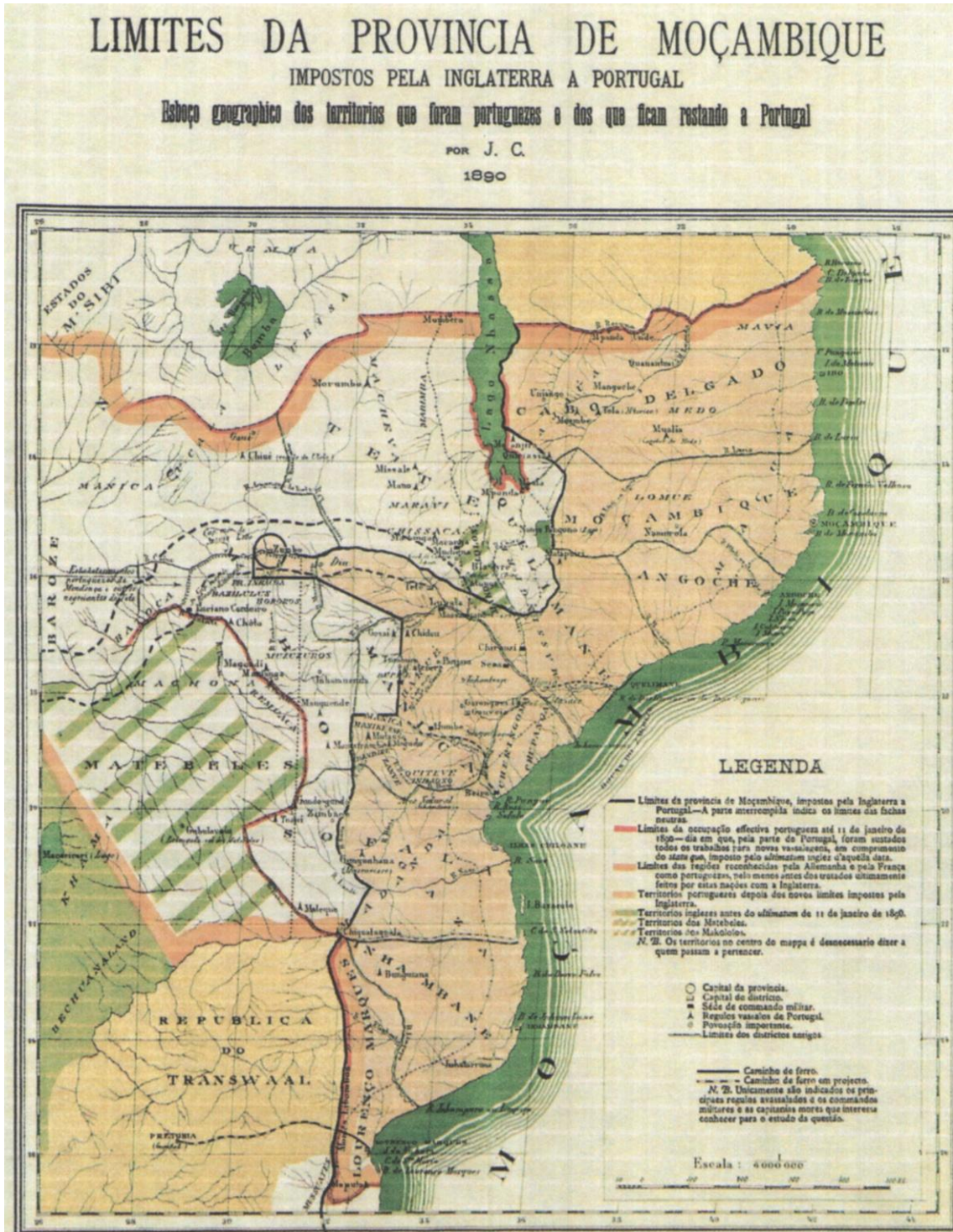


Figura 9: Moçambique - Limites Impostos pela Inglaterra após Ultimato
 Fonte: TEIXEIRA, Nuno Severiano e BARATA, Manuel Themudo (2004)- *Nova História Militar de Portugal*. Circulo de Leitores, Rio de Mouro.

ANEXO H- GUNGUNHANA



Figura 10: Gungunhana
Fonte: (Telo, 2004,p.27)

ANEXO I – AMÍLCAR CABRAL

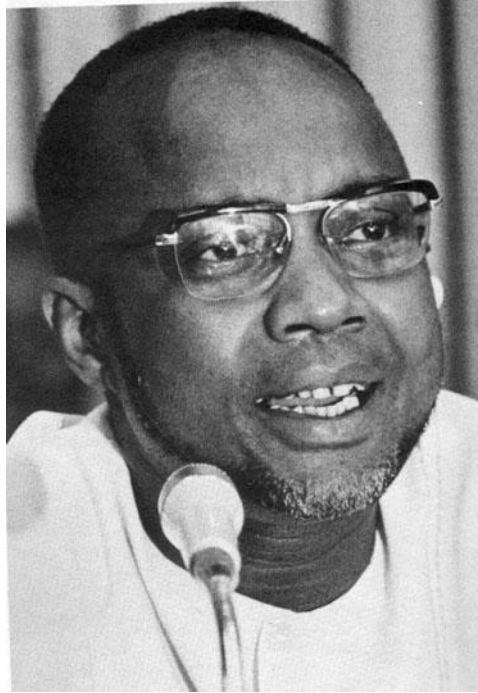


Figura 11: Amílcar Cabral
Fonte: <http://www.geocities.jp/stkyjdk/cabarltalk.jpg>

ANEXO J – BRITISH SOUTH ÁFRICA COMPANY – SELO; BANDEIRA; PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO



Figura 12: Selo da Bristish South Company
Fonte: <http://www.geo.uw.edu.pl/HOBBY/STAMP/WATERFALL>



Figura 13: Bandeira da Bristish South Company
Fonte: <http://home.earthlink.net/~jailers/id11.html>



Figura 14: Primeira Administração
Fonte: www.tokencoins.com/bbp.htm

ANEXO L – LANDIM, CALDAS XAVIER, JOSÉ ENES, EDUARDO GALHARDO, AIRES DE ORNELAS



Figura 15: Landins
Fonte: Telo, 2004,p.16



coronel Eduardo Augusto Galharo, o mais graduado oficial da campanha e o comandante da coluna norte. Deu mostras de sangue frio e coragem no combate do Coolela, mas as suas insuficiências como comandante supremo do principal agrupamento de forças portuguesas por pouco não provocam o falhanço da campanha (AJT).

Figura 16: Eduardo Galharo
Fonte: Telo, 2004, p.73



Figura 17: António Enes
Fonte: (Telo, 2004,p.95)



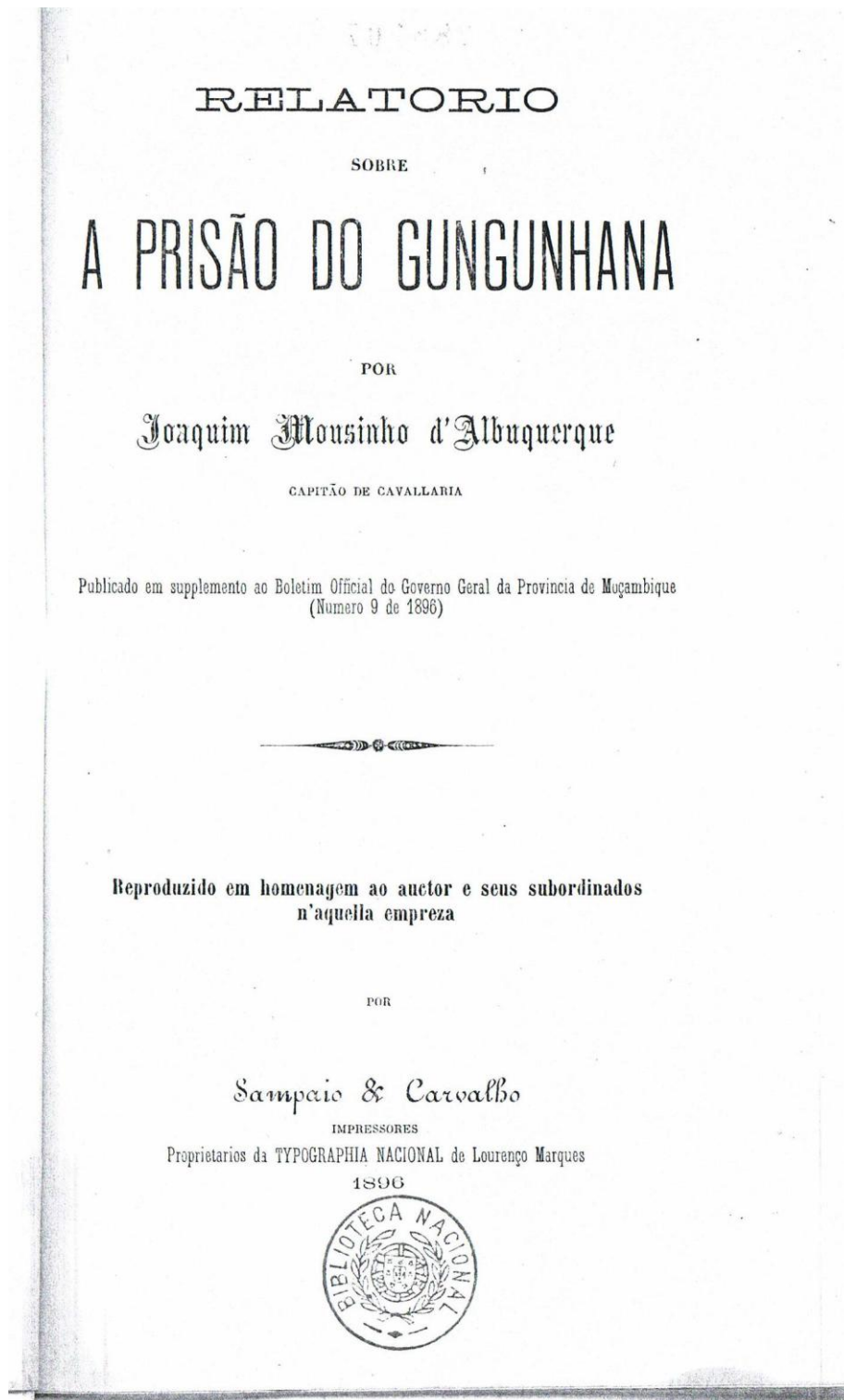
Caldas Xavier, um dos mais experientes e conhecedores oficiais portugueses em África, seria o verdadeiro comandante da coluna de Marracuene.

Figura 18: Caldas Xavier:
Fonte: (Telo, 2004,p.36)

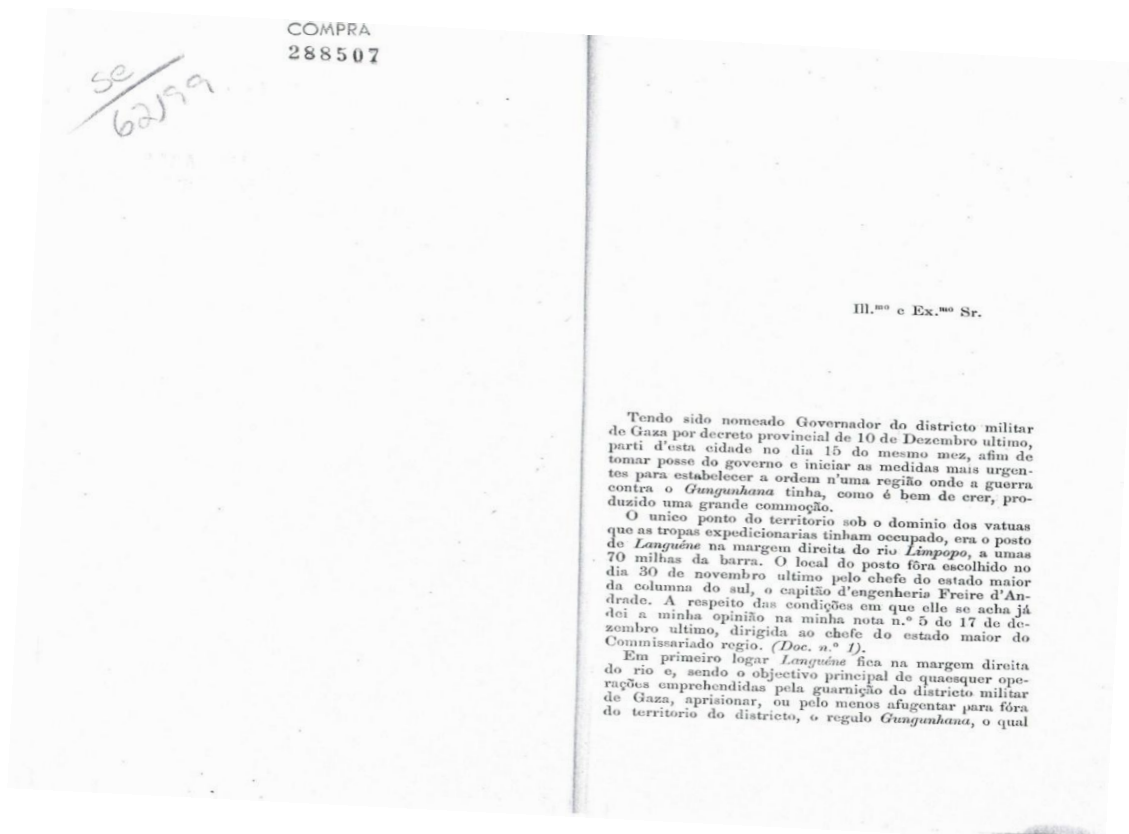


Figura 19: Aires de Ornelas
Fonte: http://nesos.files.wordpress.com/2006/12/aires_de_ornelas.jpg

ANEXO M – RELATÓRIO DE PRISÃO DE GUNGUNHANA



Fonte: Biblioteca Nacional



— 6 —

se achava ao norte do *Limpopo*, não se pode perceber que se collocasse o posto na margem direita, não sendo demais a mais o rio vadeavel senão a bastante distancia do posto, e isso mesmo só na epocha da maxima estia-gem.

O posto consistia n'uma caserna feita de pranchões de madeira cobertos de zinco. Não tinha um unico tambor para flanqueamento, e n'uma das faces mal se podia fazer pontaria. A artilheria, tres bocas de fogo de 7^o e um canhão-revolver, estavam fóra sem protecção de especie alguma para defender os artilheiros. A esta caserna addicionára-se uma outra casa do mesmo systema, que servia de arrecadação de generos e quarto para officiaes.

O posto não tem condições hygienicas d'especie alguma. Está situado n'uma planície que ás primeiras chuvas se transforma n'um lodaçal, como tive occasião de observar antes do meu regresso a esta cidade.

Não tem este posto um campo de tiro razoavel, bem descoberto n'uma extensão de 300^m pelo menos. Por um dos lados até o inimigo se pode vir approximar até cerca de 150 metros sem ser presentido.

Achava-se o posto guarnecido por 3 praças de artilheria n.º 3, 4 d'artilheria 4, 5 da Brigada de Montanha, 35 d'infanteria e um enfermeiro naval pertencente á esquadra do *Limpopo*, sob o commando do 1.^o tenente da Brigada de Montanha, Sanchez de Miranda, official que já estivera em Africa em 1891, e que, por duas vezes esteve destacado no commando militar do *Inhampura*, tendo d'uma d'ellas ido até ao *Kraal* do *Gunguhana*, a instancias do então intendente geral de Gaza, conselheiro J. d'Almeida. Naturalmente investigador, o tenente Miranda adquiriu n'essa occasião conhecimentos acerca dos usos e costumes dos vatuas e ma-buingela, que não são vulgares mesmo entre officiaes da guarnição e muito menos nos expedicionarios.

Isto serviu-lhe de muito, não lhe sendo tambem pouco util a creença em que o *Gunguhana* ficára em 91 de que elle era filho do *Muambacéca* (Deocleciano das Neves), creença que se espalhou nos povos do *Bilene* e que foi habilmente aproveitada como se verá no decurso d'este relatório.

O procedimento do tenente Miranda desde o dia 1.^o de Dezembro até á data da minha chegada a *Languéne*

— 7 —

(17 de Dezembro), acha-se narrado e explicado na exposição que por minha ordem me apresentou (*Doc. n.º 2*). Embora esse procedimento mereça a minha completa approvação, nem por isso quero deixar de o expôr aqui detalhadamente.

A acção do vapor *Neves Ferreira* e da lancha *Capello*, entre 16 e 26 de novembro, tinha produzido bastante effeito nas povoações marginaes e até o *Chai-Chai* se manifestára a nosso favor antes de saber do combate de *Coolléla*. Este regulo, o mais forte dos chefes das povoações marginaes do sul do *Limpopo*, estava já bastante compromettido, por ter hostilizado a gente do *Gunguhana* para que se podesse até certo ponto contar com a sua fidelidade. Outros de pouca importancia tinham vindo *pegar pé* (avassallar-se) nos navios, mas esses mesmos muito receiosos do castigo que por tal motivo o regulo vatuua não deixaria de lhes applicar, caso não fosse breve reduzido á impotencia.

As noticias do combate de *Coolléla* e do incendio de *Manjacase* tiveram como effeito natural chamar mais a nós os chefes de povoação, mas por outro lado a proximidade da *Manjuhana* onde estava o *Gunguhana* continha-os, principalmente nos da margem esquerda.

Chegada a força a *Languéne* e estabelecido o posto, nenhuma novidade occorreu desde o dia 1 até 6. Dizia a gente de *Languéne* que o posto andava sempre vigiado por espias do *Gunguhana*; a 5 veio *pegar pé* o chefe — *Dábacázul* — de *Ximundo*, na margem direita do rio, perto de *Xissano*, onde declarou que estava o *Matibejana*, (ex-regulo da *Zichacha*), muito protegido, por ser a povoação de difficil accesso mesmo para as caças, por estar cercada de espinheiros. Ainda vieram no mesmo dia outros *secretarios* da margem direita. Um d'elles, *Xátana* de *Muambuéne*, — disse estarem com tanto medo do *Gunguhana*, que dormiam no matto todas as noites. Continuaram nos outros dias a vir diversos chefes *pegar pé*. No dia 6 o tenente Miranda mandára um homem de *Languéne* observar *Xátana*, mas elle voltou dizendo que nada podia ter visto por estar a povoação cercada de *axifuma* (espinheiros).

Em 8 o tenente Miranda reuniu gente de guerra e com 33 praças marchou em direcção a *Xissano*, até ao rio — *Xilóbéama*, — além da cordilheira que fica a O. de

Langúne, onde retrocedeu por não estar o rio vadeavel; oito horas de marcha de ida e volta. — No dia 9 mandou um preto de nome *Sigogo* ao *Gungunhana* para saber ao certo onde elle estava e quem o rodeava. Este *Sigogo* tinha acompanhado o regulo na fuga de *Manjacaze* para a *Manguanhana* e, pelo que elle contava, vê-se que o regulo fugiu a pé (no carro fugiu a *Bafo*, sua irmã, que estava grávida) e quasi só; teria sido facilmente apanhado no proprio dia 11 de novembro. O *Sigogo* fallou com o *Gungunhana* no dia 11, disse-lhe que estava em *Langúne* o filho de *Muambazéca*, viu lá (na *Manguanhana*) quatro inglezes, dos quaes um, o mais alto e muito mais velho que os outros, disse ao *Gungunhana* que se mettesse no carro com uma mulher e um mofana e fosse ao rei *inguez para se explicar*. O regulo consultou os seus secretarios que lhe responderam não saber o que lhe haviam de aconselhar. O *Gungunhana* dizia sempre que não jogou com os brancos porque era filho do *Kei*. — *Sigogo* disse que *Manguanhana* ficava a 6 horas para lá de *Chaimite*.

Como o tenente Miranda tivesse offerecido um premio a quem lhe trouxesse um dos espiaes do *Gungunhana* que andavam em volta do posto, trouxeram-lhe no dia 6 um *mundáu* (homem da *Mussapa*) que depois de prolongado interrogatorio se provou ser espião. Declarou que com o regulo estavam *Maguigwana*, *Zaba*, *Muimungo* e outros *indunas* com gente de guerra, «*Machabézul*» e «*Malache*», que haviam de morrer com elle. Disse ainda que aos inglezes dera tres pontas de marfim e que um d'elles era o «*Stanbola*» (*Stamers*). O tenente Miranda mandou-o fuzillar como espião.

No dia 13 foi preso, por aquelle official um homem coroado que parecia espião. Foi o que mandei fuzillar a 18, depois de verificar que era realmente espião do *Gungunhana*.

No mesmo dia 13 vieram cinco enviados do *Gungunhana* trazendo — *Matibejana* — com 2 mulheres, para ellas verem o marido morrer e voltarem depois para o regulo vátua. E' claro, o tenente Miranda não satisfizesse este desejo, manifestado em tom de ordem e, depois de interrogados, mandou os vátuas embora para dizer ao *Gungunhana* que mandasse tambem o «*Mahazul*» e todas as mulheres, gado e dinheiro dos dois regulos rebel-

des, sendo do — *Matibejana* — segundo elle declarou, 10 mulheres, um irmão d'elle, que fugiu da missão suissa, 53 libras em ouro, 3 vacas e 2 burros.

O — *Matibejana* —, além de muitas cousas sem importancia acerca da guerra, disse que quando os brancos foram a *Incanine* já elle tinha fugido e fôra a *Manjacaze* chamado pelo *Gungunhana*. N'essa occasião já fez tambem algumas das declarações que repeti no dia 17, as quaes communiquei na minha nota n.º 5 de 17-12-95 (Doc. n.º 1) dirigida ao chefe d'Estado maior do Commissariado regio.

Nos dias 15 e 16 continuaram a apresentar-se diversos chefes de povoações *pegando pé* e o tenente Miranda obteve a confirmação do que soubera a respeito do «*Mahazul*» estar no territorio do *Mogudagudo*, neto do regulo «*Magioli*» e successor de seu pae «*Mamecáse*».

Do dia 15 em diante nada de notavel succedeu a não ser a apresentação dos chefes e regulos constantes da relação junta (Doc. n.º 5). Officiei ao commandante do posto do «*Chicomo*» pedindo que fizesse marchar logo, sendo possivel, 30 cavallos e parti na «*Capello*» a fazer o reconhecimento do «*Chibutze*» como particpei ao chefe de Estado maior do Commissariado regio na minha nota n.º 7 de 21 de dezembro ultimo. (Doc. n.º 4). Do commandante do destacamento mixto de *Inhambane* recobi a resposta que enviei por copia ao Commissariado regio. (Doc. n.º 5).

Sou obrigado a dizer a V. Ex.ª que ao receber esta resposta fiquei desanimadissimo. Nada estava disposto por forma a favorecer o aprisionamento do regulo vátua. Basta olhar para a carta e saber que estavam occupados apenas um posto no *Inharrime*, outro no *Chicomo*, outro em *Langúne* (além da linha de postos no «*Incomati*», quanto a mim inuteis pela maior parte), e que a «*Capello*» não tinha passado do «*Chengâne*», para ver a facilidade com que o regulo podia fugir ou para oeste ou para o norte. Com gente a cavallo parecia-me possivel, embora arriscado e de exito muito duvidoso, o perseguir-o; com gente a pé afigurava-se-me impossivel captural-o.

Confesso a V. Ex.ª que ainda outra razão, menos ponderosa por certo, concorria para me desanimar. Official de cavallaria ha 20 annos e quasi o unico que durante algum tempo insistia pelo emprego d'esta arma em Africa,

tinha visto o esquadrão do meu commando tão mal tratado pela sorte e reduzido a um papel tão insignificante na columna do norte, por motivos que não sei, nem me caberia apreciar, que desejava muito ao menos que a uma força d'esse esquadrão coubesse a honra de levar a effeito um commettimento, que rematasse condignamente a campanha tão brilhantemente enecetada com o combate de «*Marracuene*». A resposta do capitão commandante do destacamento mixto d'*Inhambane* destrua de todo esta esperanza.

Ainda os exemplos d'outras guerras d'Africa augmentavam o meu desalento. O «*Katchicayo*» — n'um paiz muito menor que o de Gaza, escapára durante um mez á perseguição do 3.º Regimento de Dragões e da Cavallaria irregular. *Lo-Bengula* escapára ao major «*Forbes*», depois de haver aniquilado os 30 cavalleiros de «*Wilson*»; como poderia eu agarrar o *Gungunhana* com umas 50 praças a pé, unicas validas de que podia dispôr?

Entretanto todos os chefes que vinham *pegar pé* me pediam que prendesse o regulo vátua, porque emquanto elle estivesse livre, elles não teriam um momento de socego; todos os dias vinham queixas dos roubos e assassinatos que o regulo mandava perpetrar em volta de «*Manguanhana*». Por outro lado eu tinha e tenho a convicção de que com pretos um acto de audacia, embora temerario, é quasi sempre bem succedido, porque lhes produz uma grande impressão e fal-os perder de todo a força moral.

A *Capello* que tinha ido á barra buscar carvão, chegou a «*Langúne*» em 24. Resolvi portanto partir logo que pudesse e mandei reunir os auxiliares mais proximos e de quem suppunha dever desconfiar menos por se acharem já muito compromettidos connosco, no dia 26 de madrugada. Podia ter reunido muitos centos, talvez dois ou trez milhares de pretos, mas a curta experiencia que tinha adquirido na columna do norte ensinava-me que os auxiliares só em pequena numero são uteis, porque, sómente sendo poucos, se podem até certo ponto dirigir.

O tenente Miranda commandava a força europeia, o tenente graduado Couto os auxiliares. O Dr. Amaral acompanhava a força levando alguns recursos medicos e 4 macas improvisadas com umas peças d'algodão branco que existiam no posto.

Como V. Ex.ª vê, tinha-se enraizado no meu espirito a idéa que ou eu havia de prender ou matar o *Gungunhana* dentro de poucos dias, ou a pouco e pouco todo o prestigio que resultou para as nossas armas dos combates de «*Marracuene*» (2 de Fevereiro), «*Magul*» (7 de setembro), do bombardeamento das povoações marginaes do «*Limpopo*» (19 de novembro) e incendio de «*Mangucáze*» (11 de novembro), se iria obliterando no animo d'estes povos e, o regulo iria reunindo gente de guerra, recuperando forças e fazendo voltar á obediencia muitos dos que movidos pelo terror o tinham abandonado. Bastaria para isso, elle fazer pequenas correrias por todo o vastissimo territorio de «*Gaza*». D'ahi proveio eu tomar a resolução inabalavel de acabar por uma vez com o regulo vátua, fossem quaes fossem os recursos com que podia contar, os perigos a correr, e as probabilidades de exito da empresa. E seja-me licito n'este ponto afirmar que esta resolução, calando fundo no animo dos officiaes e praças que me acompanhavam, e evidenciando se aos indigenas que muito se espantavam da exiguidade das forças de que eu dispunha para uma empresa que se lhes afigura-

Dispoz o bivaque em quadrado com 2 sentinelas em 2 angulos oppostos. Quanto aos pretos ficaram os carregadores junto ao quadrado e as guerras a 200^m em volta d'elle separadas umas das outras e com postos avançados até 400^m do quadrado. Foi o tenente graduado Couto que com não pequeno trabalho, dispoz assim as forças indigenas.

Eram cinco horas (p.m.) quando voltou o «Sucanáca» acompanhando o «*Godide*» filho do regulo, que trazia 63 cabeças de gado bovino, 510 libras, 2 grandes pontas de marfim e as 10 mulheres do «Matibejana». Trazia um pedido do regulo para que eu não avançasse mais, novos protestos que elle mesmo viria n'essa noite ou na manhã seguinte.

Respondi que eu ficava ali toda a noite e todo o dia seguinte á espera do regulo, que se elle não viesse, o *Godide* e o *Zaba* seriam fuzilados, e que eu não avançaria mais porque os brancos já não podiam marchar de cançados que estavam.

Esta resposta dei-a calculando que o regulo queria apenas ganhar tempo e que o «Sucanáca» lhe iria afirmar que o cançado não nos permitiria avançar.

Effectivamente o aspecto do bivaque parecia confirmar o que eu dissera; o tenente Miranda extenuado, abrazado em febre, vomitava constantemente a agua com que tentava mitigar a sede; os soldados dormiam estirados sobre os capotes, tão cançados que muitos nem quizeram comer o rancho, embora só tivessem comido bolacha desde as 3 da madrugada; eu mesmo estava deitado e de todo estafado. O «Sucanáca» dizia que o regulo estava *ainda* muito longe mas tudo me levava a crer o contrario.

Chovera quasi toda a noite. Eu pouco tinha dormido e cada vez se enraizava mais no meu espirito a idéa de não voltar atraz senão com o regulo aprisionado ou com a sua cabeça e por isso ás 3^h (a.m.) mandei levantar as praças e os carregadores enrolar os capotes e marchámos ás 4 (a.m.) O tempo melhorara e a gente de guerra logo que ouviu movimento no nosso bivaque levantou-se para nos acompanhar. O terreno continuava a ser descoberto e plano, o chão duro. Apreseiei a marcha por fórma que varias vezes fomos em acelerado.

Appareceram pela nossa frente umas tres mangas de guerra, gente que evidentemente estava com o «Gungunhana»

logo sobre elles e ou fosse porque já tivessem de todo perdido a força moral, ou por verem logo atraz de nós a testa da columna que derrubara as estacas lateraes da entrada, é certo que nenhum fez fogo, deitando todos a fugir e sumindo-se nas palhotas. Este acto de cobardia dos pretos foi providencial, pois fuzilando-me a 10^m de distancia (que maior não era a que me separava d'elles) teriam provavelmente morto todos os officiaes, os auxiliares teriam fugido logo e as praças brancas, sem ter quem as dirigisse, teriam provavelmente sido trucidadas pelos 250 ou 300 pretos que depois vi que estavam dentro da povoação.

Vendo, logo que os pretos fugiram, sahir d'uma palhota proxima um homem de corôa, perguntei-lhe pelo *Gungunhana* e elle apontou-me para a mesma palhota d'onde sahira. Chamei-o muito d'alto no meio d'um silencio absoluto, preparando-me para lançar fogo á palhota, caso elle se demorasse, quando vi sahir de lá o *Regulo Vatua* que os tenentes Miranda e Couto reconheceram logo por o terem visto mais d'uma vez em *Manjacase*. Não se pôde fazer idéa da arrogancia com que elle se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu ás primeiras perguntas que lhe fiz. Mandei-lhe prender as mãos atraz das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Perguntou-me onde, e como eu lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então á força a sentar-se no chão (coisa que elle nunca fazia), dizendo-lhe que elle já não era *Regulo dos Manginás* mas um *matonga* como qualquer outro. Quando o viram sentar, a guerra preta que a esse tempo já se tinha vindo encostar ao lado exterior da pallissada, além dos que tinham trepado ás arvores e ao tecto d'algumas palhotas isoladas que havia no exterior mesmo proximo á pallissada, levantaram grande alarido batendo com as zagaías nas rodellas, em signal d'applauso e espanto.

Perguntei ao regulo por *Quêto*, *Manhune*, *Mobungo* e *Maquigüana*. Mostrou-me *Quêto* e o *Manhune* que estavam ao pé d'elle e disse que os outros não estavam.

Exprobei a *Manhune* (que era a alma damnada do *Gungunhana*) o ter sido sempre inimigo dos portuguezes, ao que elle só respondeu que sabia que devia morrer. Mandei-o então amarrar a uma estaca da pallissada e foi fuzi-

mas cujos chefes vieram a correr declarar que *pegavam pé* e pediam para nos seguir. Essa gente disse que o *Gungunhana* estava no «*Chaimite*» para onde fôra afim de fazer sobre a sepultura do seu avô «*Manicusse*» diversas ceremonias para arranjar feitiço que impedisse de descobrir onde elle estava.

Pelas 6^h,30 (a.m.) avistámos *Chaimite* no meio d'um terreno arenoso, cheio de marçala e morros de *muchem*, portanto muito facilmente defensavel. Então apreseiei a marcha ainda mais, apesar das guerras indigenas começarem a deixar-se ficar, para a rectaguarda ou por terem medo que o regulo se defendesse ou influenciado pelo prestigio que elle ainda tinha, conseguindo só á força de distribuir espadeiradas, fazer avançar alguma gente conosco. N'essa occasião, duas praças brancas cahiram exaustas, mas eu não podia demorar-me um momento que fosse e por isso a marcha continuou sem haver a minima interrupção. Essas praças foram levadas pela gente da *guerra preta* para a rectaguarda e passaram o resto do dia e a noite na povoação do *Cuio*, reunindo á força no dia seguinte.

A uns 10' da povoação dei ordem para que as *guerras* formassem cordão em volta d'ella e que só entraria dentro a força branca. Os pretos assim fizeram ficando a uns 100 metros da pallissada que cercava as palhotas.

A povoação de *Chaimite* onde foi enterrado *Manicusse* tinha umas 25 ou 30 grandes palhotas cercadas por uma pallissada de 1^m,5 de altura, tendo entrelaçados nas estacas muitos arbustos espinhosos.

Era uma especie de cidade santa dos vatuaes e deviam ter-se alli passado scenas de grande carnificina, tanto antigas como muito recentes, porque ao approximar-mo-nos da povoação, encontrámos algumas caveiras humanas ao mesmo tempo que se sentia um cheiro muito intenso a carne pôdre e os pretos disseram depois que no matto estavam varios cadaveres. Dava ingresso na povoação uma unica entrada de não mais 6^m,40 de largura. Corri para abi á frente dos brancos ao passo que o circulo dos pretos se ia apertando a pouco e pouco. Entrei na frente seguido pelo tenente graduado Couto, Dr. Amaral, 1.º tenente Miranda e interprete. Julguei logo que entrei, que o regulo se defenderia, porque vi encostados á pallissada do lado interior alguns pretos com espingardas, parecendo preparar-se para fazer fogo. Como trazia a espada na mão corri

lado por 3 brancos. Não é possível morrer com mais sangue frio, altivez e verdadeira heroicidade; apenas disse sorrindo que era melhor desamarrar-o para poder cahir quando lhe dessem os tiros. Depois foi *Quêto*. Elle fôra o unico irmão do *Muzilla* que quizera a guerra contra nós e o unico que fôra ao combate de «*Coollela*». Não tinha vindo *pegar pé*, como tinham feito *Inguisa* e *Cuio* seus irmãos.

Dizendo-lhe eu isto, respondeu que não podia abandonar o *Gungunhana* a quem tinha creado como se fôra pae, retorquindo-lhe eu: que a quem desobedecia e fazia guerra ao Rei de Portugal, deviam pae, mãe e irmãos abandonar-o. Mandei-o amarrar tambem e fuzilar. Estas duas execuções produziram na guerra preta um entusiasmo indisciplinavel que manifestaram com ruidosos e repetidos *bayêtes* o que, mostra bem que elles confundem perfeitamente a força e coragem com a crueldade e que é absolutamente necessario d'estes exemplos para os dominar e fazer-m'o-nos respeitar.

Veio então a mãe do regulo *Impiucázamo*, arrastando-se de joelhos, pedir-me que não matasse o filho nem o *Godide* que ambos ella creára. Esta mulher mostrara-se sempre amiga dos portuguezes e muito opposta á guerra. Disse-lhe que ácerca do regulo só o Rei podia resolver, mas que o *Godide* seria poupado e acompanharia o pae por ella ter pedido; e quanto a ella, por ter sido sempre amiga dos portuguezes, podia voltar para a sua povoação que eu a ninguém consentiria lhe fizesse mal.

O regulo perdera toda a arrogancia depois da morte do *Quêto*. Disse que dava tudo que tinha e entregou L^{rs}. 1:000 (mil libras em ouro) e oito diamantes. Mandou recado ao filho *Ipsôta* para razer todo o gado que levára mais para longe, e mandou egualmente procurar mais marfim a *Manjacase* onde ficara enterrado, dizendo que assim esperava que o Rei lhe perdoasse a morte. O portador d'estas ordens foi o *Zaba* que eu mandara soltar.

Mandei então passar busca ás palhotas onde se encontraram as armas constantes da relação junta. (Doc. n.º 12).

Supponho que muitas deviam ter ainda por lá ficado, mas a muito chuva que voltara a cahir e a grande distancia a que me achava do «*Limpo*» impediram-me maior demora.

Marchei depois levando comigo presos o regulo *Pissáue*

e *Molungo*, irmãos de «Muzilla» que estavam também com elle; *Godido* filho do regulo, 7 *mulheres* (Cósse-kasi) que o regulo escolheu para o acompanharem e muitos *mofanas* (rapazes) que carregavam o marfim.

A marcha de regresso foi também muito rápida, pois sahindo ás 10^h (a.m.) de *Chaimite* ás 4^h chegavamos á povoação do *Vuiana* onde acantonei a força branca e os presos, bivacando a gente de guerra em volta da povoação. N'esse dia fizeram-se oito horas uteis de marcha muito rápida e sempre debaixo de chuva, mas ninguém sentia a fadiga, tal era o entusiasmo que nos officiaes e praças tinha produzido o aprisionamento do *Regulo Vatua*. No dia seguinte porém, amarcha que principiou ás 5^h (a.m.) embora curta foi penosa e demorada, porque mal podíamos andar; para mais, tendo chovido toda a noite, o caminho estava enxarcado e constantemente passavamos ou pequenos riachos ou pantanos, com agua ás vezes até acima do joelho.

Tive que dar dois descansos e n'esses deu-se um facto que mostra bem quanto os *Manginis* tinham ficado impressionados com a prisão do regulo e aterrorizados com o que tinham visto. Querendo eu que os soldados se sentassem, mas vendo a herva muito molhada, ordenei á gente de guerra que estava mais proxima da força branca que fossem pôr as rodellas ao pé dos soldados para elles se sentarem. Que lhes custou muito fazel-o via-se-lhes bem na physionomia, mas não houve um segundo de hesitação no cumprimento da ordem dada.

Cerca das 9^h (a.m.) chegámos a *Zimacaze*. Embarcada a força europeia e os presos, toda a gente de guerra formou ao longo da margem direita do rio. Levantei a bordo 4 vivas a El-Rei, á familia Real, á Armada e ao Exercito, entusiasticamente correspondidos pelas praças da marinha e do exercito que estavam armadas e debaixo de fórma no *spara-deck* e em seguida a gente de guerra soltou trez *bayétes*, saudação que eu lhes tinha feito explicar se dirigia n'aquella occasião a El-Rei. Depois cantaram o *Incuaiá*, acabando por uma torrente d'insultos da mais requintada torpeza, áquelle de quem havia poucos dias tremiam com medo.

Deixei expandir assim a natural viléza de sentimentos dos pretos, não para atormentar um prisioneiro já moralmente aniquilado, mas para que os indigenas tivessem a

consciencia de que o prestigio e a auctoridade do regulo acabara de todo e por uma vez. Seguiu-se uma salva de 21 tiros e a *Capello* levantou ferro, chegando a «*Languéne*» ás 3^h,30 (p.m.) depois d'uma viagem magnifica sem um unico encalhe.

III

Assim se levou a effeito a prisão do celebre «*Gungunhana*» e acabou o predomínio do ultimo dos tres povos guerreiros e poderosos, independentes de facto, que existiam na Africa Austral: *Zulus*, *Matabelles* e *Vatuas*.

Muita gente por certo fará não poucas censuras á maneira como dirigi e comandeí este golpe de mão: uns classical-o-hão, attenta a exiguidade da força branca, de loucura que só quasi por milagre teve bom exito, outros chamar-me-hão cruel e sanguinario por ter fuzilado os dois prisioneiros. Parece-me porém de justiça attender ao seguinte: temerária ou não, semelhante empreza era indispensavel e urgente, sob pena de ficarem as forças expedicionarias, e portanto o Exercito e a Nação de todo desprestigiados perante os indigenas de *Gaza* e a gente do *Transvaal*, *Orange*, *Natal* e *Cabo*. Sei perfeitamente que esta operação foi levada a cabo, sem pôr em pratica muitos dos preceitos que os regulamentos militares determinam, mas nem a pouca força de que dispunha podia dar um serviço de segurança regular, nem a empreza era d'estas que demandam prudencia; era um verdadeiro jogo: ou lá ficavamos todos, ou conseguíamos agarrar o regulo; o que era preciso era andar depressa e não haver hesita-

ções. Sacrifiquei a isso todas as considerações de prudencia.

Com respeito ao fuzilamento dos dois prisioneiros, limito-me a dizer que é muito nobre, muito justo, muito levantado, sustentar os principios da mais acrisolada philantropia e humanitarismo n'um parlamento, n'uma assembléa qualquer, n'uma redacção de jornal, entre concidadãos nossos que pensam e sentem como nós e ainda por cima mantidos em respeito por numerosas forças do exercito, da armada e da policia militar e civil; é porém muito differente o caso em que se achavam 50 brancos no meio de cerca de 3.000 pretos ainda hontem nossos inimigos. Se não mandasse matar ninguém, todos os cafres suppriam que ainda tinha medo do *Gungunhana* e voltariam a dizer: — *Portuguez é mulher, não mata ninguém*. — Esta é a maneira barbara e absurda como elles encaram as cousas.

De resto ainda outra razão influiu em mim, quando mandei fuzilar o *Queto*. A constituição rudimentar da sociedade vatua era aristocratica com visos de feudalismo (*). Quando me contavam o que se passava entre os *vatuas*, parecia-me estar ouvindo narrativas dos tempos *merovingios* em França, representando os *Matongas* o papel dos *Gallo Romanos*. Ora *Queto* era dos irmãos do *Muzilla* o mais attendido pelo *Gungunhana* e era, depois do *Jambui*, mais poderoso do que poderíamos chamar — os *grandes vassallos da corôa vatua* — e tanto assim que *Inguisua* seu irmão, e os filhos do *Cuio* seus sobrinhos, quando o viram cahir disseram: — *Branco sabe tudo, até advinhar quem devia matar* —.

No dia 29 pelo cahir da tarde chegaram um filho e um secretario do *Jambui*, dizendo que vinha com o fim de adquirir a certeza de que o recado recebido pelo regulo do *Lipallala* era de veras meu e não um embuste do *Gungunhana* para saber as suas disposições. Creio que isto não era verdade. Talvez ao regulo houvesse já constado a marcha para *Chaimite* e mandava ver qual tinha sido o resultado. Disseram-me que o regulo não vinha ainda porque sendo gordissimo, o que eu sabia ser ver-

dade (*), precisava que o trouxessem, mas que viria logo que eu quizesse. Mandei-lhe dizer que ia agora a *Camfuma* (Lourenço Marques) levar o *Gungunhana* e que em voltando e em tendo a minha povoação no *Chibutze* lhe mandaria recado para elle mesmo vir *pegar pé*, para ir um official depois escolher local para um posto fortificado para a força branca e fazer o recenseamento para elle pagar o imposto de palhota que eu fixasse. Tudo acceptaram de bom grado e asseguraram que o regulo havia muito desejava que fosse para lá força branca (**). Sabendo que no *Lipallala* havia baneaes estabelecidos, ordenei-lhe que os contasse e me mandasse o numero d'elles n'uma corda com nós, afim de eu os fazer pagar as licenças para venda.

No dia 30 chegaram os gados, o marfim e as 10 *mulheres* do *Matibejana* que o *Godido* trouxera ao nosso bivaque no dia 27. Permitti que o *Matibejana* escolhesse tres para o acompanharem e mandei as outras para as suas respectivas povoações, á excepção d'uma que mandei escolher ao irmão do secretario de *Languéne*, depois de saber se ella queria casar com elle. A este homem dei tambem um boi para o recompensar dos bons serviços que tinha prestado. A cada uma das guerras que acompanhara (eram 21) dei 4 vitellos. E' claro que houve distribuição de *sôpe* aos chefes e a todos os 207 auxiliares do *Chai-Chai*, *Languéne* e *Lofogasi*.

Sua Ex.^a o Commissario Regio ordenou em 5 de junho do anno findo que se afixassem nas diversas ruas d'esta cidade e fossem distribuidos por todas as auctoridades militares e civis em serviço nos diversos pontos do dominio de Portugal n'este districto, *editaes* em que se annunciava que: — «o Governo concederá o premio de novecentos mil réis (900\$000) a qualquer pessoa que prender e entregar algum dos regulos da *Zichacha* ou da *Magaia*». Attendendo a este facto, á muitissimo superior importancia da captura do *Gungunhana* e a que haviam sido os brancos e só elles que o haviam apanhado, mandei distribuir 200 libras ás praças que me haviam acompanhado, sendo 8

(*) Por ex.: Direito de representação nas *banjas* dado só pela posse de terras, razão porque o *Haguigama* que era o grande chefe de guerra, não ia ás *banjas*, porque sendo *binjela* não era senhor de terras.

(*) CALDAS XAVIER — *Territorios ao sul do Save e os vatuas*. (Um dos *Holefins* da S. G. L. 1894).

(**) Isto concorda com as informações que me deu o alferes Villar, ex-comandante militar do *Lipallala*.

— 24 —

libras para o sargento, 4 para cada cabo e soldado, 4 ao corneteiro e 2 para cada um dos dois soldados pretos.

Sei que exhorbitarei distribuindo esta quantia ás praças, mas espero isto me seja relevado, attendendo ao que expuz acima. De resto quando assim não succeda, os meus vencimentos podem assegurar á fazenda publica, rhavel-a em pouco tempo por meio de desconto.

N'esse mesmo dia impuz ao *Munhi* regulo do *Chai-Chai*, a multa de 30 libras em ouro, por elle se ter deixado ficar em *Zimacase* e não acompanhar a sua guerra, dizendo-lhe que o não mandava fuzilar por elle ser ainda um rapaz. Tambem a pedido de *Cuio* e *Inguisua*, mandei soltar o irmão mais novo *Pissina*, que parecia apatetado, impondo-lhe uma multa de 30 libras em ouro e 60 cabeças de gado bovino, por não ter vindo *pegar pé*, ficando os dois irmãos por fiadores d'esta multa.

Deixei escriptas as instruções precisas para o secretario do governo militar de Gaza, tenente graduado Couto, effectuar o mais breve possível a prisão do *Mahazul* e logo que chegasse o alferes Raul Costa, mudar o posto para *Chibutze*, principiar ali a construção de um reduto, abrir a estrada até ao *Chicomo* e juntar um deposito de lenha para as lanchas. O *Ipsota* quando se apresentar, será remetido para Lourenço Marques.

No dia 31 ás 6^h (a. m.) sahi do *Languéne* com o 1.º tenente Sanches de Miranda, 24 praças das mais doentes e os prisioneiros, ficando no posto o tenente graduado Couto, o facultativo dr. Amaral, 1 sargento, 1 corneteiro e 30 praças.

Durante a viagem, um soldado d'infanteria n.º 2, dos que tinham ido a *Chaimite*, o n.º 224/2740 da 3.ª companhia do 2.º batalhão, José da Purificação, quando pretendia encher d'agua do rio uma caldeira de ferro, cahiu. Largou-se logo um bote e ainda vimos o homem a nadar, mas, quando a embarcação estava a uns 20 metros de distancia, desapareceu de certo agarrado por algum jacaré, pois a despeito de todos os esforços não foi possível encontrar o cadaver.

Desde 31 de dezembro até 2 de janeiro estivemos na barra do *Limpopo* esperando que o tempo permittisse ao vapor *Naves Ferveira* sahir.

— 26 —

- 2.º — Organisar, remontar, equipar, armar e uniformisar quanto antes o corpo de policia.
- 3.º — Desarmamento geral recolhendo aos depositos do Governo todas as armas de fogo que estão nas mãos dos indigenas. *Bom seria que se fizesse o mesmo nas terras de Lourenço Marques até ao Incomati.*
- 4.º — Fazer o recenseamento das palhotas afim de que ainda este anno se cobre o imposto, que deve ser de 2,500 réis (meia libra em ouro) por palhota.
- 5.º — Decretar o imposto de 8 dias de trabalho gratuito para cada individuo adulto, em cada anno, para o Governo.
- 6.º — Abrir estradas do *Chibutze* a *Chicomo*, a *Marracuene*, a *Magude*, ao *Lipallula*, ao *Inguéna*, etc. Mencionei-as por ordem de urgencia relativa.
- 7.º — Montar o serviço de correspondencia postal, pelo menos de 15 em 15 dias entre *Chibutze*, *Lourenço Marques* e *Inhambane*. Este serviço será feito por indigenas á *candinga*. Mais tarde, completa a linha telegraphica até *Chicomo* é necessario ligar *Chibutze* com aquelle ponto e com *Marracuene*, ficando assim ligados *Inhambane* com *Lourenço Marques*, com muito menos despeza de que a exigida por um cabo submarino.

D'estas medidas muitas irei pondo em execução porque não dependem d'ordens superiores. Para a 2.ª, 3.ª e 4.ª é que careço de todo o auxilio do Governo Geral e do da metropole. Espero que não me faltem a bem do nosso prestigio n'esta provincia.

O que me parece entretanto mais essencial, é que com o districto de *Gaza* o Governo de Sua Magestade experimente seguir um systema inverso ao que geralmente tem adoptado na criação de novos districtos nas provincias ultramarinas. Não convem a meu ver dotar-o, ou antes sobrearregal-o com um pessoal numeroso, mudar os nomes ás localidades, crear cidades e villas que nunca chegam a ter meia duzia de habitantes, e sobretudo decretar *á priori* uma infinidade de medidas e regulamentos quasi sempre inadeguados e portanto inexecuveis, mas que

IV

Com a prisão do *Gungunhana* desaparecem quaesquer probabilidades d'uma rebellião séria ao sul do *Save*. *Jambui* e *Chonguella* são os unicos dois regulos fortes, e nenhum d'elles parece disposto a metter-se em tão arriscado empreendimento. Não significa isto que o paiz de *Gaza* esteja dominado e perfeitamente sujeito. Ainda não passei do *Bilene*, não faço portanto idéa do que se tem passado entre os *Macúcuas* e entre os *M'chopes* não avassallados a *Inhambane*. Mesmo no *Bilene* são muitos os elementos de desordem.

O chefe *Inguisua* irmão de *Muzilla*, que tem sido o indigena que tenho ouvido fallar com mais senso, instando porque eu prendesse e matasse o sobrinho *Gungunhana*, acrescentava que depois d'elle preso eu devia fazer povoação no *Bilene* e ficar ali «com impi branca» porque os *Mangúni* nunca se haviam de deixar de matar e roubar, senão depois de muito castigados. O testemunho é insuspeito por ser de um *Mangúni* da mais pura raça, filho do proprio *Manicusse*.

Para que a pouco e pouco este Districto tão vasto e populoso entre nas condições normaes de existencia, julgo indispensavel o seguinte:

- 1.º — Montar por alguns annos o regimen excepcional a que o sujeita o Decreto provincial de 10 de dezembro ultimo.

— 27 —

cereciam a auctoridade e os meios d'acção ao Governador e impedem que faça qualquer cousa pelo progresso do Districto. O systema a seguir quanto a mim baseia-se no estado social d'estes povos. Como todos sabem, não podem ser mais simples nem rudimentares as poucas instituições que tem, por isso uma legislação complexa e uma regulamentação minuciosa serão sempre inadequadas aqui. Por agora parece-me se lhes deve deixar ter o systema de governo mais simples, o unico que elles conhecem e comprehendem, uma auctoridade unica a mandar sem peias d'especie alguma. Os principios liberaes, os direitos do cidadão, a completa separação dos poderes, ha muito quem pense que foram prematuramente applicados a Portugal; calcule-se o que seriam aqui.

A pouco e pouco, tendo estudado estes povos e tomado inteiro conhecimento das leis e regulamentos britannicos applicaveis aos nativos da *Machôna*, *Matabelleland*, *Natal*, etc., irei propondo regulamentos, muito simples, que deixem muita latitude e iniciativa a quem tenha de os executar. E se o Governo de Sua Magestade não confia, talvez com justissima razão, na minha intelligencia e conhecimentos para tão difficil encargo, peço que me mande substituir immediatamente por alguém que tenha esses dotes, mas que nunca a falta de confiança se manifeste applicando aqui leis e regulamentos que cereciam os meios d'acção e auctoridade do governador que d'isso precisa mais que de tudo na actual conjuntura.

E se os resultados não corresponderem ás minhas esperanças, a responsabilidade será do governador e só d'elle. Ha mil maneiras: inspecções, inqueritos, syndicancias, de lh'a tornar effectiva, afim de o castigar se houver delinquido.

Não posso deixar de me referir aqui ainda ao imposto que proponho. Sua Ex.ª o Commissario Regio achava-o exaggerado decerto porque, não tendo visitado nunca este paiz não teve occasião de ver a quantidade de ouro (libras e incias libras inglezas e transvaalianas) que andam espalhadas por cá. Tinha ainda Sua Ex.ª a preocupação de que era injustissimo exigir impostos a povos a quem nada fazia o Governo, (creio que Sua Ex.ª se referia aos melhoramentos materiaes). Ora verem-se livres das dilapidacões, roubos e morticínios constantes do *Gungunhana* e seus sequazes, a troco de meia libra annual por palhota,

Fonte: Biblioteca Nacional

— 28 —

é como se usa dizer entre o povo *um ovo por um real*. Aqui todos os indigenas o pensam e m'o teem dito.

Por ultimo não posso terminar este relatorio sem dizer que se eu me metti na empreza de prender o *Gungunhana* com recursos tão escassos, foi sómente por me ver na absoluta necessidade de o fazer; mas os tres officiaes que me acompanharam deram uma prova evidente de muita subordinação e brio militar, partindo para ella sem a minima observação nem signal de descontentamento, quando todos estavamos bem convencidos de que o exito era muito duvidoso, e que o menor contratempo teria como resultado o sacrificio das vidas de quantos europeus marcharam. Não menos provaram o seu zelo e boa vontade na maneira como trabalharam para que tudo corresse bem, e na inalteravel alegria e constancia com que supportaram a fadiga e incommodos a que, mau grado meu, não os poude eximir. Por estes motivos, ao Governo de Sua Magestade não hesito em pedir para estes officiaes uma recompensa condigna das qualidades que revelaram e de que julgo dar idéa pelo exposto em relação a cada um d'elles.

Quanto ás praças, para as quaes tambem peço uma recompensa, comportaram-se d'uma fórma que merece todos os elogios, mostrando sêr dignos camaradas dos soldados que tive occasião de apreciar na marcha sobre *Manjacase* e combate de *Coolléla*.

Lourenço Marques, 16 de Janeiro de 1896.

O Governador,

Joaquim Mousinho d'Albuquerque

Cap.ão de cavall.^a

Fonte: Biblioteca Nacional

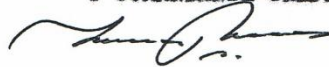
SECRET DIRECTIVA N.º 47 / 69

PONTO DE PARTIDA
LISBOA, A. N. D.

- 2 -

3. Nestas condições, determino que, em todos os escalões de comando, se intensifique a instrução das NT, aproveitando-se os intervalos da actividade operacional para melhorar a instrução individual do combatente e a instrução de combate.
4. As unidades e subunidades vão passar a ser inspeccionadas por uma equipa itinerante, directamente nomeada pelo Comando-Chefe, responsabilizando-se os respectivos Comandos pela orientação da instrução e seu rendimento.
5. Esta Directiva deve ser difundida até ao escalão Companhia.

O COMANDANTE-CHEFE



ANTÓNIO SEBASTIÃO RIBEIRO DE SPÍNOLA
BRIGADEIRO

DECLASSIFICADO
SECRET

Fonte: Biblioteca Nacional

